



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

VITOR MANUEL BAETA DE SOUSA

**D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal
(1957-1965)**

**Igreja e sociedade madeirense na segunda metade do
século XX**

**Dissertação Final
sob orientação de:
Doutor David Sampaio Dias Barbosa**

**Lisboa
2015**

*Agradeço muito a todos aqueles que me
ajudaram e acompanharam na realização
desta dissertação de Mestrado (MIT)*

Siglas e abreviaturas

AAS	<i>Acta Apostolicae Sedis</i>
ACP	Acção Católica Portuguesa
AHDF	Arquivo Histórico da Diocese do Funchal
BAC	<i>Biblioteca de Autores Cristianos</i>
CEHR-UCP	Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
Cf.	Conferir
Coor.	Coordenação
Dir.	Direcção
DRAC	Direcção Regional dos Assuntos Culturais
JOC	Juventude Operária Católica
LAC	Liga da Acção Católica
LOP	Liga Operária Católica
OP	Decreto <i>Optatam Totius</i> sobre a formação sacerdotal
OFM	Ordem dos Frades Menores
Vol.	Volume
p. / pp.	Página / páginas
SRTC	Secretaria Regional do Turismo e Cultura

INTRODUÇÃO

A vivência do jubileu dos 50 anos da abertura do segundo concílio ecuménico do Vaticano e a preparação para a celebração do grande jubileu do 500º aniversário da criação da diocese do Funchal fez reavivar a memória daqueles que contribuíram para a evangelização das inúmeras terras da diocese do Funchal. A diocese do Funchal foi criada com a Bula *Pro Excelenti Praeinentia* assinada pelo Papa Leão X, a 12 de Junho de 1514. A diocese do Funchal foi a primeira diocese portuguesa da Igreja Católica instituída fora da Europa, na sequência das viagens marítimas de descoberta que possibilitaram a experiência de globalização e evangelização.

É a partir deste contexto que surge o tema desta nossa dissertação no âmbito da conclusão do Mestrado Integrado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, da Faculdade de Teologia em Lisboa.

A história não tem sentido só por si; são as próprias pessoas que dão sentido à história. O homem é religioso e, sendo assim, não podemos estudar a sociedade humana sem a religião. O dizer sobre Deus não é uma questão secundária. Não há Teologia sem a experiência cristã e não há experiência cristã sem Teologia.

A história permite-nos percorrer um caminho que se faz para trás de forma a recordar e com a intenção de construir o futuro. O processo de consciência forma-se com a memória e a memória é então fundamental para tomarmos consciência do que somos herdeiros. A memória é uma relação, uma relação de natureza epistemológica. Não se chega à fé através da história mas na história encontramos expressões dessa fé cristã.

O que nos propomos fazer com esta dissertação de Mestrado Integrado em Teologia nada mais é do que devolver memória a uma figura que teve grande influência na teologia histórica da segunda metade do século XX: D. Frei David de Sousa. Apesar de fazermos uma breve contextualização, incidiremos o nosso estudo sobre o período de 1957 a 1965, ou seja, ao período em que D. David de Sousa exerceu o seu ministério episcopal na diocese do Funchal.

Com esta intenção apresentamos o nosso estudo que se desenvolve ao longo de quatro capítulos. No primeiro capítulo – a Igreja da diocese do Funchal nos meados do século XX – abordaremos o estado social, político e religioso da sociedade e Igreja madeirense dos meados do século XX, sobretudo.

No segundo capítulo – intitulado “a nomeação de D. Frei David de Sousa para bispo do Funchal” – faremos referência ao percurso histórico do novo bispo, percorrendo as principais etapas do homem, do cristão, do religioso e do bispo D. David de Sousa.

No terceiro capítulo – D. Frei David de Sousa e o Concílio Vaticano II – falaremos sobre o papel de D. Frei David de Sousa enquanto bispo do Funchal e padre Conciliar. Aqui reportar-nos-emos à missão importante que desempenhou na transmissão das reformas conciliares na diocese, e na forma como a diocese recebeu as mesmas. Procuraremos saber se de facto D. Frei David de Sousa foi um padre conciliar na diocese do Funchal.

No quarto capítulo – Magistério e preocupações pastorais mais marcantes de D. Frei David de Sousa – procuraremos analisar as prioridades pastorais do bispo do Funchal e o contributo que deu para a revitalização da diocese do Funchal na segunda metade do século XX. Constatamos que este último capítulo é mais extenso do que todos os outros; porém, dado que sobre a matéria não tem havido publicações nem estudos, e a questão em apreço continua a ter hoje relevância histórica e pastoral para a igreja diocesana do Funchal,

decidimos, por isso, demorarmo-nos mais nesta questão para apresentar alguma novidade histórica.

Ainda que façamos breves referências, a presente dissertação não pretende estudar nem aprofundar a Acção Católica, nem os Cursos de Cristandade nem qualquer outro movimento eclesial e obras sociais na Diocese do Funchal. Para além de procurar devolver memória sobre uma matéria específica, esta dissertação pretende provocar questões sobre o início da revitalização da diocese do Funchal na segunda metade do século XX.

Ao longo deste processo de investigação, síntese e redacção contamos com algumas fontes e arquivos que se tornaram imprescindíveis para a concretização desta nossa dissertação final do MIT. Destacamos o tempo de investigação no Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, arquivo dos bispos da diocese; no Arquivo da Ordem dos Frades Menores de Portugal, Silva Carvalho, em Lisboa; no Arquivo Regional da Madeira; e, sobretudo, na Biblioteca Provincial da Ordem Franciscana, concretamente o arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa, em Lisboa. Destacamos outras fontes, impressas, que também contribuíram para a realização deste estudo, nomeadamente *Acta et Documenta Concilio Oecumenico Vaticano II Apparando*, *Acta Synodalia Sacrosancti Concilii Oecumenic Vaticani II*, Concílio Ecuménico Vaticano II, Decreto sobre a actualização das paróquias de D. Frei David de Sousa.

I. A IGREJA DA DIOCESE DO FUNCHAL NOS MEADOS DO SÉCULO XX

1.1. Ambiente social, político e religioso

O século XX foi um século de profundas transformações e reformas em Portugal e o arquipélago da Madeira não deixou também de ser afectado por essas transformações e pelas consequências que daí advieram. Não podemos abordar o ambiente social, político e religioso na segunda metade do século XX sem fazer uma breve referência ao ponto da situação na primeira metade do mesmo.

Em 1910, logo após o começo da República, a Madeira enfrentou «[...] um forte surto de cólera, que causou muitas vítimas e trouxe um desassossego à população»¹. É neste ambiente que, pouco depois, se efectiva a separação entre o Estado e a Igreja, tendo esta consequências nefastas para a Igreja na Madeira². Mas as dificuldades com a república não se ficaram apenas pela dimensão religiosa; atingiram outras dimensões, nomeadamente a social e familiar: «Três anos mais tarde após a implantação da República, assiste-se no arquipélago a

¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1910-1926)*, vol. XI, Editorial Verbo, 1989, p. 396.

² A lei da Separação, afirmada pelo Estado português, teve implicações na vida diocesana do Funchal, muito concretamente no seminário. A lei da separação de 20 de Abril de 1911 extinguiu o seminário da Encarnação e confiscou a sua posse para o Estado, depois de ter sido aberto em Outubro de 1908. «Por outro lado, em consequência desse radicalismo, muito património foi perdido, o “convento das Mercês” transformou-se em cadeia; “o colégio dos Jesuítas” foi convertido em quartel militar; “o convento de Santa Clara” tornou-se uma escola; e entre outras, extinguiram a “congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”, obrigando a muito popular e bondosa fundadora, Mary Jany Wilson, a partir para Inglaterra, donde só regressou em 1911» (NEPOMUCENO, Rui, *Uma perspectiva histórica da história da Madeira*, Ed. O Liberal, 2010, p. 409).

Os sacerdotes foram vítimas de humilhações e maledicências por parte dos republicanos. A lei da separação proibia os religiosos de usarem o hábito: «[...] a lei da Separação manteve o beneplácito e o direito de Padroado; expropriou os bens móveis e imóveis; limitou as expressões de culto ao interior dos templos, restringindo a presença dos símbolos e manifestações religiosas no espaço público» (PINTO, Sérgio Ribeiro, *Legislação republicana em matéria religiosa e separação*, in Agência Ecclesia, *Centenário da República*, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010, p. 29).

uma grave crise de cereais, que veio dificultar a vida das populações»³. Politicamente, a revolução de 5 de Outubro de 1910 não causou grande impacto na ilha, apesar de algumas manifestações de apoio ao novo regime⁴. A sociedade madeirense, distanciada da vida política, revelava um indiferentismo praticamente total por todos estes fenómenos.

Após a vitória republicana, lentamente o Episcopado português vai-se organizando e respondendo aos desafios da Lei da Separação. Um pouco mais tarde, por meio do Concílio Plenário Português (1926) se concretizava um projecto de vida católica para a Igreja de Portugal.

Do ponto de vista social, o século XX é inovador em diversos acontecimentos que marcaram a abertura da sociedade madeirense à modernidade: «O período de republicanização da Madeira (1882-1926) [é] definido como de abertura assumida à modernidade [...]»⁵. Esta abertura manifesta-se pelo fascínio pela técnica, pela mobilidade social. A grande guerra, o fenómeno do turismo internacional, a especulação económica e o jogo clandestino geram novas atitudes na sociedade madeirense⁶. A situação socioeconómica na ilha da Madeira caracteriza-se pelas inovações de carácter técnico e técnicas introduzidas na ilha. No entanto, apenas uma minoria da população madeirense usufruía destas inovações⁷, pois a maioria dos habitantes da ilha vivia em difíceis condições, tendo como base da sua subsistência uma agricultura primitiva e precária⁸. A situação da população agrícola era difícil, as remunerações eram baixas, a comercialização dos produtos quase inexistente e,

³ SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 36.

⁴ Cf. BRAZÃO, Maria Elisa de França e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira - 1931*, DRAC, Funchal, 1994, p.13.

⁵ BRANCO, Jorge Freitas, *Estrondos, estampidos, motores: a abertura da Madeira à modernidade*, *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 12.

⁶ Cf. *Ibidem*, p. 13.

⁷ No primeiro quartel do século XX desenvolveu-se a electricidade, introduziu-se o automóvel, o fonógrafo, o gramofone, o cinema, raios X, entre outras modalidades técnicas.

⁸ Cf. BRAZÃO, Maria Elisa de França e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira - 1931*, DRAC, Funchal, 1994, p.13.

portanto, a alimentação era pobre. Esta situação fazia com que se dependesse, em grande parte, da moeda estrangeira, isto é, da remessa dos emigrantes. Outro factor a ter em conta é o facto de se assistir à dispersão e ao isolamento constante das residências das populações que, com isto, ficavam afastadas dos centros vitais da vida comunitária. Como afirma Maria Brazão, «o custo de vida manifestava-se de tal modo assustador que, no discurso pronunciado no Senado, o madeirense Dr. Vasco Marques recorria ao Governo para pôr cobro às especulações que poderiam levar a população à “revolução da fome”»⁹.

Em 1931, ocorreu na Madeira a denominada “revolta da Farinha” contra o regime do estado central, a qual envolveu toda a população, incluindo os militares que se encontravam na ilha¹⁰. O que viria a detonar esta situação foi o anúncio da publicação do decreto sobre o regime dos cereais, que ficou conhecido regionalmente como o “Decreto da Fome”. Este decreto foi alvo de protestos regionais contra o monopólio da moagem dos cereais.

Em 1940, é assinada a Concordata e o Acordo Missionário¹¹ que «saldam e consagram esse espírito de entendimento e cooperação»¹² entre o Estado e a Igreja. A concordata permitiu repor «todos os direitos e privilégios que a Igreja possuía (artigos I-VIII), incluindo o reconhecimento da “propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam” e estavam ainda “na posse do Estado” (artigo VI)»¹³. Permitiu ainda que fossem «garantidas todas as liberdades no exercício do culto, isentando os sacerdotes de qualquer tipo de impostos,

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ Cf. CARITA, Rui, *História do Funchal*, Associação Académica da Universidade da Madeira, Funchal, 2013, pp. 213-224.

¹¹ Cf. *Portugal e a Santa Sé*, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, 1943. A Concordata entre a Santa Sé e o governo português, de 7 de Maio de 1940, bem como o acordo missionário foram saudados pela Igreja.

¹² TORGAL, Luís Reis, *Igreja e Estado no regime de Salazar entre a “separação”, a “concordata” e a polémica*, in *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1ª República ao limiar do século XXI*, Editorial Ausência, Vila Nova de Famalicão, 2004, p. 109.

¹³ CRUZ, Manuel Braga da, *As relações entre o Estado e a Igreja*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 207.

nomeação ou mobilização (artigos XI-XVII)»¹⁴. A concordata marcou o auge das boas relações da hierarquia da Igreja Católica e o regime do Estado Novo. Esta permitiu a reabertura dos seminários, a implementação da Acção Católica¹⁵, a criação dos instrumentos para a Catequese e acção pastoral da Igreja como também a missão no Ultramar.

Como constata Artur Roque de Almeida, as reformas implementadas pelo Estado na sociedade influenciaram a vida religiosa e a própria Igreja¹⁶. As tentativas anteriores de eliminar a Igreja Católica não tiveram sucesso e conduziram a uma restauração da mesma¹⁷. É, portanto, nas décadas de 40 e 50 do século XX que a Igreja Católica Portuguesa «se afirma como sociedade e como instituição»¹⁸.

A situação social, política e religiosa ao longo do século XX na Madeira é semelhante à situação vivida no continente português¹⁹.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ A Acção Católica foi implementada em Portugal no ano de 1933 pelo episcopado português. A Acção católica em Portugal surge «como forma de resposta a um mundo que se autonomizava em relação à Igreja e à própria religião católica, exigindo daquela uma resposta também autonomizada relativamente às opções políticas particulares; resposta militante, necessariamente menos clericalizada, mais repartida pelo conjunto dos crentes e com crescente protagonismo dos leigos» (FERREIRA, António Matos e FONTES, Paulo F. de Oliveira, *Acção Católica Portuguesa* in AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Círculo de leitores CEHR-UCP, Lisboa, 2000, p. 10; cf. CLEMENTE, Manuel, *A Igreja no tempo. História breve da Igreja Católica*, Secretariado Diocesano do ensino religioso e centro de estudos pastorais, Lisboa, 1978, pp. 101-102).

¹⁶ «As transformações introduzidas pela política na sociedade portuguesa ao longo do século XX influenciaram fortemente a vida religiosa do país. A Iª República (1910-1926) entrou rapidamente em conflito aberto com a Igreja, como instituição, e manifestou claramente a intenção de eliminá-la, dados os seus princípios maçónicos e anticlericais» (ALMEIDA, P^o Artur Roque de, *A Igreja na 2ª metade do século XX*, in OLIVEIRA, P^o Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1994, p. 276).

¹⁷ «As tentativas feitas pelo Estado para atingir esse objectivo acabaram por ter o resultado inverso, pois conduziram de facto a uma “restauração” da Igreja. Este fenómeno foi particularmente visível na década de 40, em que ocorreu um notável fortalecimento do tecido eclesial» (*Ibidem*).

¹⁸ *Ibidem*, p. 277.

«Teve então uma rápida e significativa expansão em todos os campos, visível no elevado número de padres, de seminaristas, de religiosos, e de movimentos para leigos, que se ocupam de questões de ensino, saúde e ajuda fraterna» (*Ibidem*. Cf. REZOLA, Maria Inácia, *Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, 1990, pp. 223-224, 226-228, 230-232, 234, 243).

¹⁹ PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), pp. 18-20.

A Iª República (1910-1926), marcada pelo seu radical anticlericalismo e pela dimensão maçónica, terminou «por revitalizar a Igreja Católica na Madeira, melhor dizendo, no Funchal, formando uma elite de militantes católicos, com destaque para Juvenal Henriques de Araújo (1892-1976)²⁰, António Pestana e Manuel Pestana Reis (1894-1966)²¹»²². Surgem também novas associações caritativas e de ensino, como por exemplo «a Associação Protectora da Mocidade, com a Escola de Artes e Ofícios, fundada em 1921 pelo padre Laurindo Pestana, e entregue, em 1925, aos Padres Salesianos, e a liga de Acção Social Cristã (1922)»²³. Vão instalar-se novas congregações na Madeira, concretamente os «Irmãos de S. João de Deus (1922), Apresentação de Maria (1925), Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração (1925)»²⁴. Os Círculos Católicos surgiram para a formação e militância católicas destacando-se «o de Santa Maria Maior, fundado em 1913, a Juventude Católica, que promoveu diversas conferências, com personalidades de reputação nacional, como o padre Cerejeira, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa (1924), e Salazar (1925), e a Biblioteca Utile Dulci (1915)»²⁵. É aqui que nasce a imprensa católica²⁶ como campo privilegiado de acção da Igreja, «com

²⁰ Juvenal Henriques de Araújo, filho de João Isidoro de Araújo Figueira e de Virgínia Henriques de Araújo, natural de Câmara de Lobos, recebeu as seguintes condecorações: Oficial da Ordem Militar de Cristo (21 de Outubro de 1924), Comendador da Ordem de Benemerência (14 de Novembro de 1950), Comendador da Ordem da Instrução Pública (4 de Maio de 1963) e Comendador da Ordem de São Silvestre Papa da Santa Sé.

²¹ Manuel Pestana Reis nasceu nos Canhas, filho de José Pestana Reis e Maria da Silva Gaspar. Após frequentar e concluir o curso no Liceu do Funchal, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, porém concluiu o curso de direito na Faculdade de Direito de Lisboa. Colaborou em vários jornais da Madeira e do Continente, entre eles *O Imparcial*, *Correio da Madeira*, *Jornal da Madeira*, e dirigiu mais tarde o *Diário da Manhã*. Foi professor do Liceu do Funchal e do Liceu Passos Manuel, dirigiu vários anos a Casa Pia de Lisboa. Desempenhou, também, o cargo de vogal na Câmara Municipal do Funchal e procurador da Junta Geral do distrito do Funchal.

²² PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 18.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*, pp. 18-19.

²⁶ «Sublinha-se ainda, expressamente, a importância da chamada “boa imprensa”. Esta forma de apostolado encontrava-se em fase de relançamento, com a Liga da Boa Imprensa, estabelecida em várias dioceses a partir de 1915, pela acção do padre Benevenuto de Sousa. O modo de criação e difusão da imprensa católica era engenhoso: muitas vezes, o mesmo jornal mudava de nome para circular em várias terras; outras vezes, mantinha o título, publicando-se em terras diversas, conforme as possibilidades tipográficas e as dificuldades resultantes do exercício da liberdade de expressão» (FONTES, Paulo F. de Oliveira, *O catolicismo português no século xx*:

destaque para a revista *Esperança* (1919-1938) e o jornal *Correio da Madeira* (1922-1932)»²⁷; também «em 1932 surge um novo diário, *O Jornal*, na diocese da Madeira, elevando-se assim o número de diários católicos para quatro»²⁸.

O partido político *Centro Católico Português*²⁹ foi formado «com o intuito de contribuir para a “cristianização das leis”, aliás de acordo com as instruções da Santa Sé de acatar o novo regime e colaborar com as instituições políticas vigentes»³⁰. Em 1922, o círculo eleitoral do Funchal consegue eleger pelo partido Centro Católico Português o deputado Juvenal Henriques de Araújo.

Ainda no âmbito político, vivia-se numa ditadura, mais ou menos há 30 anos, quando o novo prelado (D. Frei David de Sousa) chega à Madeira. Não havia liberdades nem respeito pelos direitos mais elementares nem a possibilidade de organizar-se sindical, social ou politicamente. Como testemunha o padre Agostinho Jardim Gonçalves,

«vivia-se ao ritmo de um silêncio ensurdecedor, que era o pano de fundo de uma resignação generalizada ou talvez de um medo bem assimilado, que apontava o "inimigo" ... sem rosto, mas

da separação à democracia in AZEVEDO, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Círculo de leitores CEHR-UCP, Lisboa, 2002, p. 144).

²⁷ PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 19.

²⁸ REZOLA, Maria Inácia, *Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 244.

²⁹ O Centro Católico Português foi criado oficialmente no dia 8 de Agosto de 1917 em Braga, «assente na ideia de que importava fortalecer a organização dos católicos para lutarem pelos seus princípios, no quadro da separação existente e fora da tutela da Igreja do Estado» (AZEVEDO, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Círculo de leitores CEHR-UCP, Lisboa, 2002, p. 143; cf. CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, editorial Presença, Lisboa, 1980, p. 264). O Centro Católico Português teve principalmente três fases: a primeira é a da assembleia geral que «abriu, assim, o primeiro período de existência do C.C.P., que vai desde a sua fundação ao I Congresso e à aprovação pelo episcopado das *Bases Regulamentares*, de 22 de Novembro de 1919. [...] Seguir-se-lhe-á, com efeito, uma segunda fase, de Novembro de 1919 em diante, caracterizada fundamentalmente pela automatização política e organizativa, e que será fortemente marcada pela notável direcção do seu presidente António Lino Neto. Neste segundo período, a actuação do C.C.P. pautar-se-á, efectivamente, pelo desvinculamento da oposição monárquica e mais conservadora e pela crescente cooperação crítica com os governos republicanos. Uma última e terceira fase pode ainda considerar-se, a partir do 28 de Maio de 1926, até à sua transformação em Acção Católica» (CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, editorial Presença, Lisboa, 1980, p. 265).

³⁰ PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 19.

coincidente com a indicação dos cerceadores de toda e qualquer liberdade, e que dava quase sempre pelo nome de "comunismo". Trabalhavam nesse sentido a censura, a delação policial, os organismos estatais e paraestatais para jovens, para adultos "bravos e patriotas", para mulheres submissas e bem comportadas, para trabalhadores, cavadores e bordadeiras. Tudo estava previsto e enquadrado»³¹.

O Estado Novo proporcionou «à Igreja madeirense, tal como a nível nacional, uma descompressão, a recuperação do prestígio social e uma maior liberdade, embora vigiada e controlada pelo poder político»³². Em contrapartida, havia por parte da Igreja madeirense ajuda às iniciativas estatais:

«[...] nos períodos eleitorais, o poder político sempre pôde contar com o apoio do clero madeirense, para garantir aquele unanimismo, aquela união sagrada, defendida por ambas as partes, entre a Igreja e a prática [...], tão efusivamente expressa na construção de cruzeiros, em 1940, e na recepção triunfal ao Cardeal Cerejeira, em Julho de 1947, aquando da sua passagem pela Madeira, a caminho de Lourenço Marques, para a sagração da respectiva catedral»³³.

Na área religiosa, era sobretudo a Igreja Católica, uma diocese com longa tradição, que comungava da mesma fé e da mesma cultura que atravessava e era aceite. Além disso, outras confissões religiosas, que sobreviveram às perseguições de tempos antigos, tinham fraca expressão, ou impuseram-se pelas colónias estrangeiras que serviam, como foi o caso da Igreja Anglicana.

No arquipélago da Madeira, ocorreu uma revitalização da Igreja ao longo do século XX por meio de duas iniciativas. A primeira deveu-se à dinamização da piedade popular³⁴ e das devoções³⁵

³¹ Cf. *Entrevista ao P. Agostinho Jardim Gonçalves*, 2014, em anexo, p. 143.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

³⁴ «É o nome dado às várias expressões de culto privado (pessoal ou comunitário) prestado a Deus, aos santos e às coisas santas que, no âmbito da fé cristã, se revestem, não tanto das formas próprias da liturgia, mas das que resultam da cultura dum povo ou grupo social» (FALCÃO, D. Manuel Franco, *Enciclopédia Católica Popular*, Paulinas editora, Prior Velho, 2004, pp. 392-393).

«A piedade popular, justamente considerada, é um “verdadeiro tesouro do povo de Deus”, “manifesta uma sede de Deus que só os simples e os pobres podem conhecer; torna capazes de generosidade e de sacrifício até ao

«com a formação de inúmeras confrarias, muitas das quais com o decurso do tempo se foram extinguindo por morte natural, e o culto generalizado a Nossa Senhora de Fátima³⁶, que teve o seu apogeu em 1948, com a visita da respectiva imagem peregrina»³⁷.

A segunda iniciativa deu-se na segunda metade do século XX e «(...) foi o da inovação, da militância activa e mais consciente, com a formação de núcleos da Acção Católica³⁸, fonte de esclarecimento religioso e político, e os Cursos de Cristandade³⁹ a partir da década de 1960, antes da implementação das reformas do Concílio Ecuménico que, aliás, chegaram aqui tardiamente»⁴⁰.

heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; comporta um sentido apurado dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante; gera atitudes interiores raramente observadas noutra lugar ao mesmo nível: paciência, sentido da cruz na vida diária, desapego, abertura aos outros, devoção”» (Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos, cidade do Vaticano, 2002. Versão portuguesa: Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos, Paulinas Editora, Lisboa, 2003, p. 21).

³⁵ «No nosso âmbito, o termo é usado para designar as diversas práticas exteriores (por exemplo, textos de oração e de canto, observância de tempos e visita a lugares particulares, insígnias, medalhas, trajes e costumes) que, animadas por atitudes interiores da fé, manifestam um carácter particular da relação do fiel com as Pessoas Divinas ou com a Bem-aventurada Virgem, nos seus privilégios de graça e nos títulos que os exprimem, ou com os santos, considerados na sua configuração a Cristo, ou no papel por eles desempenhado na vida da Igreja» (Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos, cidade do Vaticano, 2002. Versão portuguesa: Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos, Paulinas editora, Lisboa, 2003, pp. 20-21). Cf. SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 55-56.

³⁶ Cf. GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega, *Dicionário das Festas, romarias e devoções da Madeira*, SRTC-DRAC, Funchal, 2014, p. 26.

³⁷ PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 19.

³⁸ «A Acção Católica teve uma presença muito forte e extensa na ilha da Madeira, atingindo quase todas as paróquias, com particular intensidade na cidade do Funchal. Mobilizou os seus membros, mesmo antes do concílio, em todas as classes sociais, mas conseguiu um maior impacto no meio operário, principalmente o juvenil (JOC). [...] A Juventude Agrária (JAC) e os adultos da LAC estendiam-se por quase toda a Madeira e, nos domingos, reuniam com o assistente diocesano e a direcção que, do Funchal, se derramava por toda a diocese» (FARIA, D. Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípiã Editora, Cascais, 2014, pp. 128-129).

³⁹ «A introdução do M.C.C. nesta Diocese foi antecipada pela participação de alguns padres e leigos em Cursilhos realizados em outras Dioceses. Entre eles são de destacar os nomes dos sacerdotes, padre Maurílio de Gouveia, padre João Gouveia da Conceição e o leigo Carlos Ornelas Monteiro. O 1º cursilho do Funchal, era então Bispo da Diocese D. David de Sousa, realizou-se no Seminário Maior do Funchal de 17 a 20 de Abril de 1963, e nele participaram 21 homens. A Direcção Espiritual estava a cargo dos Padres do Porto, António Ferreira Vaz e Januário Torgal Ferreira». (Froes, José, *Os Cursilhos em Portugal-Retalhos da sua história*, Secretariado Nacional dos Cursilhos de Cristandade, Fátima, 2003, pp. 123-124).

⁴⁰ PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 19.

É de salientar que os movimentos laicais na diocese, como a Acção Católica e os Cursos de Cristandade⁴¹, eram uma força motriz da diocese no final da década de 50, como testemunha D. Teodoro de Faria:

«Lembro-me que quando era jovem padre, quando vinha cá de férias, tínhamos dois movimentos impressionantes que era a Acção Católica - já estava um pouco decaída -, mas tínhamos os cursos de cristandade. Os cursos de cristandade atraíam homens – havia poucos homens, ficavam atrás – mas com os cursos de cristandade estes homens ficaram com uma formação, com um amor a Cristo e à Igreja; encheram a igreja toda, iam cantar, serviam no altar, foi uma coisa extraordinária. A diocese do Funchal sobre este aspecto era uma diocese muito viva, em movimentos laicais - da acção católica, dos cursos de cristandade [...]»⁴²

As devoções e tradições religiosas continuaram a estar presentes na segunda parte do século XX; muito contribuíram para a identidade da população madeirense, desde os inícios até ao presente⁴³, apesar de um ou outro reparo, de alguns abusos⁴⁴. Alguns vinham já de séculos precedentes, como refere o Cónego Vítor Gomes:

«A Madeira é conhecida como a terra do Santíssimo Sacramento, centrada na piedade eucarística e nas festas e procissões do Santíssimo. No século XVI, as festividades em honra do Santíssimo juntavam, na tradicional procissão, para além do Santíssimo, as imagens dos santos acompanhadas pelo clero, corporações artesanais e autoridades. Para além dos frequentes desentendimentos quanto aos lugares e precedências na procissão, havia também durante a festa costumes que perturbavam o espírito de piedade. Lê-se nas Saudades da Terra que “quando vinha um dia de S. João ou do Corpo de Deus, eram tantos os cavaleiros para jogos de canas e escaramuças que mais parecia exército de terra que folgar de festa”. Havia aqui a necessidade de fazer um trabalho de evangelização necessário em todas as épocas»⁴⁵.

⁴¹ Os Cursos de Cristandade expandiram-se «como um novo Pentecostes, atraindo principalmente homens, alguns dos quais não praticantes e até em oposição à própria Igreja» (FARIA, D. Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípio Editora, Cascais, 2014, p. 129).

⁴² Cf. *Entrevista a D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal*, 2014, em anexo, p. 131.

⁴³ Cf. GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega, *Dicionário das Festas, romarias e devoções da Madeira*, SRTC-DRAC, Funchal, 2014, p. 23.

⁴⁴ Cf. SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 37-40.

⁴⁵ GOMES, Cónego Vítor, *Breve Memorial dos 500 anos da Diocese do Funchal*, Almanaque, Posto Emissor do Funchal, Funchal, 2014, pp. 114-115.

As devoções e tradições da população não se limitavam ao lugar celebrativo; procurou-se uma exteriorização que acabou por se reflectir nas romagens, nas festas, nas romarias, nas missas do parto, nas procissões, entre outras manifestações de fé⁴⁶:

«O mesmo poderíamos dizer em relação às tradicionais romarias. São peregrinações às grandes festas que se repetem todos os anos e passam de geração em geração: Nossa Senhora do Monte, o Senhor Bom Jesus de Ponta Delgada, o Senhor dos Milagres de Machico estão entre as mais importantes. São, ao longo da história, grandes manifestações de religiosidade e de fé mas os excessos sempre existiram. Também aqui, o clero ia insistindo na ideia de que só o verdadeiro espírito de fé da romaria é a razão de ser duma festa familiar sadia»⁴⁷.

Desta forma, e em oposição ao que ocorreu no século XIX, a diocese do Funchal conheceu uma forte renovação laical no século XX, através da Acção Católica, que atingiu todas as classes sociais (agrários, estudantes, independentes, operários, universitários) e dos Cursos de Cristandade, que reanimaram a Acção Católica, no final da década de 50 do século XX⁴⁸.

Apesar dos grandes movimentos de imigração que ocorreram rumo aos países da América Latina, principalmente para a Venezuela e rumo à França, a Madeira registou um aumento populacional desde o início da segunda grande guerra mundial⁴⁹. O crescimento começou a acontecer no «ano de 1940, com 249.439 habitantes, número que subiu para 269.769 dez anos depois e para 282.678 pessoas no recenseamento de 1960»⁵⁰. Durante as décadas de 40 a 60 houve um crescimento de 33.239 habitantes. Porém, com o início da segunda metade do século XX, «a demografia madeirense deixou de ser marcada pelo

⁴⁶ Cf. SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 41.

⁴⁷ GOMES, Cónego Vítor, *Breve Memorial dos 500 anos da Diocese do Funchal*, Almanaque, Posto Emissor do Funchal, Funchal, 2014, p. 115.

⁴⁸ Cf. FARIA, D. Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípia Editora, Cascais, 2014, p. 124-125.

⁴⁹ Desde o início do século XX que a diocese do Funchal registou um aumento progressivo de número de almas. Em 1900, a diocese apresentava 150. 528 pessoas e em 1950 contava com 266. 990 pessoas, o que significa um crescimento de 116. 462 pessoas. [Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Junho-Julho 1959) p. 20].

⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XVI, Editorial Verbo, 2007, p. 352.

crescimento populacional»⁵¹. Isto ficou a dever-se essencialmente a outras fortes correntes de emigração.

Além destes dois processos de revitalização, houve um outro aspecto que veio enriquecer a Igreja na Madeira durante o século XX. Os místicos – Madre Mary Jane Wilson, Madre Virgínia da Paixão, Irmã Maria do Monte, Beato Carlos de Áustria – foram, num século marcado pela guerra, pelo desespero, pelo ódio e violência, um sinal da presença amorosa de Deus⁵². Eles manifestaram a presença do Seu amor «à Igreja e à humanidade através do Coração de Jesus Cristo»⁵³

No início da segunda metade do século XX verificou-se um reforço dos meios e de ajudas por parte do Estado Português para equipamentos sociais e forças de segurança na Madeira:

«No ano de 1951 fez-se sentir por parte do Governo da República um grande apoio aos bombeiros voluntários da ilha, que foram dotados de viaturas, material, escadas mecânicas e mangueiras, para o combate aos incêndios. O diploma faz a destrição das coisas a adquirir e que beneficiou os municípios do Funchal, de Câmara de Lobos, de Machico e de Santa Cruz. Também a segurança das populações foi assegurada, com a criação de postos de segurança pública nos concelhos de Câmara de Lobos e de Calheta, com 1 graduado e 4 guardas em cada posto»⁵⁴.

No Verão de 1952, desabaram sobre a Madeira temporais extremamente violentos, dos quais resultaram avultados prejuízos, danos pessoais e materiais, nas casas e nas populações⁵⁵. Estes acontecimentos levaram o governo português a conceder linhas de crédito; a tudo isso se juntaram «instituições privadas e de pessoas abastadas, que tentaram minorar os efeitos da

⁵¹ OLIVEIRA, Isabel Tiago de, *População e demografia na Madeira-séculos XIX e XX*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 8.

⁵² Cf. FARIA, D. Teodoro de, *O primado da Eucaristia nos místicos madeirenses dos séculos XIX E XX*, Edição da paróquia de Nossa Senhora do Monte, Funchal, 2013, p. 33.

⁵³ *Ibidem*. Os místicos a que nos referimos são: Madre Mary Jane Wilson, Madre Virgínia da Paixão, Irmã Maria do Monte, Beato Carlos de Áustria.

⁵⁴ OLIVEIRA, Isabel Tiago de, *População e demografia na Madeira-séculos XIX e XX*, in *Newsletter Ceha* 43 (2012), p. 8.

⁵⁵ Cf. *Ibidem*, p. 353.

tragédia»⁵⁶. Em Novembro de 1956, a Madeira voltou a ser fustigada por um violento temporal que se abateu sobre a parte leste da ilha afectando os concelhos de Santa Cruz e Machico; para esta situação foi disponibilizado auxílio às populações por parte do Governo⁵⁷.

Ainda do ponto de vista social, durante a década de 50 e início da década de 60 verificase na diocese muita pobreza que afecta os madeirenses e porto-santenses. Na sua carta pastoral “Sobre os nossos pobres”, D. Frei David de Sousa denuncia alguns problemas com que a sociedade madeirense se debate:

«O problema habitacional é agudo pelo mundo todo. Porém, entre nós, os Madeirenses, é agudíssimo, devido à grande densidade populacional, à falta quase total da grande indústria, ao condicionalismo das exportações e das importações, etc»⁵⁸.

No campo económico-social, nos fins da década de 50 e início da de 60, a pouca distância do fim da segunda guerra mundial, a Madeira sofria ainda da miséria de uma economia de fraca produção e rentabilidade, assente em estruturas de propriedade arcaicas e injustas⁵⁹. A ilha da Madeira vivia dependente do empreendimento estrangeiro, britânico sobretudo, que tinha em suas mãos as principais forças produtivas, desde o açúcar à borracha, do vinho aos bordados, do tabaco à banca e à imprensa mais actualizada tecnicamente. Isto tinha como consequência a chaga social de uma população pobre, nalguns casos miserável, com alto grau de analfabetos, vivendo perdidos por montanhas e vales, privados de educação, de serviços de saúde, ignorantes dos seus direitos e entregando-se a formas de alienação de que o alcoolismo era a mais comum e tantas vezes causa de enfermidades e desordens sociais.

A Igreja funchalense no início da década de 50 confronta-se com inúmeros problemas que derivam em muito do ambiente social e político que se vivia. D. Frei David de Sousa vai

⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 354-355.

⁵⁸ SOUSA, D. Frei David, Carta Pastoral *Os nossos pobres*, de 7 de Dezembro de 1959, p.2.

⁵⁹ Numa carta dirigida a D. João da Silva, bispo de Lamego, D. Frei David fala sobre as condições económico-sociais existentes: «[...] o custo de vida é muito elevado e a carência de indústria pode dizer-se completa» (SOUSA, D. Frei David, *Carta a D. João da Silva Campos Neves*, Funchal, 12 de Dezembro de 1958, p.1).

herdar uma pesada herança de D. António Manuel Pereira Ribeiro, nomeadamente a problemática das vocações e dos seminários, da pobreza, da paroquialidade, da densidade populacional, da formação cristã, entre outras⁶⁰.

⁶⁰ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro – Outubro 1962) p. 31.

II. D. FREI DAVID DE SOUSA, BISPO DO FUNCHAL

2.1. O percurso histórico do novo bispo

2.1.1. Infância e ambiente familiar

D. Frei David de Sousa nasceu a 25 de Outubro de 1911 na freguesia de São João de Alpendorada, concelho de Marco de Canaveses, diocese e distrito do Porto, filho de Manuel de Sousa e de Maria de Jesus⁶¹.

D. Frei David de Sousa foi baptizado na igreja paroquial de Alpendorada a 1 de Novembro de 1911 pelo padre David Teixeira, pároco de Alpendorada. Foi padrinho o padre David Teixeira e madrinha Delfina C. de Mirandela Corte Real⁶².

A caminhada vocacional brota de um desejo de prosseguir os estudos e de ser padre suscitado pelo convite do padre Bartolomeu Ribeiro, «velho e grande amigo franciscano»⁶³ do seu padrinho de baptismo, o padre David Teixeira, pároco de Alpendorada. Prontamente responde à papelada e é admitido ao colégio de estudos preparatórios.

⁶¹ Cf. Assento de Baptismo de David de Sousa, em anexo, p. 117. *in* Cartório paroquial de Alpendorada, nº 42.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ Manuscrito *Caminha vocacional*, p.1 *in* Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

2.1.2. Ingresso na ordem franciscana

David de Sousa entrou em 1926, com 15 anos, para o Colégio Seráfico da Província Portuguesa da Ordem Franciscana, em Tui, Espanha; posteriormente continuou os estudos de humanidades em Braga, durante os anos de 1928 a 1931⁶⁴.

Tomou o hábito franciscano a 7 de Setembro de 1931⁶⁵, no colégio de S. António, em Tui, Espanha, onde fez a Profissão de votos temporários a 8 de Setembro de 1932⁶⁶ e onde estudou filosofia durante os anos de 1932 a 1934 onde era o melhor aluno do seu curso⁶⁷.

Depois de concluídos os estudos de filosofia, aluno brilhante do seu ano, David de Sousa foi mandado pelos superiores, em 1934, para a universidade franciscana internacional, em Roma (Ateneu Antoniano). Aí fez a Profissão de votos solenes a 28 de Novembro de 1935⁶⁸ e foi ordenado sacerdote a 18 de Julho de 1937. Licenciou-se em Teologia no ano de 1938 e especializou-se em Sagrada Escritura no ano de 1940⁶⁹.

2.1.3. Docência e outros serviços que na ordem prestou

Frei David regressou a Portugal em 1940 e logo iniciou o seu magistério de Sagrada Escritura e de línguas bíblicas – grego e hebraico – no seminário Franciscano de Teologia da

⁶⁴ Cf. Pereira, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989, pp. 457-458; cf. Nota biográfica de D. Frei David de Sousa do dia 15 de Dezembro de 1963 in Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa (1957-1965), caixa 1; cf. RIBEIRO, António (dir.), *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio ecuménico Vaticano II*, Editorial Estampa, vol. III, s.d., p. LIV.

⁶⁵ Cf. Livro das admissões dos noviços (1919-1932), p. 81 verso in Arquivo da Província portuguesa da OFM-Silva Carvalho, Lisboa.

⁶⁶ Cf. Livro das profissões simples, p. 67 in Arquivo da Província portuguesa da OFM-Silva Carvalho, Lisboa.

⁶⁷ Cf. Livro das Actas do conselho escolar da Província portuguesa da OFM, 1933-1934, pp. 81-83 in Arquivo da Província portuguesa da OFM-Silva Carvalho, Lisboa.

⁶⁸ O historiador não teve acesso ao registo deste dado. Pelo facto de ter realizado a profissão solene em Roma é lógico afirmar que o registo da mesma deve encontrar-se em Roma.

⁶⁹ Cf. Pereira, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989, pp. 457-458; cf. Nota biográfica de D. Frei David de Sousa do dia 15 de Dezembro de 1963 in Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa (1957-1965), caixa 1.

Luz, em Lisboa⁷⁰. Além disto, desempenhou também os seguintes serviços ao longo da sua vida na Ordem dos Frades Menores: Mestre dos estudantes de Teologia, durante os anos de 1940 a 1948; foi secretário da província portuguesa, durante os anos de 1945 a 1948⁷¹.

Frei David de Sousa foi eleito Ministro Provincial para os anos de 1948 e 1951⁷². A sua nomeação ocorreu por mandato dos padres definidores gerais em Roma.

Nesta qualidade tomou parte no capítulo geral da Ordem Franciscana, realizado em Assis, pela festa do Pentecostes do ano de 1951; foi também visitador provincial às missões Franciscanas de Moçambique e da Guiné, em 1950; foi visitador geral à província Franciscana de Cartagena, Espanha, em 1949; foi igualmente visitador geral ao comissariado Franciscano Espanhol de Marrocos, em 1952. Por fim, em 1956 foi visitador geral à Província Franciscana de Santiago de Compostela⁷³.

Como professor e estudioso, apresentou comunicações aos congressos Luso-Espanhol, celebrado em Fátima de 12 a 16 de Julho de 1944, Mariano Assuncionístico, em Lisboa e Fátima, de 9 a 13 de Outubro de 1947, e ao da União Missionária do Clero em Fátima, de 10 a 13 de Agosto de 1948. Colaborou em numerosas revistas com artigos da sua especialidade e leccionou Sagrada Escritura em vários cursos aos homens da liga católica, quer em Fátima quer em Lisboa⁷⁴.

⁷⁰ Cf. Livro das Actas do conselho escolar de Filosofia e Teologia (1928-1959), pp. 76-77; 83, 91 in Arquivo da Província portuguesa da OFM-Silva Carvalho, Lisboa.

⁷¹ Cf. Pereira, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989, pp. 457-458; cf. Nota biográfica de D. Frei David de Sousa do dia 15 de Dezembro de 1963 in Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa (1957-1965), caixa 1.

⁷² Cf. Livro das Actas do definitório (1945-1954), pp. 116-119 in Arquivo da Província portuguesa da OFM-Silva Carvalho, Lisboa.

⁷³ Cf. Nota biográfica de D. Frei David de Sousa do dia 15 de Dezembro de 1963 in Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa (1957-1965), caixa 1.

⁷⁴ Cf. RIBEIRO, António (dir.), *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio ecuménico Vaticano II*, Editorial Estampa, vol. III, s.d., pp. 54-55.

2.1.4. A nomeação para bispo do Funchal

O padre David de Sousa, no 25 de Setembro de 1957, sendo reitor do seminário Franciscano da Luz⁷⁵, foi eleito bispo do Funchal pelo papa Pio XII⁷⁶. Foi o segundo frade da Ordem de São Francisco (O.F.M)⁷⁷ que assumiu a mitra da diocese do Funchal e o trigésimo bispo do Funchal⁷⁸.

Segundo nos narra Eduardo Pereira, a nomeação de D. Frei David de Sousa foi «recebida com geral simpatia e apreço, sentimentos espontâneos naturais dum meio tradicionalmente franciscano»⁷⁹. A nomeação de D. David de Sousa para bispo do Funchal suscitou várias reacções no âmbito eclesial e social madeirense. A morte de D. António Manuel Pereira Ribeiro representou um abrir de expectativas de carácter eclesial compreensíveis ao fim de um pontificado longo, com muitas virtudes mas sem frescura e imaginação pastoral⁸⁰. Como testemunha o Padre Agostinho Jardim Gonçalves, a nomeação de D. David suscitou por um lado uma onda de curiosidade positiva do clero em geral e da sociedade madeirense e por outro lado um nervosismo perante o “desconhecido” e a novidade que o novo bispo representava:

«Desde as figuras maiores da chamada, ao tempo, "câmara eclesiástica" aos superiores do seminário, que acabava de conhecer o relatório da "Visita Apostólica" que recentemente se realizara por decisão da Santa Sé; desde a magna Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé, onde vigoravam as figuras de especial projecção social e política do arquipélago até aos

⁷⁵ Cf. *Das Artes e da História da Madeira*, nº 30 (1960) p. 23.

⁷⁶ Cf. Bula de nomeação de D. Frei David de Sousa como bispo do Funchal, em anexo, p. 119.

⁷⁷ Os dois prelados chamam-se D. Frei João do Nascimento e D. Frei David de Sousa. Cf. *Das Artes e da História da Madeira*, XXX (1960) pp. 22-28.

⁷⁸ Cf. PEREIRA, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989, p. 457; Cf. JORGE, Ana Maria, *Episcopologio* in *Dicionário de história religiosa de Portugal*, C-I, Circulo de leitores, CEHR-UCP, Lisboa, 2000, p. 137.

⁷⁹ PEREIRA, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989, p. 457

⁸⁰ Cf. PEREIRA, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1957, pp. 1044-1045. Cf. Entrevista ao Pe. Jardim Gonçalves, 2014, em anexo, p. 139.

dirigentes diocesanos da Acção Católica: todas estas figuras viveram momentos de interrogações incómodas [...]»⁸¹.

Para além disso, D. David de Sousa era um desconhecido⁸², religioso franciscano, enviado para uma diocese marcada, nos últimos tempos, por uma espiritualidade preferentemente jesuítica⁸³. Recorde-se que o bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro⁸⁴ teve uma formação jesuítica⁸⁵ e todo o seu apostolado como bispo do Funchal será pautado por uma espiritualidade jesuítica⁸⁶. Para além disto, a formação do seminário do Funchal bem como a formação dada ao clero era de inspiração jesuítica.

2.1.5. Sagração e chegada à diocese

D. Frei David de Sousa, bispo eleito do Funchal, foi sagrado bispo, na Sé Patriarcal de Lisboa no dia 10 de Novembro de 1957 pelo cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel

⁸¹ Cf. *Entrevista ao P. Agostinho Jardim Gonçalves*, 2014, em anexo, p. 139.

⁸² Frei David não era, ao tempo, personalidade destacada na opinião pública do país. Na Igreja, o seu nome ganhara, entretanto, especial relevo pelo valor doutrinário e retórico das conferências que recentemente proferira na igreja de São Domingos do Rossio, em Lisboa. A sua preparação, sobretudo bíblica, ganhara então especial relevo.

⁸³ Os primeiros padres jesuítas a chegarem à Madeira foram Francisco Varca e J. Naxera em Outubro de 1566. Estes vieram integrados na armada do Donatário João Gonçalves da Câmara de socorro à ilha contra os corsários franceses. Em 1570 instalou-se no Funchal a primeira comunidade de padres jesuítas. A 16 de Julho de 1970 a companhia de Jesus foi expulsa da Ilha da Madeira por ordem do Marques de Portugal. (Cf. PEREIRA, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989, pp. 464; 467).

⁸⁴ D. António Manuel Pereira Ribeiro, natural de Braga, foi o vigésimo sétimo bispo do Funchal, entre 14 de Março de 1915 e 22 de Março de 1957. O seu pontificado de quarenta e dois anos foi o mais longo de um bispo do Funchal. (Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Livraria Civilização, Porto-Lisboa, 1970, pp. 541-543; Cf. CAMACHO, Manuel Francisco, *Provisão*, in Arquivo do Cabido da catedral do Funchal, Diocese do Funchal, Funchal, 1957, pp. 1-2).

⁸⁵ Cf. PEREIRA, C.N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1957, p. 1044. Cf. SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 8.

⁸⁶ O prelado durante o seu pontificado exortava à realização de exercícios espirituais de Santo Inácio para a vivência do espírito sacerdotal do clero. (Cf. Circular de D. António Ribeiro de 20 de Julho de 1918, *Exercícios Espirituais in Boletim Eclesiástico da Madeira*, (Agosto de 1918) p. 94; cf. Circular de D. António Ribeiro de 7 de Julho de 1919, *Exercícios Espirituais in Arquivo Histórico da diocese do Funchal*, Arquivo de D. António M. P. Ribeiro, Mç 5, pp. 7-8).

Gonçalves Cerejeira, sendo consagrantes D. Manuel dos Santos Rocha, arcebispo de Mitilene e D. Rafael Maria da Assunção, bispo titular de Limira⁸⁷.

No dia solene da sua sagração episcopal, D. Frei David de Sousa dirigiu uma mensagem à diocese afirmando que tinha presente todos os membros e «amados Filhos da querida Diocese do Funchal»⁸⁸. Desta forma o novo bispo quis associar todos os fiéis da diocese a este momento da recepção da plenitude do Sacerdócio, apesar da distância geográfica.

A Sé Patriarcal de Lisboa estava cheia e marcaram presença personalidades do arquipélago da Madeira. Estavam presentes o Governador do distrito autónomo do Funchal, o presidente da Junta Geral do Funchal, o presidente da Câmara Municipal do Funchal, deputados madeirenses, representante da Comissão distrital da União Nacional, representante da Junta Diocesana da Acção Católica do Funchal, entre outros. Para além destes assistiram à celebração litúrgica o arcebispo de Císico, o bispo de Tiava, o abade de Singeverga, o vigário capitular da Sé do Funchal, os provinciais dos Franciscanos Portugueses, dos Dominicanos, dos Capuchinhos, dos Jesuítas, dos Salesianos, dos Padres do Espírito Santo, dos Lazaristas, dos Padres do Coração de Maria, o vice-reitor do Seminário dos Olivais, e vários padres do Funchal. Na assembleia encontravam-se ainda a «superiora geral das Franciscanas Portuguesas»⁸⁹, superiora geral das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, entre outras superiores de congregações femininas franciscanas.

O rito de sagração do novo bispo compreendeu três partes distintas. Na primeira parte e antes da missa, procedeu-se à leitura do mandato, ao juramento e interrogatório do novo bispo. Em primeiro lugar, o arcebispo de Mitilene pediu ao bispo sagrante, em nome da

⁸⁷ Cf. Nota biográfica de D. Frei David de Sousa do dia 15 de Dezembro de 1963 *in* Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa (1957-1965), caixa 1.

⁸⁸ Cf. Sousa, D. Frei David, Mensagem à Diocese do Funchal de 10 de Novembro de 1957 *in* Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁸⁹ Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, nº 11, Novembro de 1957, p. 2 *in* Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa, pasta 1, nº2.

Igreja, que elevasse o presente presbítero ao grau do episcopado. Logo após, o Mestre de cerimónias leu o Mandato Apostólico pelo qual Pio XII delegava no Cardeal Patriarca de Lisboa a sagração do novo bispo. Seguidamente o novo bispo ajoelhou-se perante o Cardeal Patriarca e pronunciou a fórmula de juramento pelo qual prometeu fidelidade e obediência à Igreja. Depois procedeu-se ao interrogatório do novo bispo; o mesmo versou sobre as virtudes cristãs que o bispo deve ensinar pela palavra e pelo exemplo, sobre as verdades da fé católica que o novo bispo irá pregar e defender. Com o beijar do anel do Cardeal Patriarca por parte de D. David deu-se depois início à celebração da missa. O Bispo sagrante e o bispo eleito recitaram as preces preparatórias. A missa prosseguiu e foi cantada pela *Schola Cantorum* do Seminário dos Olivais⁹⁰.

Na segunda parte, procedeu-se à sagração do novo bispo antes da proclamação do Evangelho. Depois de recitado o gradual, deu-se lugar à consagração do novo bispo. O sagrante disse a D. David qual é a missão do bispo «“julgar, interpretar, consagrar, ordenar, sacrificar, baptizar e confirmar”»⁹¹. Depois deu-se o momento profundamente celebrativo. Primeiro, o sagrante convidou os fiéis a orarem pelo eleito; de seguida, este com os bispos assistentes e toda a assembleia ajoelhou enquanto D. David se prostrava por terra; depois cantou-se as Ladainhas dos Santos. No fim, o sagrante ergueu-se, tomou o báculo, voltou-se para o eleito prostrado e cantou a tríplice rogação fazendo sobre ele o sinal da cruz. Os bispos assistentes, de joelhos, fizeram os mesmos ritos sobre o novo bispo. Seguiu-se a imposição das mãos. D. David de Sousa tinha sobre os ombros os Evangelhos; o sagrante e os bispos assistentes impuseram as mãos sobre a cabeça do novo bispo dizendo ao mesmo tempo: «Recebei o Espírito Santo»⁹². Seguidamente, o sagrante ungiu com o Santo Crisma, primeiro em forma de cruz e depois toda a tonsura do eleito pronunciando as palavras rituais. Depois o sagrante derramou o óleo santo sobre as mãos e consagrou-as. Logo de seguida, o sagrante

⁹⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 2-3.

⁹¹ *Ibidem*, p. 4.

⁹² *Ibidem*.

benzeu o báculo e entregou-o a D. David, símbolo de Pastor; benzeu o anel e entregou-o também, símbolo de fidelidade à Igreja⁹³; e entregou o Evangelho, para que o novo bispo anuncie ao povo que lhe é confiado. Por fim, tanto o sagrante como os assistentes trocaram o ósculo da paz com D. David. O novo bispo estava assim consagrado⁹⁴.

A missa prosseguiu, concelebrada pelo Cardeal Patriarca e bispo do Funchal. Terminada a Acção de Graças, o bispo do Funchal ajoelhou-se diante do sagrante que benzeu neste momento a mitra e impôs ao novo bispo, como elmo de defesa e salvação. O mesmo aconteceu para a entrega das luvas⁹⁵. Finalmente, o sagrante colocou o anel no dedo anelar direito de D. David, entregou-lhe o báculo e retirou-se para o lado dando lugar ao novo bispo. Assim, fez-se a apresentação do novo bispo consagrado a todo o povo presente. O bispo sagrante entoou o *Te Deum* que o coro prosseguiu e entretanto o novo bispo percorreu toda a Sé abençoando os fiéis⁹⁶.

Depois do término da cerimónia, D. David recebeu cumprimentos de inúmeras individualidades, das já mencionadas e de outras que assistiram à sua sagração. Após os cumprimentos, houve um “copo de água” no seminário da Luz oferecido pelos padres franciscanos em homenagem a D. David de Sousa. Estiveram presentes o Cardeal Patriarca de Lisboa, o arcebispo de Mitilene, o bispo de Limira, o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal, o vigário capitular do Funchal, entre outras individualidades que marcaram presença na sagração⁹⁷.

Por ocasião dos brindes, o Cardeal Patriarca de Lisboa saudou a Ordem Franciscana, «“glorificada num dos seus filhos”»⁹⁸; sua Eminência afirmou que a cruz que D. David

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ *Ibidem*, p. 5

⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 6.

⁹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 7.

⁹⁸ *Ibidem.*

recebera era símbolo de outra cruz, pesada de sacrifícios mas também coberta de alegrias. Por fim, o Cardeal Patriarca desejou que o novo bispo chegasse bem à sua diocese: «“Sr. bispo do Funchal: que Deus vá consigo. Deus vai consigo!”»⁹⁹. O provincial dos Franciscanos usou também da palavra para bendizer o Senhor e prestar homenagem, em conjunto com todos os franciscanos, a um irmão elevado à plenitude do sacerdócio. Finalizou afirmando que os Franciscanos dirão sempre do Sr. D. David: «“o nosso irmão bispo”»¹⁰⁰. Seguidamente falou em nome dos estudantes universitários, o Sr. Raul Dinis, estudante da faculdade de Medicina de Coimbra que dirigiu algumas palavras ao bispo do Funchal:

«“Pretendo entregar a V. Ex.^a Rev.ma a alma da juventude madeirense universitária. Sabei Sr. D. David de Sousa, que sereis recebido numa terra de sonho. E o grande anfiteatro da cidade do Funchal fechar-se-á sobre vós para vos glorificar”»¹⁰¹.

Por fim, D. David dirigiu uma alocução aos presentes no copo de água. D. David começou por agradecer todas as felicitações desde a nomeação até a sua sagração e em bom espírito franciscano reconheceu de que não é digno das mesmas: «elas são devidas, sobretudo, ao amor gratuito de Deus e à paternal bondade do Santo padre para conosco»¹⁰². D. David nestas afirmações evidencia que a sua elevação ao episcopado não é apenas para si mas para todos, para aqueles a quem Deus quer chegar. O novo bispo prosseguiu a sua alocução dando conta «de uma amizade que vem de longe»¹⁰³ com o Cardeal Patriarca e agradecendo o facto de este ter aceite o convite para ter sido consagrante da sua sagração. Prosseguindo, D. David proferiu algumas palavras para Pio XII representado na pessoa de Monsenhor Brini, demonstrando o seu «respeito, admiração, devoção, veneração, obediência, fidelidade e submissão»¹⁰⁴. De seguida, D. David demonstrou gratidão pela presença e amizade dos bispos

⁹⁹ *Ibidem*, p. 8.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² Alocução de D. David no Copo de Água, p.1 in Biblioteca da província Portuguesa da OFM, arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

consagrantes D. Manuel dos Santos Rocha, arcebispo de Mitilene e D. Rafael Maria da Assunção, bispo titular de Limira. D. Frei David de Sousa agradeceu também a presença das autoridades civis do arquipélago madeirense afirmando que

«deu-nos a sensação [...] de que Nos encontramos, desde já, entre os nossos queridos diocesanos; deu-nos a consoladora certeza de que todas as Ex.mas Autoridades da diocese estão e estarão sempre perfeitamente unidas, perfeitamente fundidas num só coração e numa só alma, perfeitamente decididas a trabalhar, em conjunto, por um futuro melhor dos Madeirenses, da Pátria e da Igreja»¹⁰⁵.

De seguida D. David dirigiu-se ao Vigário Capitular da diocese e aos madeirenses em geral agradecendo a sua presença e os muitos cumprimentos e homenagens recebidas. D. Frei David agradeceu ainda a todos aqueles que colaboraram na cerimónia da sua ordenação. O prelado terminou a sua alocução pedindo «orações de todos, a fim de que Deus Nos conceda a graça de sermos sempre um Mestre e Pai e Pastor e Bispo como é do Seu agrado»¹⁰⁶.

2.1.6. Acolhimento, saudação e linhas programáticas para o seu pontificado

A chegada de D. Frei David de Sousa à diocese do Funchal ficará marcada nos anais da diocese devido às circunstâncias imprevistas que assinalaram o desembarque do novo bispo do Funchal¹⁰⁷. No dia 4 de Dezembro, devido ao estado do mar o paquete “Angola” não conseguiu aproximar-se de terra e tudo quanto se havia preparado para tão solene entrada na diocese foi alterado¹⁰⁸. No dia seguinte não tendo acalmado a tempestade no porto do Funchal, o paquete “Angola” foi fundear na praia negra do porto da Cruz, onde D. Frei David efectuou o desembarque pelas 13 horas, acompanhado do seu secretário particular frei Alfredo

¹⁰⁵ *Ibidem*, pp. 2-3.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 4.

¹⁰⁷ Cf. Acta da sessão extraordinária do Cabido do Funchal de 8 de Dezembro de 1957 *in* Arquivo do Cabido do Funchal.

¹⁰⁸ Cf. Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, nº 12, Dezembro de 1957, p. 2 *in* Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa, pasta 1, nº3.

Gonçalves e do Cónego António Félix de Freitas¹⁰⁹. Pouco depois de desembarcar, o novo Bispo do Funchal afirmou que «“Nossa Senhora concedeu-nos a graça de realizar o nosso desejo: fazer a nossa entrada na diocese no dia da Imaculada Conceição”»¹¹⁰. D. David foi acolhido pela população e autoridades com uma salva de palmas, com os cumprimentos de todos, com pétalas de rosas, com flores. Depois D. David dirigiu-se para a casa Episcopal de S. Jorge para depois rumar ao Funchal¹¹¹.

A entrada solene na diocese do novo bispo só aconteceu no dia da solenidade da Imaculada Conceição sob um forte temporal. Devido à chuva não se realizou o cortejo anunciado, da igreja do Colégio para a Sé do Funchal. Apesar disto, em frente à Sé e nas ruas circunvizinhas um enorme número de fiéis aguardava a chegada do novo bispo anunciada pelos sinos da catedral. Chegado à Catedral, o novo bispo foi saudado pelas autoridades eclesiásticas, civis e militares. Depois de paramentado, D. David tomou o seu lugar no cortejo, sob o pálio, e entrou na catedral dirigindo-se para a capela do Santíssimo onde rezou pela primeira vez. De seguida voltou à capela-mor onde tomou posse da diocese do Funchal, nos termos solenes da liturgia, subindo à cátedra episcopal¹¹².

De seguida, o cónego Manuel Camacho saudou o novo bispo do Funchal afirmando que

«os tempos actuais reclamam pastores que defendam a grei cristã e católica, com ardor e firmeza, com fé ardente, contra os Golias que ameaçam consporcar, com ensinamentos nefastos, a doutrina pura e santa do Evangelho»¹¹³.

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁰ *Jornal da Madeira* (05.12.1957) p. 1.

¹¹¹ Cf. Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, nº 12, Dezembro de 1957, p. 2 *in* Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa, pasta 1, nº3. Cf. *Jornal da Madeira* (05.12.1957) p. 1.

¹¹² Cf. Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, nº 12, Dezembro de 1957, pp. 2-3 *in* Arquivo histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa, pasta 1, nº3; Cf. *Jornal da Madeira* (10.12.1957) p. 1.

¹¹³ *Ibidem*, p. 4; *Ibidem*.

O vigário capitular viu na pessoa de D. David «um apóstolo, um enviado do Espírito Santo»¹¹⁴ e homenageou o novo bispo do Funchal, em nome de todos os fiéis madeirenses, «com o maior respeito e alvoroço [...] ofertando flores da nossa alma»¹¹⁵:

«oferecemos flores vivas, flores de afecto filial, de obediência religiosa, de lealdade desassombrada, de colaboração sincera, de renovação de promessas e propósitos de verdadeiros soldados de Cristo»¹¹⁶.

O vigário capitular terminou a sua alocução desejando longos anos de pontificado ao novo bispo do Funchal.

Posteriormente teve lugar os cumprimentos e o ósculo do anel por parte do cabido e do clero secular e regular. Terminados os cumprimentos o Sr. D. Frei David de Sousa usou da palavra para com os seus diocesanos.

A esta longa alocução proferida por D. Frei David de Sousa podemos denominar de “saudação pastoral” pela qual D. David tem o primeiro encontro com os seus diocesanos¹¹⁷:

«Vivemos um dia de apoteose, de triunfo e de glória para Deus e para a Igreja, para o Santo Padre e para a diocese do Funchal, para Nós e para vós. Trata-se do primeiro encontro do Pai com os filhos e dos filhos com o Pai. [...] Trata-se dum encontro e dum contacto que marcam o princípio duma convivência destinada a radicar-se e a perpetuar-se, pelo tempo que estiver preestabelecido nos sacrossantos desígnios de Deus. Ele dispôs este encontro e este contacto. Ele disporá também a sua duração»¹¹⁸.

D. Frei David na sua saudação pastoral apresentou-se aos diocesanos da Madeira e do Porto Santo como um bispo sereno, bem consciente da sua missão, de trato cordato, próximo de todos, sem perder a índole de seriedade, e contudo sem qualquer autoritarismo:

¹¹⁴ *Ibidem.*

¹¹⁵ *Ibidem*

¹¹⁶ *Ibidem.*

¹¹⁷ Cf. *Das Artes e da História da Madeira*, nº 30 (1960) p. 24.

¹¹⁸ SOUSA, D. Frei David, *Saudação Pastoral de D. Frei David de Sousa, O.F.M., aos seus caros diocesanos por ocasião da sua entrada na diocese*, Diocese do Funchal, Funchal, 1957, p.1.

«Deus, Jesus Cristo, o Santo Padre enviam-Nos, para junto de vós, na qualidade de Agricultor desta Sua Vinha. Temos o dever de a cavar profundamente; de remover dela pedras e escolhos; de a revigorar; de a proteger e defender dos assaltantes, levantando um alto muro ao redor; de construir um lagar espaçoso para as colheitas; de edificar uma torre bem visível, donde um guarda possa velar por toda a vinha; de seleccionar e plantar o bacelo (cf. Is. 5, 1-7); de a podar cuidadosamente, para concentrar a seiva como convém; de a manter em estreita e permanente união com a videira Divina, que é Jesus Cristo; de intensificar, ao máximo, a sua produção (cf. Jo. 15, 1-8)»¹¹⁹.

Através destas palavras do novo prelado podemos ver, de certo modo, um programa para o seu pontificado, melhor, o núcleo da missão do novo bispo que depois se irá traduzir na acção, concretizada no seu lema episcopal, patente no seu brasão de armas: “CHRISTUS URGET NOS” (“Cristo impele-nos à missão”)¹²⁰. Estas palavras vão, de certo modo, dar resposta às expectativas dos diocesanos, isto é, de um abrir de horizontes da Igreja do Funchal. Evidenciam um plano de actualização da própria diocese que se iniciaria mesmo antes do grande acontecimento do século XX: o segundo concílio ecuménico do Vaticano.

Utilizando a linguagem pastoril joanina, D. David apresenta-se como o pastor que se quer fazer próximo do seu rebanho, que quer conviver com as suas ovelhas; de conhecer a sua voz; de tratá-las pelo seu nome; de cuidar da sua abundante apascentação, da sua crescente vitalidade; de as defender dos lobos, de jogar por elas a vida¹²¹. Para além disso, como pastor tem o dever de procurar todas aquelas que andam desgarradas sem pastor, de ir ao encontro de todos e, demonstrando misericórdia, reconduzi-los ao rebanho da Igreja. Por fim e como fiel discípulo de S. Francisco de Assis, D. Frei David de Sousa faz seu o programa de S. Francisco: «“Levar o Amor aonde houver ódio; o perdão aonde houver ofensa, a união aonde

¹¹⁹ *Ibidem*, p.7.

¹²⁰ *Brasão do novo Bispo do Funchal e interpretação*, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

¹²¹ Cf. SOUSA, D. Frei David, *Saudação Pastoral de D. Frei David de Sousa, O.F.M., aos seus caros diocesanos por ocasião da sua entrada na diocese*, Diocese do Funchal, Funchal, 1957, p.7.

houver discórdia, a fé aonde houver dúvida, a Verdade aonde houver erro, [...] a Vida aonde houver morte”»¹²².

Analisando as armas-de-fé de D. Frei David de Sousa podemos ver os princípios que regerão o programa do seu pontificado como bispo do Funchal. As armas-de-fé do novo antístite são dominadas por um pensamento central que é o Amor, a caridade de Deus¹²³. Este pensamento é influenciado pelo mistério do Amor de Deus e pelo grito de São Francisco de Assis¹²⁴.

Apesar de tudo isto, não podemos afirmar que D. Frei David de Sousa tenha chegado à sua diocese munido de um programa pastoral definido e detalhado para o seu pontificado. No entanto, há sinais claros que demonstram que D. Frei David de Sousa teve a preocupação de se informar sobre a realidade madeirense.

Uma particularidade que impressionou os fiéis que enchiam a Sé no dia da tomada de posse, como testemunha o padre Agostinho Jardim Gonçalves, ocorreu «na altura das saudações, as referências que fez foram exaustivas, coisa que a todos espantou, pois não era hábito isso acontecer por parte dos hierarcas da Igreja em circunstâncias semelhantes; a todos saudou, personalidades e instituições, incluindo os clubes desportivos»¹²⁵. Um outro aspecto que poderá ser interpretado como anúncio de orientação a dar à sua acção pastoral, foi o facto de se fazer acompanhar dum secretário franciscano, o padre Alfredo Gonçalves, O.F.M. Entre o clero, tal "novidade" causou alguma estranheza, pois havia na diocese presbíteros aptos para

¹²² *Ibidem*, p. 8.

¹²³ Cf. *Brasão do novo Bispo do Funchal e interpretação*, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

¹²⁴ «Abismado em tantas e tais provas de amor de Deus e em tantas e tais provas de amor de Jesus Cristo, para com os homens, S. Francisco de Assis debruçava-se em lágrimas e exclamava, desolado com a passividade, indiferença e sonolência dos homens, em corresponder a tão extraordinárias e imperiosas provas de amor: “o amor não é amado, o amor não é amado. Amemos o amor”» (SOUSA, D. Frei David, *Saudação Pastoral de D. Frei David de Sousa, O.F.M., aos seus caros diocesanos por ocasião da sua entrada na diocese, Diocese do Funchal, Funchal, 1957*, pp. 6-7).

¹²⁵ Cf. *Entrevista ao P. Agostinho Jardim Gonçalves*, 2014, em anexo, p. 141. Cf. SOUSA, D. Frei David, *Saudação Pastoral de D. Frei David de Sousa, O.F.M., aos seus caros diocesanos por ocasião da sua entrada na diocese*, Diocese do Funchal, Funchal, 1957, pp. 11-15.

esse serviço. Contudo ocorreu uma interpretação entre o clero. Conhecendo a importância que os franciscanos tiveram na cristianização do arquipélago desde a sua descoberta, provavelmente D. David poderia ter a intenção de reanimar a espiritualidade franciscana como força espiritual da sua acção episcopal. Seria de facto esta a intenção de D. David?

Uma outra particularidade, foi o facto de D. Frei David de Sousa ter recordado os seus antecessores e os seus trabalhos apostólicos:

«Recorremos ao valimento das almas saudosas de todos aqueles que nos precederam neste Arquipélago da Madeira, especialmente dos Nossos queridos Antecessores no Episcopado, de um D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, de um D. Manuel Agostinho Barreto, de um D. António Manuel Pereira Ribeiro, que, no meio de sacrifícios sem conta, lavraram pacientemente o terreno; semearam-no diligentemente; regaram-no com o seu suor e quem sabe se com o seu próprio sangue; fecundaram-no com a sua oração, atraindo sobre ele as bênçãos de Deus; formaram e Nos legaram tão cultivada, bela, prometedora e rica herança, qual é, hoje em dia, a querida Diocese do Funchal. Bem hajam, pois, todas essas almas saudosas. Para elas vai, nesta hora solene, a Nossa muita admiração e respeito e apreço e gratidão e agradecimento e veneração»¹²⁶.

É de assinalar que D. Frei David de Sousa deixou bem vincada a linha mestra das directrizes do seu apostolado ao longo da sua saudação pastoral à diocese. Esclareceu os diocesanos e anteviu que o seu coração estaria sempre com «todos os madeirenses de boa-fé e de boa-vontade»¹²⁷. É precisamente esta a terminologia que o papa João XXII usará aquando da alocução em que anuncia a convocação de um concílio ecuménico.

¹²⁶ *Ibidem*, p.10.

¹²⁷ Cf. Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, nº 12, Dezembro de 1957, p. 2 *in* Arquivo Histórico da diocese do Funchal, Arquivo dos bispos, Arquivo de D. Frei David de Sousa, pasta 1, nº3.

III. D. FREI DAVID DE SOUSA E O CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II¹²⁸

O Papa João XXIII, eleito no dia 28 de Outubro de 1958, anuncia, na basílica de São Paulo por ocasião do encerramento do Oitavário de oração pela unidade dos Cristãos, a 25 de Janeiro de 1959, a intenção de realizar um Concílio Ecuménico para a Igreja Universal, um Sínodo diocesano para Roma e a actualização e revisão do *Codex Iuris Canonici*¹²⁹.

A iniciativa papal enquadra-se no âmbito de um pontificado pastoral que procura levar a Igreja ao mundo. Desta forma o papa passa a ser figura de esperança, de humanidade e de diálogo¹³⁰.

Como bem afirma Manuel Clemente, os grandes concílios são um ponto de chegada e um ponto de partida¹³¹. O mesmo sucedeu com o grande acontecimento do século XX, o concílio ecuménico Vaticano II¹³². Com esta iniciativa papal começa um novo ponto de partida para a Igreja presente, desde os primeiros dias do seu múnus apostólico, no pensamento e na acção do sucessor de Pio XII¹³³.

¹²⁸ O concílio ecuménico Vaticano II é o concílio da história da Igreja convocado pelo papa João XXIII por inspiração divina com a finalidade de apresentar aos homens o depósito da sagrada tradição cristã da forma mais eficaz. O Concílio realizou-se entre o dia 11 de Outubro de 1962 e o dia 8 de Dezembro de 1965, durante quatro sessões conciliares. [cf. JEDIN, Hubert, *Manual de Historia de la Iglesia. La Iglesia mundial del siglo XX*, vol. IX, Editorial Herder, 1984, p. 177; cf. JOÃO XXIII, Alocução «Gaudet Mater Ecclesia», 11 Outubro 1962, in *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro-Outubro 1962) p. 6]

¹²⁹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Maio 1959) p. 6; cf. AAS, 51 (1959) p. 832.

¹³⁰ Cf. BARBOSA, David Sampaio, *Concílios Ecuménicos e Portugal*, in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, p. 412.

¹³¹ Cf. CLEMENTE, Manuel, *A Igreja no tempo*, 3ª ed., Grifo editores e livreiros, Lisboa, 2010, p. 115.

¹³² O concílio ecuménico vaticano II, convocado por João XXIII a 25 de Janeiro de 1959, uniu várias linhas de reflexão e acção vindas do século XIX que definem a actual autocompreensão da Igreja e a sua relação com o mundo contemporâneo.

¹³³ Cf. BARBOSA, David Sampaio, *Concílios Ecuménicos e Portugal*, in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, p. 412.

O Concílio Vaticano II, XXI Concílio Ecuménico da Igreja Católica, viria a se convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal *Humanae salutis* do Papa João XXIII.

3.1. A Preparação do concílio ecuménico

Depois do anúncio inesperado da intenção de convocação do concílio ecuménico, e em ordem à celebração do concílio ecuménico é constituída a comissão ante-preparatória¹³⁴ do concílio presidida pelo cardeal Tardini.

O Episcopado português viu o concílio como uma «reunião dos sucessores dos Apóstolos, sob a presidência do sucessor do Príncipe dos Apóstolos, para melhor aprofundarem, definirem, transmitirem e aplicarem aquilo que o Senhor mesmo ensinou»¹³⁵. Apesar desta visão, o episcopado admite que outros poderão participar no concílio através da convocação do papa João XXIII.

A participação da Igreja portuguesa no concílio ecuménico aconteceu através de muitas iniciativas directas e indirectas no mesmo. Destacamos as pastorais colectivas do episcopado português, as muitas provisões dos bispos diocesanos, as propostas de temas a serem tratados por parte de pessoas e instituições¹³⁶. Todas estas iniciativas visaram suscitar o interesse e a participação de todos os cristãos, de toda a sociedade portuguesa no concílio concretamente através da oração, das vigílias de oração. A participação portuguesa fez-se, mais directamente,

¹³⁴ Esta comissão tinha como missão «tomar contactos oportunos com o Episcopado católico das diversas nações para recolher sugestões e conselhos; recolher as proposições formuladas pelos Sagrados Dicastérios da Cúria Romana; traçar as linhas gerais dos assuntos a tratar no Concílio, tendo ouvido igualmente as opiniões das faculdades de Teologia e Direito Canónico das Universidades Católicas; sugerir a composição de diversos órgãos (Comissões, Secretariados, etc.) que deverão assegurar posteriormente a preparação dos trabalhos que o Concílio será chamado a encarar» [*Boletim de Informação Pastoral*, I/5 (Dezembro 1959), pp. 28-29].

¹³⁵ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Julho-Agosto 1963) p. 14.

¹³⁶ O primeiro grande contributo da Igreja Portuguesa aconteceu com o envio de sugestões e pareceres sobre temas a serem tratados no concílio: «Não se fizeram esperar os resultados. Em poucos meses eram recebidas 1998 respostas, isto é, 77% das pessoas ou instituições inquiridas. De Portugal (Metrópole e Ultramar) essa percentagem foi um pouco mais elevada (88%), o que é um índice do interesse suscitado pela notícia da convocação do Concílio» [Cf. TRINDADE, D. Manuel de Almeida, *A participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II, in Lumen* (Dezembro 1985), p. 3].

com a participação da maioria dos bispos que foram padres conciliares, de intervenções conciliares de alguns deles e da participação nas comissões conciliares¹³⁷.

D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal¹³⁸, foi um dos bispos que contribuiu para a participação portuguesa no concílio ecuménico a vários níveis. Depois de anunciada a convocação do concílio ecuménico por João XIII, D. Frei David de Sousa pronunciou-se sobre o mesmo falando, com optimismo e esperança, sobre a reconciliação dos irmãos separados:

«solidários com a Igreja, nos esforços, na esperança, na oração podemos confiar [...] será uma realidade a reconciliação dos nossos irmãos separados [...] Solidários na dor com Cristo, com a Virgem, com o papa, com a Igreja, solidários nos esforços, na esperança, na oração, podemos confiar que chegado o momento oportuno Deus intervirá com a sua misericórdia e a sua providência e, será uma realidade a reconciliação dos nossos irmãos separados, o ingresso dos que não pertencem ao Corpo de Cristo»¹³⁹.

Nesta mesma ocasião e ao encerrar a sessão solene no seminário Maior do Funchal, o bispo do Funchal dirigiu algumas palavras aos seminaristas e padres formadores. Destacou o pedido do Santo Padre de um interesse vital pelo Concílio Ecuménico, cujo objectivo era tudo o que respeitasse à vida interna da Igreja e à sua projecção externa no mundo. O prelado exortou ainda os seminaristas a se integrarem no plano de actualização da diocese:

«[...] “Com prazer transmito os sentimentos do Santo Padre. Como sabem, ele falou aos ‘seus’ seminaristas, mas o apelo dirigiu-o a todos os seminaristas do mundo inteiro”. “Pedi um interesse vivo, vital pelo Concílio Ecuménico. O Santo Padre falou dele como uma epifania, um acontecimento, invulgar. Assim deverá ser para vós, para nós, para todos, com dimensões e estruturas capazes de abraçar a nossa fé e o nosso coração pelo seu êxito”. “Pedi também

¹³⁷ Cf. BARROS, Pedro Miguel Vieira, *D. Manuel de Almeida Trindade e o seu episcopado (1962-1988): bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 265-267; cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Novembro-Dezembro 1962) pp. 8-24.

¹³⁸ D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal foi um dos 43 bispos portugueses com o direito a tomar parte nos trabalhos conciliares, ou seja, a ser padre conciliar [cf. BARROS, Pedro Miguel Vieira, *D. Manuel de Almeida Trindade e o seu episcopado (1962-1988): bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 263-264].

¹³⁹ Cf. *Jornal da Madeira*, (09.10.1960) pp. 1 e 8.

oração. Oração para que Deus ilumine, oriente, aqueles que o preparam. O Santo Padre disse que era objecto do Concílio tudo o que diz respeito às notas da Igreja, santidade, catolicidade, unidade, tudo o que diz respeito à sua vida interna e à sua projecção externa no mundo”. [...] Por fim, o prelado, incitou os seminaristas a se integrarem de alma e coração num plano de actualização da diocese, dizendo que se a todos será pedido sacrifício, ao clero, aos seminaristas, ele será mais exigido [...]»¹⁴⁰.

Ainda numa fase ante preparatória do Concílio, o Cardeal Tardini enviou, em nome de João XXIII, uma circular a todos os bispos e responsáveis de instituições da Igreja, a solicitar-lhes sugestões e pareceres acerca de temas¹⁴¹ a serem tratados no concílio ecuménico¹⁴². Na sequência deste pedido, também dirigido ao bispo do Funchal, D. Frei David de Sousa enviou um ofício a todos os párocos da diocese do Funchal. Neste ofício comunica o pedido de informação da Sagrada Congregação do Concílio acerca do ensino da catequese em Portugal e sobre o ensino religioso na diocese do Funchal. Para além disso, D. David informa a recepção do ofício do cardeal Tardini e exorta os párocos a enviar por escrito «alvitre, propostas, sugestões, conselhos e votos sobre os assuntos a tratar, no Concílio, em matéria doutrinal, disciplinar, pastoral, etc»¹⁴³. Desta forma, podemos dizer que o prelado começa a mobilizar a

¹⁴⁰ Cf. *Jornal da Madeira*, (09.10.1960) p. 1.

¹⁴¹ Tal como aconteceu nos concílios anteriores, o direito de decisão sobre os temas propostos era da competência exclusiva das assembleias plenárias dos padres conciliares com direito de voto nas congregações gerais. O regulamento do concílio estava em concordância com o cânone 223, parágrafo 1 do Código de direito canónico de 1917 (cf. JEDIN, Hubert, *Manual de Historia de la Iglesia. La Iglesia mundial del siglo XX*, vol. IX, Editorial Herder, 1984, p. 173).

¹⁴² Cf. Ofício IC/59-519 da Pontifícia Comissão Antepreparatória do Concílio Ecuménico de dia 18 de Junho de 1959 enviado ao Bispo do Funchal (Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, Arquivo dos Bispos – arquivo de D. Frei David de Sousa, caixa 1-4: correspondência com o Núncio Apostólico e com as Congregações Romanas).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida, *A participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II*, in *Lumen*, (Dezembro 1985) p. 3.

¹⁴³ Ofício de D. David Sousa enviado do dia 22 de Julho de 1959 a todos os párocos da Diocese do Funchal (Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, Arquivo dos Bispos – arquivo de D. Frei David de Sousa, caixa 1-1: correspondência com bispos portugueses e outros bispos).

diocese do Funchal a ter um «interesse vital»¹⁴⁴ pelo segundo concílio ecuménico do Vaticano¹⁴⁵.

Depois de ouvidos os párocos, D. Frei David de Sousa, em resposta ao ofício de 18 de Junho de 1959 do Cardeal Tardini, Presidente da Pontifícia comissão ante-preparatória do Concílio Ecuménico, enviou por escrito as suas propostas e as da diocese funchalense com data de 27 de Agosto de 1959¹⁴⁶.

No texto enviado, D. Frei David de Sousa elenca dezasseis pontos com sugestões, propostas e conselhos sobre matérias a tratar no concílio de ordem doutrinal, pastoral, litúrgica, disciplinar, entre outras. Como sugestão de reformas, o bispo do Funchal referia a reforma e actualização do Código do Direito Canónico; a reforma do Breviário, do missal e dos pontificais romanos; exortava a que a celebração dos sacramentos se fizesse em língua vernácula, permitindo a participação mais activa dos fiéis:

«leitura em língua vernácula pelo menos o Evangelho e a epístola da Santa Missa como também em língua vernácula a administração dos sacramentos do Baptismo, Extrema Unção e do Matrimónio, para que se conceda aos fiéis uma participação viva»¹⁴⁷.

Pedia também alteração da forma de celebrar do presbítero, ou seja, que «na celebração da Santa Missa, o sacerdote tenha diante de si os fiéis»¹⁴⁸; pedia que se fizesse a reforma dos estudos nos seminários, especialmente os de filosofia e de teologia; que a confissão, ocorresse pelo menos uma vez por ano, como preceito da Igreja, e não ficasse apenas como prática por

¹⁴⁴ *Jornal da Madeira*, (09.10.1960) p. 1.

¹⁴⁵ Por ausência de documentação e/ou por não autorização nos vários arquivos consultados, o historiador não teve conhecimento dos contributos enviados pelos párocos até o dia 5 de Agosto de 1959 (data limite para o envio de propostas fixado por D. David no seu ofício de 22 de Julho de 1959).

¹⁴⁶ Cf. ACTA ET DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO, Series I (Antepreparatoria) volumen II, Consilia et vota episcoporum ac praelatorum, Pars II, Typis Polyglottis Vaticanis, Europa, 1960-1961, pp. 592-593.

¹⁴⁷ Tradução do latim para português: ACTA ET DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO, Series I (Antepreparatoria) volumen II, Consilia et vota episcoporum ac praelatorum, Pars II, Typis Polyglottis Vaticanis, Europa, 1960-1961, p. 593: *lectio in lingua vernacula saltem Sanctae Missae evangelii et epistolae sicut in lingua vernacula administratio Sacramentorum Baptismi, Extremae Unctionis et Matrimonii, ut fidelium participatio vitalis reddatur.*

¹⁴⁸ *Ibidem: Sanctae Missae celebratio a Scerdote fideles ante se habente.*

ocasião da páscoa, mas que pudesse ocorrer durante todo o ano; que o jejum e a abstinência tivesse outro enquadramento disciplinar; pedia que a prerrogativa atribuída à Bem-aventurada Virgem Maria de Medianeira Universal, muito querida peculiarmente na diocese do Funchal, fosse definida como dogma para toda a Igreja; defendia uma cômputa para os sacerdotes incapacitados de trabalho pastoral. O prelado sugeria nova legislação da Igreja em matéria social. Tenha-se presente que o problema social esteve sempre presente ao longo do pontificado de D. Frei David de Sousa. Na carta pastoral sobre os nossos pobres, D. David de Sousa pronuncia-se sobre este problema e determina que, a partir de Janeiro de 1960, se façam peditórios nas paróquias, que se funde o património dos pobres em todas as paróquias e que os movimentos e associações de fiéis colaborem nesta missão¹⁴⁹.

D. Frei David de Sousa participou em todas as sessões do segundo concílio ecuménico do Vaticano¹⁵⁰, como o próprio prelado testemunha:

«devo a Deus a graça extraordinária de ter sido PADRE CONCILIAR¹⁵¹ da primeira à última SESSÃO PÚBLICA¹⁵², da primeira à última CONGREGAÇÃO GERAL¹⁵³, do primeiro ao último dia do CONCÍLIO VATICANO II»¹⁵⁴.

¹⁴⁹ Cf. SOUSA, D. Frei David de, Carta Pastoral *Os nossos pobres*, de 7 de Dezembro de 1959, p.3.

¹⁵⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida, *A participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II*, in *Lumen*, (Dezembro 1985) p. 6.

¹⁵¹ Padre conciliar é a denominação atribuída aos bispos e outras pessoas que pelo Papa foram convocados a participar. Não se incluem aqui os teólogos, canonistas e/ou outros especialistas. [cf. SCHATZ, Klaus, *Los concílios ecuménicos. Encrucijadas en la historia de la Iglesia*, Editorial Trotta, 1999, pp. 264-265; cf. O'MALLEY, J.W, S.J., *Que Paso En El Vaticano II?*, Sal Terrae, Santander, 2012, p. 41].

¹⁵² A sessão pública denomina uma sessão ou mais do que uma sessão em que os padres conciliares davam o seu voto na presença do Romano Pontífice sobre as fórmulas, decretos e cânones preparados nas congregações gerais. [cf. cf. RIBEIRO, António (dir.), *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio ecuménico Vaticano II*, Editorial Estampa, vol. III, s.d., pp. CV-CVI; cf. AAS, (8 Outubro 1962) pp. 609-640].

¹⁵³ Congregação geral é a denominação dada a um grupo de eclesiásticos que se reúne para debater esquemas de documentos conciliares. No concílio Vaticano II, nestas congregações gerais podiam participar os padres conciliares, os observadores das Igrejas não católicas, os teólogos oficiais do concílio e os peritos nomeados pelo papa. Estes últimos três não tinham o privilégio de tomar a palavra no concílio. [Cf. SCHATZ, Klaus, *Los concílios ecuménicos. Encrucijadas en la historia de la Iglesia*, Editorial Trotta, 1999, pp. 226-227; cf. AAS, (8 Outubro 1962) pp. 609-640].

¹⁵⁴ SOUSA, D. Frei David de, *Concílio Vaticano II - Testemunho pessoal à rádio Vaticana*, Roma, 3 de Dezembro de 1965, p. 1.

No momento da partida de D. Frei David de Sousa para o concílio e questionado sobre os problemas que o preocupavam enquanto bispo do Funchal e que expectativas alimentava como resposta da Igreja ao tempo presente, o prelado apontou várias e priorizou-as desta forma¹⁵⁵: dar primazia ao problema dos seminários e das vocações sacerdotais; prestar atenção aos edifícios dos seminários para poderem dar melhor resposta à premente necessidade das vocações. Para além disto, o antístite referiu também a urgente necessidade de se proceder à construção de novas Igrejas. Note-se que no ano de 1960, o prelado tinha feito uma considerável reestruturação da organização paroquial; duplicou o número de paróquias, daí a necessidade de proceder à construção de novos espaços de culto¹⁵⁶. A estas frentes prioritárias, juntou a preocupação de reestruturar a catequese, a formação e preparação de catequistas; velar pelo ensino particular para que prepare a juventude para a vida humana e cristã em plenitude e a trabalhar por uma imprensa de qualidade que informasse e formasse bons cristãos e cristianizasse a opinião pública madeirense. Sobre esta questão, o bispo do Funchal defendeu que esta é a missão que o Jornal da Madeira deve assumir na sociedade madeirense¹⁵⁷. E, por último, mas não menos importante, o problema social, isto é, problema habitacional e assistencial às pessoas e famílias que carecem de alimentação por parte da Igreja diocesana.

Apesar de elencar as suas preocupações, D. Frei David de Sousa apontou que a solução destes problemas pertence mais à colaboração da diocese do que propriamente ao concílio, que se coloca no plano universal e não tanto local.

¹⁵⁵ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro – Outubro 1962) p. 31.

¹⁵⁶ «Mas porquê novas igrejas na diocese do Funchal? Fundamentalmente porque se procedeu a uma nova divisão paroquial, que se impunha como base de actualização da pastoral diocesana. Em virtude dela foram criadas algumas dezenas de novas paróquias, muitas das quais desprovidas de sede, como é natural. Além disso, algumas igrejas paroquiais que se tornaram pequenas para as necessidades, precisaram de ser ampliadas ou substituídas. Outras, de velhas e estragadas que estão, exigem tais obras que mais vale substituí-las por novas. E deve ainda contar-se com a expansão demográfica e urbana de alguns centros, especialmente no Funchal». [Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro – Outubro 1962) p. 15].

¹⁵⁷ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro – Outubro 1962) p. 31.

3.2. Participação no concílio

Com estas preocupações D. Frei David de Sousa embarcou para Roma para tomar parte no concílio ecuménico. Após a abertura conciliar no dia 11 de Outubro de 1962, procedeu-se à constituição das comissões. Uma centena e meia de padres deveriam integrar as 10 comissões conciliares. D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal, não esteve em nenhuma comissão preparatória, nem nas que durante o concílio foram constituídas¹⁵⁸.

3.2.1. Presença e intervenções de D. Frei David de Sousa

Apesar disto, D. Frei David de Sousa foi um bispo presente assiduamente nas quatro sessões do segundo concílio ecuménico do Vaticano¹⁵⁹.

D. David de Sousa, formado em Roma, onde se dedicou ao aprofundamento dos estudos bíblicos, deu especial atenção ao esquema *De Fontibus*. Durante os trabalhos conciliares da primeira sessão, e no momento em que se debatia o esquema *De Fontibus*¹⁶⁰, D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal, fez uma intervenção conciliar sobre o mesmo esquema. Esta intervenção conciliar surge numa fase em que a discussão do esquema *De Fontibus*¹⁶¹ está numa fase crítica e acontece na véspera da votação conciliar. O esquema começou a ser contestado e rejeitado pela grande maioria dos padres conciliares. D. Frei David ao tomar a

¹⁵⁸ Cf. BARROS, Pedro Miguel Vieira, *D. Manuel de Almeida Trindade e o seu episcopado (1962-1988): bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 265-267.

¹⁵⁹ Cf. TRINDADE, D. Manuel de Almeida, *A participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II*, in *Lumen* (Dezembro 1985), p. 3; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro-Outubro 1962) p. 20; cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Novembro-Dezembro 1962) p. 20; cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Outubro-Novembro 1964) p. 31;

¹⁶⁰ A apresentação do esquema *De Fontibus* foi anunciada na ala conciliar pelo Cardeal Ottaviani no dia 14 de Novembro de 1962 e apresentada pelo padre Salvatore Garofalo. Esta apresentação ficou marcada pela atitude “defensiva” do cardeal Ottaviani que rejeitou desde logo outros esquemas ou propostas. Este documento abordava a questão do papel que tinha a Sagrada Escritura, a Tradição e o Magistério na Igreja (cf. O’MALLEY, J.W, S.J., *Que Paso En El Vaticano II?*, Sal Terrae, Santander, 2012, pp. 192-194).

¹⁶¹ O esquema continha cinco capítulos: “Sobre as Fontes da Revelação”, “Sobre a inspiração, a inerrância e a composição literária das Escrituras”, “Sobre o Antigo Testamento”, “Sobre o Novo Testamento” e “Sobre a Sagrada Escritura na vida da Igreja”, respectivamente. (cf. O’MALLEY, J.W, S.J., *Que Paso En El Vaticano II?*, Sal Terrae, Santander, 2012, pp. 194-195).

palavra nesta discussão fala em seu nome e em nome de muitos outros. Podemos afirmar que a intervenção do bispo funchalense se integra no grupo de padres conciliares que «julgavam oportuno examinar este mesmo esquema, admitindo, apesar disso, a necessidade de o modificar em algumas partes»¹⁶². Ao contrário do que estava a acontecer com a grande maioria das intervenções críticas do esquema, D. Frei David de Sousa apresenta argumentos e sugestões para melhorar o esquema. Na primeira parte da sua intervenção, o padre conciliar da diocese do Funchal salienta que é necessário a correcção de alguns pontos do actual esquema, nomeadamente

«Sobre a dúplice Fonte da Revelação, Sobre a inspiração da Sagrada Escritura, Inerrância e Composição Literal, Sobre o Antigo Testamento e o Novo Testamento e Sobre a Sagrada Escritura na Igreja»¹⁶³.

D. Frei David de Sousa propõe que se dê prioridade à Vulgata Latina no novo esquema sobre a revelação divina:

«A razão é que a autoridade é outra dos textos originais e outra das versões, embora as mais antigas mereçam grande mérito. Deve-se dar ênfase à Vulgata Latina no esquema, mas é especialmente apreciado pela sua natureza o texto»¹⁶⁴.

Na segunda parte da alocução, D. Frei David propõe que se seja preparada uma nova versão latina que contribua para a união dos irmãos separados:

«Então deve ser acrescentado um novo artigo entre os n^{os} 25 e 26 do mesmo cap. V, pág. 19 que tenha o seguinte tom: seja preparada uma nova versão latina de acordo com os textos originais. Ela tem o melhor e mais prático testemunho e acesso ao texto antigo por parte da

¹⁶² NICOLAU, Miguel, Sj, *Escritura e Revelação segundo o Concílio Vaticano II*, Apostolado da Imprensa, Porto, 1968, p. 13.

¹⁶³ «Item, novus addatur articulus, inter nn. 25 et 26 eiusdem cap. V, pag. 19, sequentis fere tenoris: “Nova versio latina praeparatur, iuxta textus primigenios, tum Veteris tum Novi Testamenti”. Utpote quae optimum erit practicum testimonium maioris accessus ad textus primigenios ex parte ipsius Ecclesiae latinae, quod quidem testimonium fratres separati, certo certius, in debito habebunt pretio» (ACTA SYNODALIA, SACROSANCTI CONCILII OECUMENIC VATICANI II, Periodus Prima, Pars III, Congregationes Generales XIX-XXX, Congregatio Generalis XXII, 19 de Novembro de 1962, p. 187).

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 188.

própria Igreja Latina, que o testemunho dos irmãos separados, é absolutamente certo, estavam em dívida»¹⁶⁵.

As últimas palavras da sua alocução foram direccionadas para a mudança de linguagem e atitude do esquema:

«Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações»¹⁶⁶.

Desta forma, e como defende David Sampaio Barbosa, a intervenção do bispo do Funchal estava em sintonia com o optimismo que o papa Roncalli manifestara já no discurso de abertura do Concílio.

Entretanto, o esquema acabaria por ser retirado pelo papa João XXIII para que se refizesse um esquema sobre a revelação divina. O papa resolveu esta situação, ultrapassando a exigência dos dois terços para que fosse retirado um esquema do debate conciliar, entregando o esquema a uma comissão mista presidida pelos cardeais Ottavani e Bea¹⁶⁷. Em 3 de Julho de 1965, o papa Paulo VI, após várias versões, autorizou o envio do documento aos padres conciliares¹⁶⁸.

É neste contexto que surge a segunda intervenção conciliar de D. Frei David de Sousa; desta vez por escrito¹⁶⁹. D. Frei David apresenta algumas sugestões para dar melhor compreensão ao texto que as duas comissões (mista e teológica) tinham preparado. O antístite

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 189. Esta proposta veio a concretizar-se com a promulgação da Nova Vulgata em 1979 pelo Papa João Paulo II.

¹⁶⁶ «Ad praesens tempus quod attinet, Christi Sponsae placet misericordiae medicinam adhibere, potius quam severitatis arma suscipere» (ACTA SYNODALIA, SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II, Periodus Prima, Pars III, Congregationes Generales XIX-XXX, Congregatio Generalis XXII, 19 de Novembro de 1962, p. 189).

¹⁶⁷ JEDIN, Hubert, *Manual de Historia de la Iglesia. La Iglesia mundial del siglo XX*, vol. IX, Editorial Herder, 1984, p. 183.

¹⁶⁸ *Ibidem*, pp. 202-203.

¹⁶⁹ Cf. ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales, XC-XCV, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, p. 827.

funchalense começa por lamentar que no último mês de Julho, em virtude das muitas ocupações, não lhe fora possível fazer uma reflexão sobre o texto que lhe enviaram¹⁷⁰. Em todo o caso, o bispo do Funchal envia algumas pequenas observações para a Secretaria Geral do Concílio que as reencaminhou para o grupo de trabalho que estava a introduzir as modificações sugeridas em ordem à aprovação final do documento.

D. Frei David defende e pede para que se acentue mais claramente, que a revelação como dom se observara já no Antigo Testamento, bem antes de Cristo:

« Cap. I, nº 7, pág. 7, no início: “Deus revelou aos homens o seu Verbo, no decurso dos séculos, pelo ministério oral dos profetas e pelos escritos dos autores sagrados, inspirados pelo Espírito Santo, porém sobretudo, na plenitude dos tempos, pelo ministério público, elo do seu Filho Incarnado (Cf. Heb 1, 1-2). Na verdade, Cristo Senhor...”. A razão desta adição é porque Deus se dignou conceder aos homens o dom da revelação, e assim tanto oral como escrita, também antes de Cristo. Isto, porém não se diz expressamente no texto do esquema¹⁷¹.

Para além disto, salienta que os escritos revelados não se devem só aos apóstolos, mas também aos homens apostólicos¹⁷². Por fim, o bispo do Funchal propõe que se afirme a canonicidade dos livros do Novo testamento acrescentando ao texto a seguinte nota: «A Igreja, portanto, reverentemente reconhece e recebe como Suas Escrituras os livros canónicos do Novo Testamento»¹⁷³.

¹⁷⁰ «Mihi possibile non fuit, intra mensem iulii, multiplices ob occupationes, Concilii schemata examini subiicere» (*Ibidem*).

¹⁷¹ «[...] Huius additionis ratio est quia Deus revelationis donum, et quidem tum oralis tum scriptae, hominibus concedere dignatus est, etiam ante Christum. Hoc autem in schematis texto expresse non dicitur» (*Ibidem*).

¹⁷² «[...] Ratio est quia libri Novi Testamenti scripti fuerunt non tantum ab apostolis sed etiam a viris apostolicis, prout expresse scribitur hoc in cap. IV, n. 17, pag. 13, lin. 8» (*Ibidem*).

¹⁷³ «Ecclesia, ergo, canónicos Novi Testamenti libros ut suas Scripturas reverenter agnoscit et accipit» (*Ibidem*).

3.3. Implementação da doutrina conciliar na diocese do Funchal

O Bispo do Funchal teve um papel fundamental para a recepção conciliar na diocese do Funchal. Esta recepção foi sendo feita durante e após o concílio ecuménico através do prelado funchalense com diversas iniciativas. Estas iniciativas foram o começo da recepção do segundo concílio ecuménico do Vaticano na diocese do Funchal que continuaria com o bispo diocesano D. João Saraiva

3.3.1. Temáticas mais abordadas por D. Frei David de Sousa

O bispo do Funchal comentou alguns documentos conciliares durante as homilias da missa de domingo na catedral do Funchal. Ao longo de vários domingos dos anos de 1964-1965, D. Frei David de Sousa explicou a toda a diocese três documentos conciliares: a constituição *Sacrossanctum Concilium*, o decreto *Inter Mirifica*, a constituição *De Ecclesia*¹⁷⁴.

3.3.1.1. Comentário à constituição litúrgica *Sacrossanctum Concilium*

Um outro contributo importante para a recepção do concílio ecuménico na diocese foi a apresentação e explicação da nova constituição litúrgica – *Sacrossanctum Concilium* –, contribuindo assim para o principal objectivo do concílio ecuménico¹⁷⁵. D. David apresentou aos diocesanos a nova constituição litúrgica¹⁷⁶ de forma que percebam o que significa para a Igreja e para a vivência da fé dos cristãos.

¹⁷⁴ Para além desses comentários, pode ter havido um ou outro mais sobre outros documentos conciliares. Sobre esses, nada foi encontrado.

¹⁷⁵ Na alocução da solene abertura do concílio – *Gaudet Mater Ecclesia* – o Santo Padre apresenta o principal objectivo do concílio: defender e promover a verdade. «O que mais importa ao Concílio Ecuménico é que o sagrado depósito da doutrina cristã seja guardado e apresentado de forma mais eficaz». Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro – Outubro 1962) p. 6.

¹⁷⁶ No domingo, dia 16 de Fevereiro de 1964, D. Frei David de Sousa iniciou, na missa solene da Sé do Funchal, um largo e longo comentário à nova constituição litúrgica que entrara em vigor nesse mesmo dia.

No dia 16 de Fevereiro de 1964, D. Frei David de Sousa começou por contextualizar a nova constituição litúrgica destacando o *Motu Proprio* – Sagrada Liturgia de 25 de Janeiro de 1964 em que o Papa Paulo VI deu as últimas instruções sobre a execução da referida constituição. Concretamente se determinava que a partir de 16 de Fevereiro de 1964 não haveria matrimónios sem as bênçãos nupciais. Uma outra alteração mais prática proveio do Episcopado Português, particularmente que «todos os sacerdotes podem, nas missas rezadas, ler na língua vernácula, portanto em português, a Epístola e o Evangelho»¹⁷⁷. O prelado afirmou que com esta alteração para a língua vernácula toda a Igreja começou já a beneficiar das disposições desta Constituição. D. Frei David explicou o sacerdócio comum dos fiéis afirmando que «todos os que receberam o baptismo fazem parte do sacerdócio real. São sacerdotes. É um sacerdócio comum que lhes advém da inserção em Cristo. Cristo é um Sacerdote, Cristo é Mestre, Cristo é Pastor»¹⁷⁸. O prelado defendeu que isto tem como consequência que ninguém vem à igreja para ouvir missa. O prelado consciencializou os cristãos da sua missão na missa afirmando que «nós vimos à igreja para celebrar missa. Nós não vimos à igreja para ver o sacerdote comungar. Nós vimos à igreja para comungar. Todos celebramos»¹⁷⁹. Portanto, a disposição dos fiéis na missa passou a ser activa, participativa. Depois explicou que «por disposição do próprio Senhor Jesus Cristo há sacerdotes que presidem às assembleias do povo cristão, mas toda a assembleia celebra, celebra com o sacerdote, pelo sacerdote. Celebra como Cristo e por Cristo»¹⁸⁰. O prelado esclareceu de uma forma simples e próxima a nova orientação da celebração litúrgica que a nova constituição litúrgica apresentou à Igreja.

De seguida o prelado apresentou o esquema que compõe a constituição – de sete capítulos – destacando o IV capítulo do Ofício Divino. Sobre este referiu brevemente a

¹⁷⁷ *Jornal da Madeira*, (17.02.1964) pp. 1 e 8.

¹⁷⁸ *Jornal da Madeira*, (17.02.1964) p. 8.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

novidade da constituição litúrgica. O Ofício Divino, isto é, a oração pública da Igreja estende-se «a todo o cristão que queira ter o breviário e rezar as horas, sem obrigação grave, evidentemente, por devoção, estende-se portanto a toda a Assembleia Cristã»¹⁸¹. O breviário estaria também em língua vernácula e não ficava reservado à vida religiosa mas aberto a todo o cristão.

Continuando a sua homilia o prelado pronunciou-se sobre a introdução desta constituição afirmando que a introdução coloca-nos «em comunhão com o ambiente do concílio, com as intenções de todos os padres conciliares»¹⁸². D. Frei David enunciou essas intenções: primeiro, o de dar nova vida, de fomentar a vida cristã em todo o povo cristão, do qual faz parte a hierarquia; depois, adaptar às necessidades dos nossos tempos as instituições da Igreja; depois, a intenção é a unidade de todos os cristãos¹⁸³, «importa que todos quantos estão inseridos em Cristo, tomem a peito esta União profunda e vital de todos os cristãos no corpo místico de Cristo»¹⁸⁴; por fim, a intenção é também a reforma e o incremento da liturgia. Este último fim é o que, segundo defende D. Frei David, se pretende obter directamente através da constituição litúrgica. Esta tem como objectivo imediato a reforma, o incremento da liturgia de todos aqueles que foram inseridos em Cristo para glória de Deus e para a santificação própria.

Prosseguindo o prelado deteve-se sobre o que é a liturgia:

«A liturgia é um exercício da Missão Sacerdotal de Jesus Cristo. A Missão Sacerdotal de Jesus Cristo tem por fim o louvor de Deus e a santificação nossa, em marcha, em dinamismo, avançando, acompanhando o andamento do próprio tempo e dando-lhe dimensão de Eternidade. A liturgia é fonte de instrução. [...] É também fonte de instrução, donde irradia, mas em

¹⁸¹ *Ibidem.*

¹⁸² *Jornal da Madeira*, (18.02.1964) p. 1.

¹⁸³ «Cristão é aquele que recebeu o Baptismo instituído por Jesus. Esse chama-se Cristão». Cf. *Jornal da Madeira*, (18.02.1964) p. 8.

¹⁸⁴ *Jornal da Madeira*, (18.02.1964) p. 8.

pujança, a Luz e, portanto, a Verdade. [...] A liturgia, é a própria obra da redenção, é a redenção realizada por Cristo, continuada por todo o corpo: pela cabeça, pelo tronco, pelos membros»¹⁸⁵.

Segundo o prelado, a constituição afirma que a natureza da Igreja somos todos nós, isto é, que são os fiéis e a hierarquia, que a Igreja não é apenas o Santo Padre, nem os Cardeais, nem os bispos e padres. D. Frei David salientou ainda que a liturgia fortalece-nos para darmos testemunho de Cristo «pois se nós somos como que o Cristo, que hoje em dia segue para a sua casa, vai para o seu ministério, torna a casa, fala com uns e fala com outros: devemos dar testemunho d'Ele e do Cristo que somos nós»¹⁸⁶. E, assim, a liturgia faz com que a Igreja apareça a todos, Cristãos e não cristãos, como um sinal para todo o mundo. No fim da homilia deste dia D. David fez um importante apelo a toda a assembleia e a todos aqueles que acompanhavam a celebração pela rádio:

«Façamos nossos os fins que o concílio tem em vista, exactamente para quebrar com as estruturas já um tanto ou quanto antiquadas, para as renovar. [...] Assim nós iremos com gosto à igreja, porque vamos realizar uma missão, vamos como que realizar, com Cristo, a nossa missão de sacerdotes. Vós, sois Sacerdotes. Vindes à igreja realizar a vossa missão, vindes celebrar a Santa Missa, vindes participar na Sagrada Comunhão, vindes oferecer-vos, sacrificar-vos, com Cristo e por Cristo, em glória a Deus, em santificação pessoal e em santificação em todas as dimensões, do Corpo Místico de Cristo»¹⁸⁷.

No domingo, dia 23 de Fevereiro de 1964, D. Frei David de Sousa continuou, na missa solene da Sé do Funchal, o comentário à nova constituição, mais concretamente aos princípios e normas gerais das novas reformas litúrgicas.

D. Frei David começou por dizer que a constituição litúrgica é também do Senhor, alertando assim os fiéis para prestarem grande «atenção à constituição litúrgica como fazendo parte integrante da própria mensagem de Jesus»¹⁸⁸. Para o prelado é neste primeiro capítulo que estão os alicerces das reformas litúrgicas. Sobre os princípios, salientou o segundo

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Jornal da Madeira*, (19.02.1964) p. 7.

¹⁸⁸ *Jornal da Madeira*, (25.02.1964) p. 1.

princípio dizendo que «a obra da nossa redenção, realizada por Jesus, não cessou; está em marcha»¹⁸⁹. Esta obra está em marcha graças ao Corpo Místico de Cristo: «como o Pai enviou o Filho para nos salvar, o Filho tomou à Sua conta escolher apóstolos e enviá-los»¹⁹⁰. D. Frei David defende que se os enviou a pregar, enviou-os também a prolongar a obra realizada na última ceia e no alto do calvário: o Sacrifício da Missa, a administrar os sacramentos. Toda a vida litúrgica gravita sobre este ponto central: o Sacrifício da Missa e os sacramentos. Assim, esta obra da Salvação, realizada em Cristo, continua, em plenitude, na Igreja através dos tempos, e isto graças à presença de Jesus na Igreja, designadamente nas funções litúrgicas:

«Ele está presente a toda a Igreja e está presente, dum modo particular, às funções litúrgicas, aos actos de culto. Está presente na pessoa do sacerdote quando ele celebra; é Ele que, através do sacerdote e no decurso dos tempos, Se oferece em glória a Deus e em santificação pelos homens: Ele que, na cruz, se ofereceu a si mesmo ao Pai. Está presente nas Espécies Eucarísticas do Pão e do Vinho: presença substancial, presença real, a presença a que chamamos eucarística. Está presente nos sacramentos, pela Sua graça, pela sua virtude, pelo dinamismo divino que lhes comunica [...] Ele está presente nas nossas assembleias litúrgicas, quando se lêem as Sagradas Escrituras. A Sagrada Escritura é a Palavra de Deus aos homens; é a palavra de Jesus aos homens. Portanto, lendo a Sagrada Escritura, como que se faz ecoar, mundo em fora, a própria voz de Deus, a própria voz de Jesus. Está presente quando a Igreja canta e reza»¹⁹¹.

O prelado afirmou que a liturgia é o exercício da missão sacerdotal de Jesus Cristo, no quotidiano que vai passando; exercício esse que figura e que efectiva, realiza uma homenagem de louvor perfeito a Deus e nos dá a salvação. D. David reafirmou que «toda a função litúrgica é sagrada»¹⁹² uma vez que nela entra Jesus Sacerdote, a cabeça do Corpo Místico, com todos os seus membros e não existem actos de piedade que possam aproximar-se destes actos litúrgicos.

¹⁸⁹ *Jornal da Madeira*, (25.02.1964) p. 3.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² *Jornal da Madeira*, (26.02.1964) p. 1.

«A liturgia é como que o antegosto e o antegoço da Liturgia Celeste»¹⁹³. D. Frei David de Sousa defendeu que ao realizar os nossos actos litúrgicos, como que participamos e saboreamos antecipadamente a Liturgia que se realiza no Céu, por Cristo e pelos anjos e bem-aventurados. Os cristãos não são deste mundo, mas os cristãos estão no mundo, a caminho do céu, como luz a irradiar, como filhos que prestam culto a Deus. Deste modo, preparam-se para a Liturgia Celeste. Para que a liturgia atinja, plenamente, os seus fins de glória a Deus e de santificação dos homens é necessário que os homens que participam nas assembleias litúrgicas, tenham recta intenção, tenham boas disposições, que colaborem com a graça, que unam a inteligência e a vontade àquilo que se pronuncia, que se integrem no Corpo Místico de Cristo, no qual estão inseridos¹⁹⁴.

D. Frei David alertou para que não se cultive unicamente a piedade litúrgica, que não se limite a piedade aos actos litúrgicos mas que se pratique outros actos e exercícios de piedade. O prelado declarou que a “assembleia litúrgica” é o culto oficial, público, tributado pelo Corpo de Cristo a Deus. Mas é também importante «entrar no nosso quarto e aí, a sós, orar ao Pai celeste, orar sem cessar [...] recomendam-se, também, os actos de “piedade extraliturágica”»: a reza do terço, a oração da manhã, a oração da noite, alguma leitura espiritual, tudo isso se recomenda»¹⁹⁵.

Mas para que estes mesmos exercícios sejam válidos têm de ser inspirados na liturgia, estar de acordo com ela e encaminhar os homens para a liturgia pois ela é a meta de toda a actividade da Igreja.

No domingo, dia 1 de Março de 1964, D. Frei David de Sousa continuou, na missa solene da Sé do Funchal, o comentário à nova constituição litúrgica, detendo-se sobre a participação activa e a formação dos fiéis.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Cf. *Jornal da Madeira*, (26.02.1964) p. 3.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

O concílio afirma que o desejo da Igreja é que os fiéis participem, conscientemente nas celebrações litúrgicas. As causas que exigem que esta participação seja assim são: «a natureza da mesma liturgia, dos mesmos actos litúrgicos e, depois, o direito e o dever que o Baptismo confere àqueles que o recebem. Quem recebe o Baptismo tem o direito e tem o dever de participar plenamente nas celebrações litúrgicas»¹⁹⁶. O antístite declarou que a reforma da Igreja deve orientar-se toda ela para este fim. D. Frei David defendeu que para haver da parte dos fiéis formação e participação activa tem de haver primeiro participação e formação activa do clero. «Se o clero está bem formado na liturgia, se o clero vive a liturgia, naturalmente, comunicará toda essa riqueza aos fiéis, no exercício do seu ministério»¹⁹⁷. Para atingir esta finalidade – avisou D. Frei David – é necessário que os professores de Sagrada Escritura nos seminários, nas casas de estudo religiosas, nas faculdades de teologia, tenham uma formação adequada numa universidade para esse fim. O concílio dispõe que a cadeira de Liturgia passe a ser cadeira principal, sendo admitida a exame.

Para além da teoria é preciso a prática – como defende o prelado – pois «não basta uma boa formação do clero e dos fiéis. É necessária a vida litúrgica do clero e a vida litúrgica dos fiéis»¹⁹⁸. Sobre a vida litúrgica nos seminários, D. Frei David mostrou novamente que

«a teoria é importantíssima, mas se fica na teoria tem pouco valor. Deve passar da teoria à vida, traduzir-se na vida, traduzir-se em acções. Os seminaristas precisam de exercer os conhecimentos que adquirem no leccionamento da cadeira de sagrada escritura; exercê-los, pratica-los, e vivê-los; irradiar o espírito e a força que promanam da liturgia»¹⁹⁹.

No domingo, dia 8 de Março de 1964, D. Frei David de Sousa continuou, na missa solene da Sé do Funchal, o comentário à nova constituição, falando sobre a instituição da Santíssima Eucaristia. Nesta homilia destacamos os aspectos práticos a que o prelado dedicou algum tempo, nomeadamente a liturgia em língua vernácula:

¹⁹⁶ *Jornal da Madeira*, (03.03.1964) p. 3.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

«Diz o concílio que se mantenha o latim como língua litúrgica nos ritos latinos. Porém, pode-se e deve-se abrir a porta à língua vernácula. Porquanto o uso da língua vernácula tem uma importância grande para os fiéis [...] O uso da língua vernácula impõe-se por si mesmo, sobretudo nas leituras da Epístola, do Evangelhos, das exortações, da oração comum, etc»²⁰⁰.

Isto contribui também para o desejo do concílio, isto é, que as leis da liturgia se adaptem, o melhor possível, às tradições dos povos, pois a Igreja não impõe uma única forma rígida em matéria de liturgia.

3.3.1.2. Comentário ao decreto conciliar *Inter Mirifica*

Além do decreto conciliar sobre a sagrada liturgia, o Bispo do Funchal proferiu uma alocução, na missa celebrada em honra de S. Gabriel, onde comentou o decreto conciliar *Inter Mirifica*, sobre os meios de comunicação social²⁰¹. Aproveitando a festa do arcanjo São Gabriel, padroeiro das Telecomunicações, D. Frei David fez um breve comentário a este decreto que «projecta uma luz um tanto ou quanto nova sobre a valorização das comunicações e outros meios de comunicação social»²⁰².

O prelado aproveitou para pôr em relevo as linhas mestras deste decreto: os meios de comunicação social estão ao serviço do bem comum e os meios de comunicação social estão ao serviço da salvação.

Em primeiro lugar, o bispo do Funchal sublinhou que os meios de comunicação social – como a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão – estão ao serviço do bem comum, quando usados rectamente:

«a informação é útil e necessária ao bem comum e ao maior progresso, uma vez que o intercâmbio público e actualizado de notícias, sobre acontecimentos e coisas, permite um conhecimento mais amplo e contínuo da actualidade. A informação, salva a justiça e a caridade, deve ser sempre verdadeira e íntegra, quanto ao objecto, bem como honesta e conveniente,

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ A alocução proferida por D. Frei David de Sousa foi realizada no dia 6 de Abril de 1964, na catedral do Funchal, por ocasião da festa do Arcanjo São Gabriel e perante o pessoal das Telecomunicações da Madeira.

²⁰² *Jornal da Madeira*, (07.04.1964) p.1.

quanto ao modo. Para tanto há-de respeitar as leis morais, os legítimos direitos e a dignidade do homem»²⁰³.

D. David afirma ser muito necessário que se forme e divulgue uma recta opinião pública. Isto porque a opinião pública «exerce um poderoso influxo em todas as ordens da vida: privada, pública e social»²⁰⁴. Para que isto aconteça é necessário que todos os que integram a sociedade cumpram os seus deveres de justiça e caridade. O Bispo do Funchal cita o critério para que a escolha de informações a difundir seja recta: «fomentar tudo o que contribui para a virtude, ciência e arte; e, ao contrário, evitar o que pode ser causa ou ocasião de dano espiritual, bem como o que pode favorecer as más produções [...]»²⁰⁵. Portanto, os jornalistas, escritores, actores e todos quantos intervêm na realização e difusão das comunicações têm o dever moral de encaminhar os homens, recta e eficazmente, para o bem comum através das suas informações. Segundo afirma D. Frei David, o decreto conciliar *Inter Mirifica*

«lança um veemente apelo a todos os homens de boa vontade, mormente aos que estão à frente dos meios de comunicação. A união e colaboração de todos na promoção do bem comum, podem e devem abrir novas e consoladoras perspectivas à Humanidade inteira»²⁰⁶.

Posteriormente, o Bispo do Funchal pôs em relevo uma outra linha mestra deste decreto conciliar: os meios de comunicação social estão ao serviço da salvação. Tendo a Igreja a missão de evangelizar todo o Mundo, ela recorre «aos meios de comunicação social para, mais eficazmente, dilatar e consolidar o Reino de Deus no mundo»²⁰⁷. Portanto, a Igreja «pode e deve [...] possuir e usar os meios de comunicação social, na medida em que são necessários e úteis ao bom desempenho da sua missão salvadora»²⁰⁸. Neste sentido, D. David afirma que os fiéis, como membros do corpo de Cristo, têm a «missão de santificar e

²⁰³ *Ibidem*, p.7.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ *Ibidem*.

consagrar os meios de comunicação social, penetrando-os de espírito cristão; dando testemunho de Cristo»²⁰⁹. O prelado refere que esta utilização dos aparelhos de comunicação social nas mais variadas formas de apostolado deve ser realizada pela hierarquia e pelos leigos, em conjunto.

Em relação à imprensa, D. Frei David afirma que é necessário

«criar e difundir uma imprensa sinceramente católica, multiplicar as publicações honestas; imbuir plenamente os leitores de espírito cristão; formar, afirmar e promover uma opinião pública, em consonância com o direito natural e com a doutrina e preceitos católicos»²¹⁰.

No que diz respeito ao cinema importa promover e garantir a produção e exibição de filmes proveitosos para a cultura e arte, e confinados ao descanso honesto do espírito, sobretudo da juventude; multiplicar e associar entre si as salas pertencentes a empresários católicos e a homens honrados²¹¹.

Acerca da rádio e televisão é importante proteger as emissões honestas sobretudo as que são destinadas às famílias e fomentar as emissões católicas que esclarecem os ouvintes, nas verdades religiosas, e os integram na participação da vida da Igreja²¹².

No que diz respeito ao pessoal técnico ou outro que intervenha nas comunicações sociais, o bispo do Funchal refere que é necessário providenciar escolas ou faculdades que apliquem «uma formação íntegra na arte, doutrina e costumes; uma formação penetrada de espírito cristão e da doutrina social da Igreja»²¹³. É ainda imprescindível que nessas escolas e/ou faculdades se enviem e formem sacerdotes, religiosos aptos para a utilização dos meios de comunicação social e leigos aptos para a sua profissão e missão. E ainda em relação aos destinatários da evangelização, é importante mobilizar várias instituições na apresentação e

²⁰⁹ *Ibidem.*

²¹⁰ *Ibidem.*

²¹¹ Cf. *Ibidem.*

²¹² Cf. *Ibidem.*

²¹³ *Ibidem.*

explicação da doutrina conciliar sobre os meios de comunicação social, nomeadamente os seminários, escolas católicas, associações apostólicas, a catequese, entre outras²¹⁴.

Ao terminar a sua alocução, o Bispo do Funchal evidenciou a boa colaboração dos meios de comunicação social com a missão da Igreja no arquipélago:

«A história das telecomunicações, a história dos instrumentos de comunicação social deste Distrito e diocese, provam que os seus Directores e Profissionais têm sido sal e luz do torrão madeirense; têm promovido o bem comum; têm colaborado filialmente com a hierarquia, na salvação dos homens; têm formado coro com os que glorificam o Senhor»²¹⁵.

3.3.1.3. Comentário à constituição dogmática *De Ecclesia*

Além do decreto conciliar *Inter Mirifica*, o Bispo do Funchal proferiu várias alocuções, onde comentou a constituição dogmática *De Ecclesia* sobre a Igreja²¹⁶. D. Frei David comentou o capítulo sobre o “Mistério da Igreja” e começou por transmitir que a Igreja é «luz das famílias, dos povos, porque personaliza Cristo, porque é depositária do Evangelho»²¹⁷ e que a missão da Igreja é «levar os homens a uma perfeita união dos homens com Deus e entre si»²¹⁸. Adiante, o prelado reforçou que a Igreja é dirigida, habitada e enriquecida pelo Espírito Santo, pelos seus dons. «O Espírito Santo renova a Igreja constantemente, rejuvenesce-A para que Ela atinja o seu ideal com toda a plenitude»²¹⁹. D. Frei David defende que «a Igreja e o Reino de Deus, aparecem quando o Senhor entra no domínio público, quando anuncia a Boa

²¹⁴ Cf. *Ibidem*.

²¹⁵ *Ibidem*.

²¹⁶ A constituição sobre a Igreja começou a ser comentada no dia 7 de Março por D. Frei David de Sousa, na missa celebrada na Catedral do Funchal. A constituição sobre a Igreja foi objecto de um longo comentário durante três homilias do prelado diocesano.

²¹⁷ *Jornal da Madeira*, (08.03.1965) p.1.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ *Ibidem*.

Nova»²²⁰. D. David exortou os seus diocesanos a «ser luz para irradiar Cristo»²²¹ e «sinal de união com Deus e com os homens»²²² já que são membros do Corpo de Cristo.

Continuando o seu comentário à constituição dogmática sobre a Igreja, D. Frei David de Sousa transmitiu a mensagem conciliar²²³ acerca da “Natureza da Igreja”. O prelado começou por expor que a natureza da Igreja é perceptível na Sagrada Escritura. Em primeiro lugar, descreveu que «a Igreja é um aprisco e um redil para dar aos filhos de Deus segurança»²²⁴, que Ela é «um rebanho que tem por Pastor Deus». Depois, utilizando várias imagens bíblicas, o bispo procurou mostrar a natureza e missão da Igreja, nomeadamente a imagem do campo, da vinha, do edifício, da cidade santa, da peregrinação, Corpo Místico. Adiante, o prelado referiu que o baptismo é a condição pela qual somos «inseridos nos mistérios dolorosos e gloriosos de Cristo»²²⁵. E a união dos fiéis com Cristo e com os homens realiza-se na Eucaristia, formamos «um só Corpo, um só Pão, um só Alimento»²²⁶. O prelado exorta os seus diocesanos a serem «o Cristo de Hoje», e esta configuração com Cristo é dada pelo Espírito Santo, «que é para o Corpo Místico o que a alma é para o corpo humano»²²⁷. A Igreja de Cristo é «visível, invisível, divina e humana, no tempo e na eternidade»²²⁸. Ela é «uma comunidade de Fé, Esperança e caridade, isto é, espiritual»²²⁹. A Igreja é um «instrumento de salvação»²³⁰, esta sacramentalidade vem-lhe da sua realidade visível e invisível, divina e

²²⁰ *Ibidem.*

²²¹ *Ibidem.*

²²² *Ibidem.*

²²³ A constituição sobre a Igreja continuou a ser comentada no dia 14 de Março de 1965 por D. Frei David de Sousa, na missa celebrada na Sé do Funchal.

²²⁴ *Jornal da Madeira*, (15.03.1965) p.1.

²²⁵ *Ibidem*, p. 8.

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ *Ibidem.*

²²⁹ *Ibidem.*

²³⁰ *Ibidem.*

humana. «Esta Igreja é uma. Não há duas nem mais. Ela é una, santa, Católica e Apostólica. A Igreja é coluna e fundamento da verdade»²³¹, que é Deus.

Continuando o seu comentário à constituição dogmática sobre a Igreja, D. Frei David de Sousa transmitiu a mensagem conciliar²³² acerca da “Natureza da Igreja”.

A Igreja de Cristo é um novo povo que nasce da água baptismal, é «um povo santificado, novo e que tem por comandante supremo a Cristo»²³³. Esta Igreja transcende as dimensões do tempo e do lugar, «caminha por entre perigos e tribulações, no entanto, recebe o conforto da graça de Deus, que o Senhor lhe prometeu, para que não se afaste da fidelidade, mas para que permaneça sempre fiel, perseverante e nunca deixe de renovar-se»²³⁴. Posteriormente, o bispo do Funchal reportou-se ao tema do sacerdócio ministerial; o sacerdócio comum dos fiéis. O pontífice apresentou que o sacerdócio comum dos fiéis é distinto em essência e grau. No entanto, ambos os “sacerdócios” «complementam-se, harmonizam-se, porque são concebidos por Cristo, e brotam do mesmo tronco»²³⁵. Por virtude do seu sacerdócio real, os fiéis têm parte na oblação da Eucaristia e exercem-no «na recepção dos sacramentos, na oração e na acção de graças, no testemunho duma vida santa, pela abnegação e por uma caridade activa»²³⁶. Por fim, o bispo do Funchal mostrou que toda a Igreja, que todo o povo de Deus é chamado à perfeição: «todos somos chamados à santidade e à identificação com Cristo a Deus»²³⁷. D. Frei David conclui que toda a nossa existência deve estar orientada para o serviço de Deus, que tudo deve estar orientado para Cristo.

²³¹ *Ibidem.*

²³² A constituição sobre a Igreja continuou a ser comentada no dia 21 de Março de 1965 por D. Frei David de Sousa, na missa celebrada na Sé do Funchal.

²³³ *Jornal da Madeira*, (22.03.1965) p.8.

²³⁴ *Ibidem.*

²³⁵ *Ibidem.*

²³⁶ *Ibidem.*

²³⁷ *Ibidem.*

3.3.2. Recepção das iniciativas do bispo funchalense no espaço diocesano

Durante os quatro anos do concílio toda a diocese mostrou um vital interesse pelo mesmo, tendo a recepção começado a partir da primeira sessão pública. Desde os padres do seminário que acompanhavam através da imprensa e da rádio, até aos leigos instruídos que apresentavam ao povo cristão o espírito conciliar²³⁸.

As iniciativas de D. Frei David de Sousa na diocese do Funchal ocorreram no intervalo entre as sessões conciliares. O prelado quando chegava à diocese comunicava o espírito conciliar ao presbitério e a todos os diocesanos²³⁹.

3.3.2.1. Colóquio sobre o Concílio Ecuménico

D. Frei David de Sousa orientou um colóquio, no Centro Académico do Funchal, sobre o Concílio Ecuménico no dia 22 de Fevereiro de 1964²⁴⁰. Na sua exposição, o bispo do Funchal começou por referir-se ao ambiente que marca a realização do concílio. O prelado afirmou que «o objectivo do concílio é exclusivamente espiritual, porém, nele a mensagem cristã não será nem aprofundada nem defendida, e, nunca alterada, apenas se procura fazer uma reforma de métodos de apresentação dessa mensagem aos fiéis»²⁴¹. Na sua exposição, o Bispo do Funchal abordou o sacerdócio universal dos fiéis «salientando que ao lado do sacerdócio específico ou ministerial dos sacerdotes, existe também o sacerdócio universal de todos os cristãos como participantes do sacerdócio de Cristo»²⁴². Para além desta questão o antístite destacou um outro ponto. A chamada de todos os fiéis à santidade: «além da santidade ontológica inerente a todo o cristão, em virtude do baptismo há necessidade que

²³⁸ FARIA, D. Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípia Editora, Cascais, 2014, p. 156.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ Cf. *Jornal da Madeira*, (23.02.1964) pp. 1 e 8.

²⁴¹ *Ibidem*, p.8.

²⁴² *Ibidem*.

todos – e não só os religiosos ou sacerdotes – tendam a uma santidade consciente e deliberada»²⁴³.

Depois da sua exposição, o prelado respondeu a questões²⁴⁴ sobre o concílio ecuménico. Sobre as razões que determinaram a realização do concílio, o prelado diocesano apontou as principais: «a intensificação da vida cristã entre os fiéis, a adaptação das instituições da Igreja aos tempos e às necessidades da nossa época, a união da cristandade, a unidade de todos os povos num só rebanho e num só pastor, e a reforma litúrgica»²⁴⁵. Continuando a responder às questões, sobre reformas de estruturas dentro da Igreja²⁴⁶, o Bispo do Funchal falou sobre as revisões dos missais, breviários, rituais e pontificais com o objectivo de «permitir uma maior aproximação do homem da religião e conseqüentemente de Deus»²⁴⁷. Seguidamente, referindo-se às dificuldades e facilidades da unidade, D. Frei David salientou que a dificuldade não reside na mensagem de Cristo mas no homem e que «a dificuldade da união entre a Igreja Ocidental e Oriental está nas diferenças culturais, políticas e psicológicas dos dois povos, além das diferenças de ordem doutrinal, dogmática e disciplinar»²⁴⁸. Em relação às condições favoráveis, o pontífice destacou «a evolução da técnica e a oração ao serviço da união, o conhecimento da mentalidade dos participantes do concílio ecuménico, os cursos de Teologia e os colóquios»²⁴⁹ e afirmou que se estavam a dar passos decisivos no que respeita à união. A cerca do conceito de liberdade²⁵⁰, o antístite afirmou que «o católico deverá ter

²⁴³ *Ibidem*.

²⁴⁴ Cf. documento *Questões*, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

²⁴⁵ *Jornal da Madeira*, (23.02.1964) p. 8.

²⁴⁶ Cf. documento *Questões*, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

²⁴⁷ *Jornal da Madeira*, (23.02.1964) p. 8.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ «4 – Teve retumbância, durante a realização das sessões do concílio, determinada afirmação do Cardeal Bea sobre um novo conceito de liberdade. Pode Vossa Ex^a Rev^{ma} especificar em que efectivamente consiste tal conceito?» (Cf. documento *Questões*, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa).

sempre uma atitude de apreço e evitar ferir a sensibilidade dos judeus»²⁵¹ pelo facto da Igreja ter herdado muito dos Judeus²⁵². D. David salientou que a liberdade de religião deve ser determinada pela consciência e não confundida com «indiferentismo religioso ou pessimismo diletante sobre o esforço a empregar acerca do conhecimento da verdadeira religião»²⁵³. Sobre as reformas conciliares, D. Frei David esclareceu que «só as normas da constituição litúrgica e o Decreto sobre os meios de comunicação social foram já postos em prática, mostrando as facilidades concedidas, no sentido de tornar a doutrina mais acessível»²⁵⁴. No término do colóquio, e interpelado sobre o papel da juventude na Igreja, o prelado disse «esperar que a juventude recebesse a mensagem do Concílio com carinho, abertura e entusiasmo, destacando a vantagem que tem a juventude madeirense neste aspecto por tradicionalmente cristã»²⁵⁵.

3.3.2.2. Recepção da Sacrosanctum Concilium

D. Frei David de Sousa foi importantíssimo para a recepção da mensagem conciliar por parte do clero da diocese. Através das conferências eclesiais²⁵⁶, o prelado anunciou as reformas conciliares ao clero:

«[...] A cerca da aplicação da constituição litúrgica sobre a missa, há duas partes importantes: *Mensa Verbi Domini* e *Mensa Eucharistica*. É de salientar a importância da Palavra Divina: a leitura da Epístola e Evangelho pode fazer-se em língua vernácula; faz-se voltado para o povo, com carácter provisório, pois de momento desconhece-se qualquer norma

²⁵¹ *Jornal da Madeira*, (23.02.1964) p. 8.

²⁵² D. Frei David de Sousa especifica a herança, nomeadamente o Antigo Testamento, Jesus Cristo do ponto de vista humano era descendente de judeus, Nossa Senhora e os Apóstolos. (Cf. *Ibidem*).

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal, presidiu às conferências eclesiais dos arceparquias da Calheta, do Funchal, de Santa Cruz e de São Jorge, e de Câmara de Lobos.

Por conferência eclesial entendemos a reunião de um conjunto de eclesiais de uma certa região. Na diocese do Funchal, no início de 1958, existem as conferências eclesiais do Funchal, da Calheta, de S. Jorge e de Santa Cruz. A prática das conferências eclesiais foi hábito frequente na actividade pastoral do bispo do Funchal; habitualmente e quando estava na diocese, o prelado presidia a estas conferências eclesiais.

preceptiva sobre o assunto [...] Foi exposta a introdução ao estudo da Constituição da Sagrada liturgia, explicado o seu sentido e valor [...]»²⁵⁷.

Para além de apresentar as reformas conciliares, o bispo do Funchal explicou, comentou e apresentou outras interpretações válidas dos documentos do concílio ecuménico²⁵⁸.

D. Frei David de Sousa foi pioneiro na transmissão à diocese dos ensinamentos conciliares sobre a nova constituição litúrgica mas também, particularmente, na iniciação à vida litúrgica do clero e dos fiéis de toda a diocese. Como já vimos, todo o baptizado tem o direito e o dever de participar nas celebrações litúrgicas. Para que este fim seja atingido é necessário que haja formação. Para além da teoria é necessário a prática, ou seja, não é suficiente uma boa formação mas é também necessário uma vida litúrgica.

Para que tanto o clero como os fiéis tivessem a possibilidade de participar, directa e pessoalmente na celebração da missa, em português, segundo as recentes normas, aperfeiçoando assim a sua preparação próxima antes de entrarem universalmente em vigor as novas disposições²⁵⁹, D. Frei David de Sousa, por especial concessão da Santa Sé e a título excepcional, celebrou a missa em português em diversas igrejas paroquiais²⁶⁰ da diocese. D. Frei David de Sousa, desta forma excepcional, contribuiu para que os fiéis e o clero tivessem uma iniciação à vida litúrgica, ou seja, que todos participem conscientemente nas celebrações

²⁵⁷ MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 27.02.1964, in Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº.

²⁵⁸ Cf. MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 12.03.1964, in Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº. Cf. MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 16.04.1964, in Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº. Cf. MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 14.05.1964, in Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº. Cf. MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 11.06.1964, in Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº. Cf. MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 02.01.1965, in Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº.

²⁵⁹ As novas orientações da constituição litúrgica entraram universalmente em vigor no dia 7 de Março de 1965.

²⁶⁰ «[...] Sé Catedral – dia 21, às 11 horas; Campanário – dia 22, às 9 e 30 horas; Arco da Calheta – dia 23, às 10 e 30 horas; Machico – dia 24, às 10 e 30 horas; Sé Catedral – dia 25, às 19 e 15 horas; São Vicente – dia 26, às 10 horas; Santana – dia 1 de Março às 10 horas». Cf. *Jornal da Madeira*, (20.2.1965), p. 1.

litúrgicas. Aliás, este é o grande desejo da Igreja como afirmou o segundo concílio ecuménico do Vaticano. Na primeira missa celebrada em português²⁶¹, depois de proclamados os textos litúrgicos em português, D. Frei David de Sousa considerou o momento como um grande facto histórico na vida da Igreja e da diocese do Funchal. O bispo do Funchal pôs em destaque este grande acontecimento e solicitou a todos um grande interesse pela vida litúrgica e pela participação na mesma. O prelado referiu o enorme e transcendente alcance pastoral da reforma litúrgica e discorreu sobre o sentido da Missa do Domingo da Sexagésima, que se estava a celebrar²⁶².

Na diocese do Funchal, os párocos procederam à adaptação necessária, segundo a nova liturgia, das igrejas como atesta Teodoro de Faria:

«os párocos, por seu lado, foram investidos de um dinamismo para modificar os templos segundo a nova liturgia, separando os altares dos retábulos e construindo outros novos, de forma a ficarem voltados para os fiéis»²⁶³.

Por outro lado, na diocese do Funchal ocorreram alguns abusos neste dinamismo de modificação das igrejas por parte dos párocos que causaram momentos de tensão na recepção das orientações:

«derrubaram os assentos dos irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento, destruindo um património artístico, trabalhando por vezes durante a noite para os paroquianos não verem, mas nem por isso evitaram situações graves e de desgosto e contestação»²⁶⁴.

Apesar disto, «o concílio foi recebido favoravelmente pela maioria do povo católico, embora de modos diferentes»²⁶⁵.

²⁶¹ D. Frei David presidiu à missa celebrada em português na Sé do Funchal no dia 21 de Fevereiro de 1965 e transmitida pelo Posto Emissor do Funchal para toda a diocese. A *Schola Cantorum* do Seminário Maior, sob a direcção do Pe. Rufino da Silva cantou alguns cânticos, em língua vernácula, apropriados às diferentes partes da Missa. Este acontecimento teve grande afluência de fiéis, destacando-se a presença de D. Manuel Ferreira Cabral, bispo auxiliar eleito da arquidiocese de Braga, os membros do Cabido, muitos sacerdotes diocesanos e religiosos, alunos dos Seminários Maior e Menor, e do Coração de Jesus, e dos “irmãos” da Confraria do Santíssimo Sacramento, entre outros. Cf. *Jornal da Madeira*, (20.02.1965) p. 1.

²⁶² Cf. *Jornal da Madeira*, (22.05.1965) pp. 1-2.

²⁶³ FARIA, D. Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípia Editora, Cascais, 2014, p. 156.

²⁶⁴ *Ibidem*.

3.3.3. Avaliação e futuro do concílio

Por iniciativa do cardeal Patriarca de Lisboa todos os bispos de Portugal dirigiram aos seus diocesanos, após o regresso, no fim do segundo concílio ecuménico do Vaticano, uma mensagem pastoral. No momento em que formalmente se encerrara a última sessão do concílio ecuménico, o cardeal Cerejeira afirma que o episcopado português tem a «missão e a responsabilidade do pós-concílio, com as esperanças que ele abre para a Igreja e para o mundo»²⁶⁶. Para além disto, D. Manuel Gonçalves Cerejeira afirmou o papel do bispo diocesano na recepção da doutrina conciliar:

«Temos plena consciência de que há-de ser o Episcopado a presidir a todo o trabalho de renovação entre nós, à luz do Concílio. É obra de todos, mas pertence-lhe a ele, como o Vigário de Cristo lho recorda, com a cooperação dos sacerdotes, ensinar, guiar e julgar. E certamente, a começar por ele próprio a obra de revisão»²⁶⁷.

Apraz-nos dizer que esta recepção foi sendo realizada já durante o tempo do concílio ecuménico conforme já analisamos. D. Frei David de Sousa presidiu ao início desta recepção do concílio na diocese do Funchal de que a nova constituição litúrgica é exemplo mais visível. Como testemunha Teodoro Faria

«o bispo diocesano D. David de Sousa, quando chegava à diocese [vindo do concílio ecuménico Vaticano II], reunia o presbitério e comunicava o espírito do concílio e também as divergências de mentalidade»²⁶⁸

Mas a recepção do segundo concílio ecuménico do Vaticano na diocese do Funchal não ficou apenas ligada ao bispo diocesano. Os movimentos laicais seguiram atentamente o concílio através da imprensa e dos sacerdotes como observa Teodoro Faria:

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 158.

²⁶⁶ *Boletim de Informação Pastoral*, (Dezembro 1965) p. 25.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 26.

²⁶⁸ FARIA, D. Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípios Editora, Cascais, 2014, p. 156.

«a Acção Católica e os Cursos de Cristandade seguiam atentamente a evolução das reuniões em Roma, não só pela imprensa e um pouco pela televisão, mas principalmente pelos directores espirituais, que as seguiam atentamente pela rádio, por *L'Osservatore Romano* e pela revista *Civiltà Cattolica*, e davam a conhecer os documentos aprovados pelo Papa Paulo VI»²⁶⁹

Durante os quatro anos do segundo concílio ecuménico do Vaticano, os sacerdotes do seminário do Funchal desempenharam um importante papel no *aggiornamento* diocesano e por sua vez também os leigos:

«Os padres do Seminário Maior encontravam-se para refletir sobre as conclusões do concílio e as formas de as pôr em prática. Prepararam esquemas simples e formaram leigos para os apresentar ao povo cristão dentro das igrejas e nos salões paroquiais»²⁷⁰.

Esta tarefa de transmissão do espírito conciliar foi realizada facilmente, pois haviam «leigos já formados na Acção Católica e nos Cursos de Cristandade com capacidade»²⁷¹ para tal. A novidade desta transmissão aconteceu também no local, ou seja, ela foi realizada dentro das igrejas, onde até então, o presbítero realizava tudo na liturgia²⁷².

Fazendo a sua avaliação e dando o seu testemunho pessoal sobre o concílio, D. Frei David de Sousa afirmou que foi muito perceptível a «presença e a actuação do Espírito Santo. A Ele se deve a grande e admirável e histórica realidade que foi o CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II»²⁷³. Para além da acção divina para a concretização do concílio ecuménico, D. David considera que foi importante «o trabalho de colaboração dos homens com o Espírito Santo. A eles se deve igualmente a grande e admirável e histórica realidade que foi o CONCÍLIO VATICANO II»²⁷⁴.

²⁶⁹ *Ibidem.*

²⁷⁰ *Ibidem.*

²⁷¹ *Ibidem.*

²⁷² Cf. *Ibidem.*

²⁷³ SOUSA, D. Frei David de, *Concílio Vaticano II - Testemunho pessoal à rádio Vaticana*, Roma, 03.12.1965, p. 1.

²⁷⁴ *Ibidem.*

Para o prelado, o segundo concílio ecuménico do Vaticano abordou os vários problemas que se colocavam ao homem contemporâneo. Além disso, D. Frei David reconheceu que o concílio ecuménico

«resolveu, ou pelo menos, apontou a resolução mais ideal das necessidades mais graves e urgentes do momento presente. Expôs numerosos pontos de doutrina. Propôs sábias disposições disciplinares. Tomou as devidas providências para promover a verdadeira renovação da Igreja, a unidade dos cristãos, a pacificação e o nível social»²⁷⁵.

D. David considera que com a realização deste concílio ecuménico a «Igreja abriu-se a novos horizontes»²⁷⁶ e foram-lhe apontadas novas metas. Por outro lado, «acreditou a Igreja, perante a opinião pública, como mestra e guarda da verdade. Acendeu a Igreja numa grande esperança»²⁷⁷.

É interessante averiguar o modo como D. Frei David de Sousa vê o concílio ecuménico Vaticano II. O prelado olha para este concílio como «o PENTECOSTES de 1962, 1963, 1964 e 1965»²⁷⁸:

«Como os Apóstolos saíram transformados do primeiro Pentecostes, no ano 30º da era actual, e transformaram sensivelmente os homens e o mundo, assim os Padres Conciliares sairão transformados deste novíssimo Pentecostes e, com a ajuda de Deus, transformarão os seus respectivos Diocesanos e o próprio Mundo»²⁷⁹.

Assim, a missão dos padres conciliares, segundo perspectiva D. David, será a de levar «as constituições. Decretos e Declarações conciliares na inteligência, no coração e nas mãos»²⁸⁰ e de as «transmitir à inteligência, ao coração e às mãos de quantos estão confiados aos seus cuidados pastorais»²⁸¹. Para que esta missão se concretize, D. David afirma que os

²⁷⁵ *Ibidem.*

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 2.

²⁷⁷ *Ibidem.*

²⁷⁸ *Ibidem.*

²⁷⁹ *Ibidem.*

²⁸⁰ *Ibidem.*

²⁸¹ *Ibidem.*

padres conciliares esperam «encontrar a necessária disposição, abertura e sofreguidão para receber, a torrentes, a luz, o bem e a vida, que promanam abundantemente do concílio [...]»²⁸².

Para D. David, o maior e único desejo, do bispo diocesano e padre conciliar, deverá ser «que a chama do Concílio inflame e transforme em autênticos apóstolos do Concílio os Sacerdotes, os Religiosos e Religiosas, os Seminaristas, a Acção Católica, as Associações, os Fiéis e os homens de bem [...]»²⁸³ através a recepção dos documentos e doutrina conciliares.

Por fim, D. Frei David deseja que o pós-concílio seja um tempo de «apóstolos do Concílio em torno do seu Bispo»²⁸⁴ e que esses apóstolos «com o seu Bispo, transforme cada Diocese, transformação essa que não tardará em se estender a todo o Mundo»²⁸⁵. Com estas palavras, o prelado transmite a ideia de que o pós-concílio será um tempo de renovação e transformação do Mundo a fim que ele se torne «ante-câmara do Céu»²⁸⁶.

²⁸² *Ibidem.*

²⁸³ *Ibidem.*

²⁸⁴ *Ibidem.*

²⁸⁵ *Ibidem.*

²⁸⁶ *Ibidem.*

IV. MAGISTÉRIO E PREOCUPAÇÕES PASTORAIS MAIS MARCANTES DE D. FREI DAVID DE SOUSA

4.1 Pastoral de proximidade e revitalização da diocese

O pontificado de D. Frei David de Sousa na diocese do Funchal (1957-1965) ficou marcado por um «plano de actualização da diocese»²⁸⁷ do Funchal. O período do seu pontificado é assinalado pelo grande acontecimento do século XX, o segundo concílio ecuménico do Vaticano, e pelas diversas “reformas” na diocese do Funchal, nomeadamente os seminários, as paróquias, a catequese, a boa imprensa, o ensino católico, entre outras. O magistério e o pontificado de D. Frei David de Sousa enquanto bispo do Funchal é francamente marcado por estas preocupações pastorais²⁸⁸.

4.1.1. Seminários e vocações

O Seminário²⁸⁹ e as vocações são o factor que mede a vitalidade de uma diocese. O Seminário é de facto o «coração da diocese»²⁹⁰. No magistério de D. Frei David de Sousa encontramos várias preocupações. A primeira delas foi pelas vocações sacerdotais e o Seminário diocesano.

A revitalização dos seminários e obra das vocações não constituiu um problema para a diocese, ou seja, não houve impedimento por parte do clero e dos fiéis. No entanto, o prelado

²⁸⁷ *Jornal da Madeira*, (09.10.1960) p. 1.

²⁸⁸ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro-Outubro 1962) p. 31.

²⁸⁹ Cf. SILVA, Pe. Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo, *Elucidário Madeirense*, 3 vol., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978, pp. 537-539.

²⁹⁰ O concílio considerou o seminário como o coração da diocese. (cf. Decreto sobre a formação sacerdotal «Optatam Totius», nº 5, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II-*Constituições-Decretos-Declarações-Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 1992, p. 190).

viu-se obrigado a esvaziar as pequenas economias da diocese e do Cabido e a solicitar a colaboração de todas as paróquias da diocese²⁹¹.

O próprio D. Frei David de Sousa reconheceu que a principal lacuna da diocese do Funchal era a obra das vocações e seminários:

«o problema dos problemas da Diocese do Funchal, no momento que corre, é o dos seminários. Começamos a conhecê-lo e a sentir-lhe o peso desde o dia em que Nos fora dito que o Santo Padre se dignara escolher a Nossa pobre pessoa para Bispo da simpática diocese do Funchal»²⁹².

D. David encontrou uma diocese com várias lacunas em relação aos seminários e vocações. O principal problema da diocese, segundo o prelado, estava identificado. Esta identificação ficou a dever-se, em grande parte, a uma visita apostólica realizada à diocese no ano de 1956. Nessa ocasião o visitador apostólico, no seu relatório, comunicou à Santa Sé a situação dos seminários e vocações na diocese funchalense. Por sua vez, a Santa Sé, através da Sagrada Congregação dos seminários e das universidades, comunicou ao bispo diocesano²⁹³ a urgência de uma reforma da pastoral das vocações e seminários. Estas indicações da Santa Sé são uma das heranças que D. Frei David de Sousa vai receber quando é nomeado bispo do Funchal.

As indicações dadas pela Santa Sé são precisas quanto ao que fazer para resolver o problema da obra das vocações e seminário²⁹⁴. Sobre este tema das vocações é relevante recordar que o prelado precedente tivera um pontificado demasiado longo e que nos últimos anos perdera “imaginação” pastoral, ou seja, estava já desgastado devido à doença e à idade avançada. As orientações dadas pela Santa Sé estão de certo modo presentes na carta pastoral

²⁹¹ SOUSA, D. Frei David de, *Carta Pastoral sobre os seminários*, Fátima, 28-06-1958, pp. 1-5.

²⁹² *Ibidem*, p. 1.

²⁹³ Este documento foi dirigido a D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal no último ano do seu múnus episcopal, 1956.

²⁹⁴ Cf. Carta da Sagrada Congregação dos seminários e estudos universitários dirigida a D. António Manuel Pereira, sobre o seminário diocesano do Funchal, 18 AGO 1956, pp. 1-4 in AHDF.

sobre os seminários, pela qual D. Frei David anuncia a actualização dos seminários e obra das vocações na diocese do Funchal. Apesar de nunca se referir a este relatório, ao analisarmos ambos os documentos fica claro que o prelado tivera conhecimento das indicações da Santa Sé. Toda a carta pastoral está redigida segundo as orientações dadas ao bispo diocesano precedente bem como pelo conhecimento e estudo da questão dos seminários diocesanos que já tinha D. David²⁹⁵.

Ao longo da primeira parte da carta pastoral, o antístite expõe as dificuldades que a diocese enfrenta com o único seminário que «não satisfaz às necessidades presentes e futuras da Diocese»²⁹⁶. D. Frei David justifica esta afirmação com o facto do edifício do seminário ser uma obra incompleta:

«Como consta do projecto, a construção completa formaria um H [...] Mas deste H só metade foi construída, a saber: a metade que se destinava quase exclusivamente ao Corpo Docente. Quer dizer: a metade construída é exactamente a que maior falta faz, uma vez que o Corpo Discente é, por natureza, muito superior em número ao Corpo Docente»²⁹⁷.

O bispo do Funchal justifica a referida afirmação com o facto de a capacidade do actual seminário ser quase nula: «o número total de Seminaristas é muito reduzido, pois anda por uns 125; e mesmo assim as instalações deixam muito a desejar; obrigam até ao alojamento do 1º ano em casa alugada e separada do Seminário [...]»²⁹⁸. O prelado afirma que a isto acresce o facto de ser seminário único, e que por isso «está sujeito a todas as desvantagens provenientes da diferença de idades, de estudos e de ideais, que se professam em Humanidades, em Filosofia e em Teologia [...]»²⁹⁹. Além disto, é uma obra antiga que contava já com quarenta e nove anos.

²⁹⁵ SOUSA, D. Frei David de, *Carta Pastoral sobre os seminários*, Fátima, 28-06-1958, p. 1.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 2.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ *Ibidem*.

²⁹⁹ *Ibidem*.

Na segunda metade da sua carta pastoral, o bispo do Funchal defende que a diocese precisa de um novo seminário maior e de um novo seminário menor:

«A Diocese precisa dum seminário Maior e dum seminário Menor que tenham capacidade bastante para atender as suas necessidades presentes e as suas necessidades futuras; para garantir uma eficiente assistência espiritual a todos os madeirenses [...]»³⁰⁰.

O bispo do Funchal comunicou a decisão à diocese de «adquirir o Hotel Bela Vista³⁰¹ para seminário Maior e ampliar com um novo pavilhão o Seminário existente da Encarnação para Seminário Menor»³⁰². O novo seminário maior foi dedicado a Nossa Senhora de Fátima – não é por acaso que esta carta pastoral foi escrita em Fátima – onde se invocava Nossa Senhora como protectora dos seminários diocesanos:

«A dedicação do seminário Menor e do Seminário Maior a Nossa Senhora importa a entrega e consagração de todo o corpo docente, de todo o Corpo Discente e de todo o pessoal auxiliar de ambos os seminários à solícitude maternal da virgem»³⁰³.

D. Frei David de Sousa apelou à colaboração de todos os diocesanos, das entidades públicas, dos grupos apostólicos, do povo madeirense, nesta actualização dos seminários:

«Com a larga compreensão e com a pronta cooperação de todos, cremos que não só é possível conseguir um seminário Maior e um Seminário Menor perfeitamente actualizados e desafogados, mas até que se podem realizar outras maravilhas de grande alcance e projecção sociais [...] Com um pouco de boa vontade, de espírito de sacrifício, de prudente e continuada economia, de confiança na Providencia Divina, atinge-se o ideal em vista [...]»³⁰⁴.

Para que a actualização dos seminários fosse uma realidade, D. Frei David apresentou medidas que contribuiriam, pouco a pouco, para esta causa: «[...] julgamos necessário recolher, em cada freguesia, os seus donativos, em dinheiro ou género, de trimestre em

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 4.

³⁰¹ A diocese do Funchal contraiu um empréstimo de 5. 400. 000\$00 para adquirir este edifício. Para amortizar o referido empréstimo, a diocese recorreu confiadamente à Fundação Calouste Gulbenkian. (cf. SOUSA, D. Frei David de, *Carta Pastoral sobre os seminários*, Fátima, 28.06.1958, p. 9; cf. SOUSA, D. Frei David de, *Alocução sobre os seminários diocesanos in* Posto Emissor do Funchal, Funchal, 08.07.1958, p.1).

³⁰² SOUSA, D. Frei David de, *Carta Pastoral sobre os seminários*, Fátima, 28.06.1958, p. 5.

³⁰³ *Ibidem*, p. 6.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 8.

trimestre, a contar da publicação desta carta pastoral»³⁰⁵. Para além disso, o bispo do Funchal exortou à colaboração de todos os diocesanos para solucionar este grave problema diocesano, numa alocução proferida no PEF³⁰⁶. Nesta alocução, o prelado afirmou que «os Seminários são uma obra de grande projecção cultural, moral, espiritual e nacional. Por isso, ajudá-los é contribuir para um Portugal melhor e para um Reino de Jesus Cristo mais e mais dilatado»³⁰⁷.

A campanha de fundos em prol da actualização dos seminários diocesanos foi realizada por toda a diocese. Os donativos para esta campanha foram entregues em géneros e/ou em dinheiro pelas paróquias, pelo clero, por grupos de sacerdotes, pelo cabido, por grupos anónimos, por grupos anónimos de casas comerciais e industriais, por grupos de crianças, entre outros³⁰⁸.

D. Frei David, numa troca de correspondência com D. João da Silva Neves, bispo de Lamego, deu conta das dificuldades no andamento da obra dos seminários na diocese do Funchal:

«A obra dos Seminários do Funchal vai indo, mas muito lentamente, por falta de recursos, pois que a propriedade está muito retalhada, o custo de vida é muito levado e a carência de indústria pode dizer-se completa»³⁰⁹.

A obra das vocações diocesanas estava já formada na diocese. No entanto, a obra das vocações diocesanas estava desactualizada. Por indicação da Santa Sé, através da sagrada congregação dos seminários e das universidades, foi recomendado uma revitalização da obra das vocações:

«Esta benemérita Associação tem limitado, na diocese, a sua actividade ao campo económico. É necessário que os fiéis participem activamente na formação dos seminaristas,

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 9.

³⁰⁶ Posto Emissor do Funchal.

³⁰⁷ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Alocução sobre os seminários diocesanos in* Posto Emissor do Funchal, Funchal, 08.07.1958, p.1.

³⁰⁸ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Carta Pastoral sobre os seminários*, Fátima, 28.06.1958, p. 9.

³⁰⁹ Cf. SOUSA, D. Frei David, *Carta a D. João da Silva Campos Neves*, Funchal, 12.12.1958, p.1.

acompanhando-os com as suas orações, vivendo intensamente o ideal dos aspirantes ao Sacerdócio, contribuindo a preparar, guardar e favorecer as vocações»³¹⁰.

Esta recomendação de Roma evidencia o estado em que estava esta associação diocesana de fiéis. A obra das vocações limitava-se ao campo económico, isto é, à recolha de fundos para as vocações.

D. Frei David de Sousa erigiu canonicamente e aprovou o estatuto da obra das vocações sacerdotais da diocese do Funchal. Esta acção de D. David teve por objectivo a participação dos diocesanos na formação dos seminaristas, concretamente na oração pelas vocações sacerdotais e a criação de ambiente propício às vocações: «Ela desperta nos corações juvenis a Vocação para o sacerdócio. Ela cria, nas famílias, nas paróquias e na diocese, ambiente propício às vocações sacerdotais e ao eficaz exercício do sacerdócio»³¹¹. Na conferência eclesiástica do Funchal, o Bispo do Funchal defendeu que o fim da obra das vocações sacerdotais era recrutar vocações e criar ambiente favorável aos seminários, aos sacerdotes e a ajuda espiritual e material em prol desta obra³¹². Podemos observar que as afirmações do prelado vão de encontro com as determinações da Santa Sé, como já acima citamos³¹³. Aliás, D. Frei David, no decreto de aprovação desta obra, relaciona a vontade dos Pontífices com a obra das vocações sacerdotais: «Com os sumos Pontífices, vemos nela um poderoso baluarte espiritual e um valioso sustentáculo material dos seminários. Com sumos Pontífices considerámo-la uma das mais seguras âncoras de salvação»³¹⁴.

D. Frei David de Sousa manifestou a sua preocupação pelas vocações sacerdotais e os seminários nas suas provisões por ocasião do dia mundial de oração pelas vocações

³¹⁰ Cf. Carta da Sagrada Congregação dos seminários e estudos universitários dirigida a D. António Manuel Pereira, sobre o seminário diocesano do Funchal, 18 AGO 1956, pp. 1-4 *in* AHDF.

³¹¹ Estatutos da Obra das Vocações Sacerdotais *in* Estatutos da Obra das Vocações Sacerdotais Filial Pontifícia, Diocese do Funchal, Funchal, 1959, p.7.

³¹² Cf. MAROTE, Padre Adelino Jorge Mendonça Olim, Acta da conferência eclesiástica do Funchal de dia 12.04.1959, *in* Livro de Actas das Conferências Eclesiásticas do Funchal, s/nº.

³¹³ Veja-se a nota de rodapé nº 211.

³¹⁴ Estatutos da Obra das Vocações Sacerdotais *in* Estatutos da Obra das Vocações Sacerdotais Filial Pontifícia, Diocese do Funchal, Funchal, 1959, p.7.

sacerdotais e religiosas³¹⁵. O Bispo do Funchal viu este dia como um dia com «um carácter estritamente espiritual, quanto à sua natureza e quanto ao seu fim: dia de doutrinação e de oração, para alcançar de Deus a graça de muitas e santas vocações sacerdotais e religiosas»³¹⁶. Nesta mesma provisão, o prelado diocesano alerta que as vocações sacerdotais e religiosas são de uma «necessidade real, visível, palpável, premente e permanente»³¹⁷, particularmente na diocese do Funchal:

«Efectivamente, nesta Diocese do Funchal, de tão antigas e nobres tradições católicas, o número de Sacerdotes tem diminuído, nos últimos anos, apesar dos esforços e sacrifícios feitos, no sentido de aumentar e de o aumentar sensivelmente. O facto é tanto mais preocupante e alarmante, quanto é certo que as necessidades de Clero não diminuíram, antes se multiplicaram e até quasi se duplicaram»³¹⁸.

O antístite do Funchal viu assim muito actual a exortação bíblica – «“A messe é grande. Os operários, ao contrário, são poucos. Pedi, portanto, ao Senhor da messe que mande operários para a Sua messe” (Lc. 10, 2)»³¹⁹ – no tempo e na história concreta da diocese do Funchal. O prelado exortou à oração dos diocesanos pela perseverança e fidelidade das actuais vocações, por novas vocações sacerdotais e religiosas, pela generosidade e docilidade das crianças, jovens e adultos ao chamamento vocacional, pela cristianização das famílias, pela vitalização das paróquias e pela santidade dos seminários e casas de formação religiosa. Por esta ocasião, o bispo do Funchal determinou que, a partir deste momento e para os anos futuros, se celebrasse, «no Domingo do Bom Pastor, o “dia mundial de preces pelas vocações”, em todas as igrejas e oratórios públicos e semi-públicos»³²⁰. O prelado recomendou ainda que o tema da homilia neste domingo fosse “vocações sacerdotais e religiosas e a obra das vocações”; que se fizesse no dia ou na véspera a exposição solene do

³¹⁵ O dia mundial de oração pelas vocações sacerdotais e religiosas foi instituído pelo papa Paulo VI em Janeiro de 1964 e fixado no chamado “Domingo do Bom Pastor”, isto é, no segundo domingo depois da Páscoa.

³¹⁶ Cf. SOUSA, D. Frei David de, Provisão sobre o dia mundial de oração pelas vocações sacerdotais e religiosas, Funchal, 02.04.1964, p.1.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 1.

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*, p. 2.

santíssimo sacramento «com exercícios e preces especiais pelas Vocações»³²¹. Por fim, D. Frei David de Sousa encarregou o secretariado diocesano da obra das vocações de orientar e coordenar a preparação e celebração do “dia mundial de preces pelas vocações” nos próximos anos.

D. Frei David de Sousa viu o empenho da oração pelas vocações como «vindo de cima para baixo, da Cabeça para os membros»³²², isto é, de Cristo para as pessoas, a começar nos bispos, sacerdotes, seminaristas, fiéis. O prelado defende que para que a oração seja eficaz, ou seja, produza frutos, ela «deve chegar às famílias e às pessoas, deve atingir as periferias, com a mesma intensidade»³²³. D. Frei David, citando Paulo VI, reafirmou que o problema das vocações sacerdotais e religiosas diz respeito a todos porque dele depende o futuro religioso da sociedade cristã. Além disso, defendeu que ele é um indicador preciso de vitalidade das famílias cristãs, das comunidades paroquiais e diocesanas. Portanto, o bispo do Funchal apelou à união de todos os diocesanos em redor desta “cruzada” de oração:

«A consecução deste ideal requer a mobilização geral dos Sacerdotes, Religiosos, Alunos dos Seminários e Institutos Religiosos, dos Colégios e Escolas, bem como de todos os fiéis; urge que todos formem um só coro; reclama a presença e actuação concorde de todas as figuras; exige esforço, doação, perda de energia, para obter um bom rendimento de todas as vozes»³²⁴.

D. Frei David de Sousa, nesta sua provisão, determinou e recomendou iniciativas idênticas às de 1964. A grande novidade foi a celebração de uma “hora santa comunitária”, que reuniu na Sé do Funchal «Seminários, Casas Religiosas, Colégios, Escolas, Associações, de piedade»³²⁵, entre outros, presidida pelo bispo diocesano.

Podemos constatar nas alocuções escritas ou orais de D. Frei David de Sousa uma grande preocupação pelos seminários e pelas vocações sacerdotais e religiosas. A diocese do

³²¹ *Ibidem*.

³²² Cf. SOUSA, D. Frei David de, Provisão sobre o dia mundial de oração pelas vocações sacerdotais e religiosas, Funchal, 18.04.1965, p.1.

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ *Ibidem*, p. 3.

Funchal tinha uma das percentagens mais baixas de ordenações de todo o país. O problema vocacional na diocese do Funchal, para D. Frei David de Sousa, colocava-se em três pontos: «primeiro, o número de vocações; segundo, a qualidade das vocações; terceiro, a união mútua e mútuo auxílio das vocações existentes»³²⁶. D. Frei David de Sousa vê nos seminários um factor decisivo para a vida e missão da Igreja. Segundo o bispo do Funchal, a importância dos seminários advém da sua natureza e fim:

«[...] são casa de estudos eclesiásticos; [...] sede aptíssima para a preparação dos jovens chamados a exercer o ministério na vinha do Senhor, administrando-lhes uma boa formação intelectual e moral pela aquisição da verdade e aquisição da virtude; [...] oficina de virtudes humanas, cristãs e apostólicas; vestiário, onde se despe o homem velho, o pecado, as paixões, os maus hábitos, e onde se veste o Homem Novo com todas as suas virtudes e perfeições; [...] cenáculo de oração e de graça que, sob a acção do Espírito Santo, transforma os homens em arautos do Evangelho [...]»³²⁷.

Além disto, o prelado viu no seminário o coração da diocese que «transmite a vida espiritual a todas as veias diocesanas: paróquias, associações de piedade, estabelecimentos de ensino, casas de saúde, famílias, etc»³²⁸. O seminário é então este órgão vital que garante a santidade, o progresso da Igreja universal e diocesana, e a prosperidade espiritual na diocese. Portanto, é por isto, defende o antístite, que a diocese rodeia os seus Seminários dos maiores cuidados, prepara e destina ao ensino os seus melhores Padres, assume e enfrenta pesadíssimos encargos económicos, e dá a vida pela formação dos novos sacerdotes³²⁹. D. Frei David justifica, desta forma, a razão pela qual é necessário investir pastoralmente nos seminários da diocese do Funchal. Nesta sua alocução, e passados cinco anos do início da actualização dos seminários

³²⁶ Cf. manuscrito *Problema vocacional* in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

³²⁷ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Alocução sobre o 4º centenário da fundação dos seminários*, Funchal, 15.07.1963, p.1.

³²⁸ *Ibidem*, pp. 1-2.

³²⁹ Cf *Ibidem*, p. 2.

diocesanos, o prelado afirma que estes «precisam [...] de maior capacidade e de maior rendimento em pessoal»³³⁰.

D. Frei David de Sousa defendeu que «o seminário não é uma escola onde se ensinam teorias, mas uma escola da Verdade, de ciência e sobretudo de Santidade»³³¹.

O bispo do Funchal tomou outras medidas que visaram a revitalização dos seminários diocesanos. Destacamos duas medidas que foram fundamentais na revitalização da vida interna do seminário. D. David, com o objectivo de promover a cultura e o ensino nos seminários, enviou diversos sacerdotes para várias universidades católicas a fazerem estudos superiores, nomeadamente «Maurílio Jorge Quintal de Gouveia³³², Teodoro de Faria, Abel Augusto da Silva, João Arnaldo Rufino da Silva, Sidónio Gomes Peixe³³³, Manuel Ferreira Cabral³³⁴, João da Cruz Nunes e Manuel Lucas Sardinha»³³⁵. Uma outra medida foi a aprovação e publicação do estatuto do seminário maior do Funchal, no dia 13 de Maio de 1961, bem como do regulamento dos seminaristas do seminário menor do Funchal e dos estatutos dos superiores do seminário menor do Funchal, no dia 8 de Setembro de 1961³³⁶.

As melhorias nos seminários e a divisão do Seminário do Funchal em duas casas de formação tiveram reflexo no aumento significativo de ordenações presbiterais. Se compararmos os últimos oito anos do pontificado de D. António Manuel Pereira Ribeiro com

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ Cf. Alocução de D. Frei David no encerramento da sessão solene em honra de S. Tomás de Aquino, no seminário maior do Funchal *in Jornal da Madeira*, (09.03.1963) pp. 1 e 6.

³³² Este sacerdote madeirense foi nomeado cónego da Catedral do Funchal por D. Frei David de Sousa, viria a ser depois vice-reitor do seminário maior do Funchal no pontificado de D. Frei David, mais tarde foi nomeado bispo e veio depois a suceder a D. Frei David de Sousa na cátedra da arquidiocese de Évora.

³³³ Este sacerdote madeirense ocupou o cargo de Oficial do Concílio no Vaticano II, durante o tempo de estudos superiores em Roma.

³³⁴ Este sacerdote madeirense foi nomeado cónego da Catedral do Funchal por D. Frei David de Sousa; ocupou o cargo de vice-vigário geral da diocese do Funchal (cargo criado pelo próprio D. David de Sousa); foi indicado por D. David de Sousa para ascender ao múnus episcopal, facto que aconteceu no dia 25 de Março de 1965 (dia da sua sagração episcopal). Esta foi a primeira sagração de um bispo na Sé do Funchal.

³³⁵ Cf. nota biográfica de D. Frei David de Sousa, 15.12.1963, p. 2, *in* Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, Arquivo de D. Frei David de Sousa.

³³⁶ Cf. nota biográfica de D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal, 04.12.1963, p. 2 *in* Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, Arquivo de D. Frei David de Sousa.

os oito anos do pontificado de D. Frei David de Sousa vemos que ouve um aumento de ordenações. Nos últimos oito anos de D. António Manuel Pereira Ribeiro foram ordenados 31 presbíteros enquanto que no pontificado de D. Frei David de Sousa foram ordenados 37 presbíteros³³⁷. Desta forma podemos constatar que, a curto prazo, a revitalização do seminário do Funchal começou a dar os seus frutos. Sobre a afluência de alunos ao seminário, podemos analisar que em Outubro de 1958 o Seminário do Funchal tinha 173 alunos, sendo que destes 130 frequentavam o seminário menor e 43 o seminário maior³³⁸.

A figura do padre na sociedade madeirense do século XX é um elemento essencial, manifestamente de ordem espiritual, de orientação das almas, um mediador entre Deus e o homem moderno. Não se pode, portanto, entender a sociedade madeirense sem a figura do padre, a sociedade moderna do século XX e, neste caso concreto, o arquipélago da Madeira.

4.1.2. Dinamização de uma paróquialidade activa

O conceito de paróquia³³⁹ foi alvo de renovação constante ao longo da história da Igreja. Podemos afirmar que a pré-história da paróquia remonta aos finais do século I, quando começa a aparecer uma certa «estruturação de cada comunidade sobre um módulo prevalente»³⁴⁰. Mais tarde no século IV com a rápida difusão do cristianismo e depois com a paz de Constantino surge a necessidade de repensar as estruturas territoriais e a jurisdição do bispo. Neste sentido, a entrega de comunidades a presbíteros é uma opção pastoral que ganha cada vez mais força; é conhecida a criação de novas paróquias pelo bispo S. Martinho de

³³⁷ Cf. livro das ordenações, vol. I, Diocese do Funchal, pp. 133-199 in Arquivo Histórico da Diocese do Funchal.

³³⁸ Cf. circular de D. Frei David de Sousa, de 23-10-1958, sobre os seminários na Diocese do Funchal ao director do Instituto Nacional de Estatística, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo Pessoal de D. Frei David de Sousa.

³³⁹ O termo *paróquia* procede do latim *parochia* ou do grego *paroikos*, que significa vizinhança; *Paroikos* equivale a vizinho e *Paroiken* a residir. Por isso formam a *Paroikia* os que vivem junto, ou habitam no mesmo lugar (cf. FLORISTÁN, Casiano, *Para compreender a paróquia*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, p. 11).

³⁴⁰ AZEVEDO, Carlos A. Moreira, *A paróquia ao longo da história in Theologica*, (1993) p. 35.

Tours³⁴¹. É durante o século IV que se desenvolve o novo tipo de organização territorial-eclesial: a paróquia. Os concílios da Igreja vão legislar sobre esta realidade durante o século IV e V tendo como objectivo o cuidado pastoral e incidindo sobre o aspecto litúrgico-sacramental, administrativo e a relação presbítero-bispo³⁴². A paróquia vai-se constituindo como tal influenciada pela realidade temporal³⁴³.

Até ao código de Direito Canónico de 1917, a paróquia é dominada pelas normas canónicas³⁴⁴. Exemplo deste facto são as visitas dos bispos às paróquias; a visita é realizada através de um processo jurídico que tem como finalidade, como nos descreve Carlos Azevedo, «verificar os registos, comprovar a dignidade dos lugares, examinar as contas, velar pela ortodoxia doutrinal e pela ordem moral»³⁴⁵. Durante a segunda metade do século XX dão-se várias tentativas pastorais de renovação da paróquia, nomeadamente litúrgica, missionária e eclesiológica. A tentativa litúrgica acontece a partir da década de 20 com o objectivo de fazer da paróquia uma assembleia litúrgica. O campo missionário privilegiou o carácter comunitário e missionário em detrimento da paróquia de tipo burguês. A década de 60 fica marcada pelo contributo eclesiológico para a renovação paroquial. O segundo concílio ecuménico do Vaticano não apresentou nenhuma realidade sobre esta questão; tentou fazer da paróquia parte integrante da diocese acentuando assim o carácter comunitário.

4.1.2.1. Processo de actualização das paróquias

A paroquialidade foi uma prioridade no apostolado de D. Frei David de Sousa enquanto bispo do Funchal. O bispo do Funchal depara-se com esta questão no final dos anos 50 e

³⁴¹ *Ibidem*, p. 36.

³⁴² Cf. FLORISTÁN, Casiano, *Para compreender a paróquia*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, pp. 12-13.

³⁴³ ROCHA, Georgino, *A paróquia: séculos XIX-XX* in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, Círculo de leitores CEHR-UCP, Lisboa, 2000, p. 377.

³⁴⁴ Cf. FLORISTÁN, Casiano, *Para compreender a paróquia*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, pp. 16-17.

³⁴⁵ ROCHA, Georgino, *A paróquia: séculos XIX-XX* in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, Círculo de leitores CEHR-UCP, Lisboa, 2000, p. 53.

início dos anos 60 do século XX. D. Frei David de Sousa encontrou uma diocese com grandes paróquias do ponto de vista territorial e populacional. As populações estavam dispersas pelos lombos acima, afastados dos grandes centros onde se encontrava a igreja paroquial e privados, em grande parte, da assistência espiritual e material. O arquipélago da Madeira apresentava condições topográficas complicadas. A dispersão das populações pelas ribeiras, lombos, lombadas e serras acima afastava as mesmas das suas igrejas paroquiais, que não acompanhavam a sua constante subida³⁴⁶. O novo prelado perante este problema diocesano, e por sua própria iniciativa, levou por diante um importante empreendimento pastoral: o estudo do problema da actualização das paróquias³⁴⁷.

Apesar disto, o prelado começou primeiro por actualizar os limites das paróquias do concelho do Funchal e criou a paróquia do Coração de Jesus neste arciprestado. Como podemos constatar pelo decreto do bispo do Funchal³⁴⁸, este foi um processo que envolveu várias entidades e que certamente foi demoroso. E isto leva-nos a colocar a questão: tendo em conta que D. David estava na diocese acerca de dez meses, teria sido o prelado a iniciar este processo? Havendo vários intervenientes foi possível em tão pouco tempo chegar a um consenso entre todos? Podemos avançar que de facto D. Frei David de Sousa contactou com esta questão logo no início do seu pontificado. Recorde-se, por exemplo, que no dia 14 de Fevereiro de 1958 o prelado esteve no território onde se ergueria a sede da nova paróquia do Coração de Jesus, acompanhado pelas entidades civis³⁴⁹. O bispo do Funchal e as entidades civis ali deliberaram o dia para o lançamento da primeira pedra do novo templo. Isto veio a concretizar-se no dia 2 de Março de 1958. Recordamos que este acto é realizado ainda antes da criação da nova paróquia. Na sua alocução, o prelado funchalense aponta já os limites da

³⁴⁶ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p.3.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ Sousa, D. Frei David de Sousa, Decreto de actualização dos limites das paróquias do concelho do Funchal, 1 de Outubro de 1958 in *Jornal da Madeira*, (2.10.1958) pp. 1 e 3.

³⁴⁹ *Jornal da Madeira*, (15.2.1958) pp. 1 e 4.

mesma bem como o número de fiéis justificando assim a criação de uma nova paróquia e de uma nova igreja:

«...a oeste a Ribeira de João Gomes e o Ribeiro de S. Martinho e a Leste a Ribeira do Lazareto e o Caminho Pico do Infante; a Sul a Estrada do Vicente Cacongo e o Caminho do Pasto e ao Norte o Marco do Concelho nº 5, no cruzamento do Caminho. Não lhe falta também a população bastante, visto que o bom povo da referida zona não deve andar longe dumas 10.000 almas»³⁵⁰.

Nesta mesma alocução, o bispo do Funchal coloca desta forma a nova paróquia sob a protecção do Sagrado Coração de Jesus, como padroeiro principal, e de Santa Isabel de Portugal, como padroeira secundária: «o Sagrado Coração de Jesus será a fornalha ardente da caridade, que abrasará em amor divino-humano a Paróquia inteira e Santa Isabel tomará à sua conta transformar em rosas os espinhos que lhe martirizam a vida»³⁵¹.

Apesar de todos estes factos, podemos constatar que este processo de actualização dos limites das paróquias do Funchal não foi iniciado por D. David de Sousa mas pelo seu antecessor D. António Manuel Pereira Ribeiro. Naquele longo pontificado, depois de um longo estudo em que foram examinados e discutidos os limites das novas freguesias, foram aprovados, por unanimidade, no dia 3 de Fevereiro de 1956, os novos limites das freguesias do concelho do Funchal³⁵². Desta forma, verificamos que o prelado franciscano continua este processo até à sua implementação. O decreto de D. David reflecte em grande parte o que foi acordado na referida reunião da comissão de demarcação dos limites das freguesias do concelho do Funchal. A única excepção foi a criação e limites da nova paróquia do Sagrado Coração de Jesus, pelo que podemos afirmar que esta foi uma decisão tomada no pontificado

³⁵⁰ Alocução de D. Frei David de Sousa no lançamento e bênção da primeira pedra da futura igreja do Coração de Jesus, 2 de Março de 1958, p. 1, *in* Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo Pessoal de D. Frei David de Sousa.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² Nesta reunião da comissão de demarcação dos limites das freguesias do concelho do Funchal estiveram presentes o António Bettencourt Sardinha, presidente da Câmara Municipal do Funchal; os párocos das freguesias do Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, Santa Maria Maior, Santo António, São Gonçalo, São Martinho, São Pedro, São Roque e Sé; e Manuel de Alarcão Bastos, engenheiro chefe da missão dos serviços cadastrais.

de D. Frei David de Sousa. O decreto de 1 de Outubro de 1958 entrou em vigor no dia 4 do mesmo mês e ano, dia da Festa de São Francisco de Assis.

O processo de actualização das paróquias na diocese ocorre um pouco mais tarde. Com o objectivo de preparar o futuro espiritual da diocese do Funchal³⁵³, o antístite elaborou diligentes consultas aos eclesiásticos da diocese e às autoridades civis do distrito autónomo do Funchal³⁵⁴. Refira-se que conforme o cânone 1427 do *Codex Iuris Canonici* de 1917³⁵⁵, o bispo diocesano podia desmembrar qualquer paróquia erigindo uma outra, mesmo contra a vontade dos respectivos párocos e sem o consentimento do povo, desde que existisse uma causa justa³⁵⁶. Segundo o § 2 deste mesmo cânone, as ditas causas canónicas e justas para a validade da divisão e desmembramento são duas: a primeira, a grande dificuldade de acesso à igreja paroquial e, a segunda, o número elevado de paroquianos a cujo bem espiritual se não pudesse atender nos termos do cânone. Apesar de estarem asseguradas estas causas, D. Frei David começou este processo ouvindo as instituições da diocese e do arquipélago. Isto demonstra a preocupação do prelado de ir ao encontro de todo o rebanho e de se inteirar da realidade diocesana. Esta atitude serviu para que o prelado tomasse maior conhecimento das motivações dos consultados e da realidade pastoral existente. Recordamos que o prelado nunca tivera qualquer experiência de pastoral directa antes de ser nomeado bispo como demonstrámos ao longo do capítulo II.

Esta iniciativa partiu do próprio prelado da diocese. D. David vai justificar a sua iniciativa com a situação vivida pelas populações e basear-se na visão do cardeal Cerejeira. Toda a argumentação que o bispo do Funchal vai utilizar para apresentar este projecto

³⁵³ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p.3.

³⁵⁴ É importante referir que, ao tempo, as paróquias eram consideradas freguesias. Este é relevante para a compreensão desta actualização das paróquias, pois teve implicações na actualização que o prelado pretendia.

³⁵⁵ Cf. *Codex Iuris Canonici de 1917*, Typis Polyglottis Vaticanis, MCMXXX, pp. 390-291.

³⁵⁶ AA.VV., *Código de Derecho Canónico y legislación complementaria*, BAC, Madrid, MCMLIV, p. 540.

pastoral ousado baseia-se na carta pastoral *O grave problema das Igrejas no Patriarcado de Lisboa*, de 15 de Dezembro de 1959 do Cardeal Cerejeira³⁵⁷.

A partir daqui e da síntese feita por D. Frei David de Sousa podemos analisar a forma como o prelado vê a paróquia. O antístite vê a paróquia como célula da Igreja, isto é, como o povo fiel de Deus, o rebanho de Cristo. É por meio desta célula que é edificada a Comunidade pois «a paróquia engloba igreja, sacerdote e fiéis. Constitui a comunidade elementar, que vive da fé, da esperança e da caridade cristãs. Quem diz comunidade, supõe unidade de direcção, comunhão de ideias, união de corações, reunião de esforços»³⁵⁸. Deste modo o bispo do Funchal vê a paróquia também como uma família e uma escola onde «o cristão toma consciência das suas responsabilidades de membro da Igreja e exercita-se como soldado de cristo na extensão do Reino de Deus»³⁵⁹. Segundo D. David, a paróquia tem como missão ensinar, santificar, formar, defender, sustentar os cristãos. Porém, a sua missão não se restringe apenas ao carácter cultural mas ela precisa de ter «um conjunto de obras de convivência, de apostolado, de assistência e de diversão»³⁶⁰. Continuando a sua reflexão e citando o cardeal Van Roey, primaz da Bélgica, D. Frei David reafirma a importância da criação de paróquias para a cristianização: «“O remédio mais eficaz contra a descristianização das massas, e o primeiro a aplicar, é a construção dum centro paroquial, com a sua igreja própria e as suas obras adaptadas, em toda a parte onde o bem espiritual dum número respeitável de fiéis o exige»³⁶¹.

Falando da necessidade de novas paróquias, o bispo do Funchal defende que a criação destas servirá para combater o «escândalo da descristianização»³⁶² e para criar o sentido de

³⁵⁷ CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves, *Obras Pastorais*, V Volume 1954-1959, União Gráfica, Lisboa, 1960, pp. 63-93.

³⁵⁸ Manuscrito *Noção de Paróquia*, p.1 in Arquivo histórico da diocese do Funchal.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 2.

³⁶¹ Manuscrito *Importância da criação de Paróquia*, p.1 in Arquivo histórico da diocese do Funchal.

³⁶² Manuscrito *Necessidade de novas Paróquia*, p.1 in Arquivo histórico da diocese do Funchal.

uma pastoral missionária. O bispo do Funchal reafirma, como defende o cardeal Cerejeira, que esta descristianização é explicada pelo facto de: «a igreja e o padre não acompanharam o movimento da população»³⁶³. O problema está no facto de as pessoas não encontrarem a igreja viva, «uma igreja em escala humana e cristã, centro de acolhimento dos que chegam, comunidade fraterna dos que estão, lar comum de fé e de caridade [...] onde faltam o sacerdote e a paróquia, morre a vida e logo a fé cristã»³⁶⁴.

De seguida, o bispo do Funchal questionou as paróquias grandes afirmando que os paroquianos paradoxalmente não cabem; não se sentem viver nela e dela. D. David alertou que as paróquias devem ter condições materiais. Segundo o bispo do Funchal, uma paróquia para ser eficaz exige o contacto pessoal, a comunhão autêntica na fé e na caridade, um núcleo vivo de vida sacramental e missionária³⁶⁵. Como defende o prelado funchalense, é exigência da natureza comunitária e apostólica da paróquia que o pároco conheça as suas ovelhas e vice-versa. O bispo do Funchal conclui que as paróquias antigas tornaram-se excessivamente grandes e «crescendo desmesuradamente, quebrou-se o vínculo de caridade constituinte da verdadeira comunidade cristã [...] As grandes paróquias converteram-se em direcções gerais de administração sacramental e obras várias»³⁶⁶.

De seguida, D. Frei David de Sousa aponta critérios que possibilitem paróquias pastoreáveis. Neste sentido, o bispo do Funchal defende que é necessário levar a Igreja ao povo que não vem a ela introduzindo-a no meio dele; quanto ao número, afirma que são as razões pastorais, psicológicas e sociológicas que obrigam a criar paróquias de 4.000 ou 5.000 almas nas cidades³⁶⁷. Em relação aos limites da paróquia, o antístite declara a necessidade de uma conformidade com os limites eclesiásticos e civis das paróquias, evitando a distribuição

³⁶³ CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves, *Obras Pastorais*, V Volume 1954-1959, União Gráfica, Lisboa, 1960, p. 65.

³⁶⁴ *Ibidem*.

³⁶⁵ Cf. Manuscrito *Paróquias monstro*, p.1 in Arquivo histórico da diocese do Funchal.

³⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 2.

³⁶⁷ Cf. Manuscrito *Paróquias pastoreáveis*, p.1 in Arquivo histórico da diocese do Funchal.

da população de uma paróquia por várias freguesias civis. Sobre a localização da sede paroquial, D. Frei David reitera a existência da igreja paroquial «a menos de 10 minutos de caminho a pé»³⁶⁸. O bispo do Funchal faz um importante alerta pois

«importa acautelar o futuro, procurando desde já, nas paróquias excessivas, garantir terreno ou casa para o futuro. É preciso começar, desde já, a preparar a construção de novas igrejas. Hoje está fixado como lei que o edifício do culto, que é em função dos homens, deve seguir os habitantes onde quer que estes se estabeleçam, mesmo se for fora do plano de urbanismo; desde que um número estável de 3-4.000 pessoas se estabelece, tem necessidade duma igreja própria»³⁶⁹

Toda esta visão tem por base esta lógica de ir ao encontro das ovelhas que andam sem pastor pois se a igreja não for ao encontro do povo este acabará por abandoná-la.

Tudo isto obriga a que se criem centros de culto e catequese. A construção de novas igrejas é, por isso, urgente, como defende o prelado da diocese. O prelado defende a construção de uma igreja de modelo-tipo simples, isto é, «clara, alegre, acolhedora, transparente de verdade»³⁷⁰. Deste modo, o prelado justifica que este tipo de igreja corresponde melhor ao estado de espírito contemporâneo. Ainda sobre a construção de novas igrejas, o prelado reafirma que esta obra exigirá a criação do secretariado para as igrejas e a comissão de arte sacra para realizar tudo. Porém, defende que estas estruturas não podem de modo algum dispensar a co-responsabilidade de todos os diocesanos³⁷¹. Sobre a questão das novas paróquias, o bispo do Funchal pede que não se desista de cristianizar uma terra que foi e deverá continuar a ser de cristãos:

«Lancemos à seara do Pai celeste as sementes do futuro, generosamente, corajosamente e confiadamente. Não trabalhamos na obra de Deus como se fôramos pagãos, como se

³⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

³⁶⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 1-2.

³⁷⁰ Cf. Manuscrito *Novas igrejas-construção económica*, p.1 in Arquivo histórico da diocese do Funchal.

³⁷¹ Cf. manuscrito *novas igrejas-apelo*, p.1 in arquivo histórico da diocese do funchal.

«julgássemos que tudo depende só de nós e que Deus muito trabalha connosco, quando trabalhamos para ele»³⁷².

Neste sentido, a criação de novas paróquias, segundo a visão do prelado, contribuirá para que o cristianismo esteja presente em todos os aspectos da realidade quotidiana madeirense. O levar a Igreja ao meio dos centros populacionais foi uma das razões mais fortes que levou o prelado a actualizar a rede paroquial da diocese.

E esta iniciativa pastoral esteve longe de ser consensual. Foram vários os obstáculos que esta iniciativa episcopal enfrentou. Desde os párocos, que estiveram contra, pois dividir as paróquias implicava dividir o património e fundos da paróquia, etc. Estas dificuldades levaram mesmo o prelado a apelar ao sentido do bem das almas «pondo de parte preconceitos e razões meramente subjectivas e sentimentais»³⁷³.

Entretanto, a partir do último trimestre de 1959, o prelado delineou, nas conferências eclesiais, a que presidiu, a ordem de trabalhos para a elaboração do desmembramento e divisão das paróquias. Aliás, foi nas conferências eclesiais que se desenrolou todo este processo da actualização das paróquias. O prelado pediu aos párocos das paróquias limítrofes que estudassem em conjunto a possível divisão do seu território. O plano da divisão e/ou desmembramento deveria conter os seguintes critérios: limites da paróquia, localização da sede provisória, localização da sede definitiva, número de pessoas, orago da paróquia, divisões territoriais e divisões dentro da mesma freguesia ou união de parcelas das freguesias vizinhas³⁷⁴. Estas orientações dadas pelo bispo diocesano seguem em parte o que o então Código de Direito Canónico ordenava no cânone 1427 §3:

«O ordinário, ao dividir uma paróquia [...] tem de marcar uma porção suficiente destinada à paróquia ou vigairaria perpétua de novo erecta; se não conseguir de outra parte essa porção, tira-

³⁷² Manuscrito *paróquias novas; desistência? não*, p.1 in arquivo histórico da diocese do funchal.

³⁷³ Acta da conferência eclesial do arceprelado do funchal de 12 de Novembro de 1959 in arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesial do funchal, livro 448, 1936/1970.

³⁷⁴ Cf. *Ibidem*.

se dos réditos dalgum modo pertencentes à igreja matriz, contanto que para esta fiquem os suficientes»³⁷⁵.

Os trabalhos dos párocos começaram a se realizar, por um lado de uma forma amadora, isto é, pelos próprios, e, por outro lado, recorrendo ao instituto geográfico e cadastral do ministério das finanças³⁷⁶. Durante o mês de Novembro de 1959 até o mês de Dezembro, os párocos estudaram este problema. Durante as conferências eclesiásticas de Dezembro, o bispo do Funchal juntamente com o clero começaram a discutir de quantas paróquias constaria a divisão³⁷⁷. Este estudo sobre a divisão e desmembramento das paróquias continuou a ser discutido de uma forma generalizada nas conferências eclesiásticas de Março³⁷⁸. Entretanto, o instituto geográfico e cadastral emitiu o seu parecer sobre os limites das freguesias. O parecer deste instituto é resultado da reunião «com as autoridades administrativas e eclesiásticas do concelho»³⁷⁹. Este instituto no seu parecer evidencia algumas dificuldades na demarcação das freguesias, nomeadamente a brevidade de tempo e o facto de dispor apenas de informação de arquivos antigos³⁸⁰. Depois de um longo tempo de avaliação no terreno e discussão, os párocos apresentaram, nas conferências eclesiásticas de Maio, as divisões, os seus limites das paróquias a criar e desmembrar³⁸¹. Nas conferências eclesiásticas seguintes procedeu-se à leitura e aprovação do documento com as paróquias a criar; aqui constavam o nome da

³⁷⁵ «Paroeciam dividens, Ordinarius debet vicariae perpetuae aut paroeciae noviter erectae congruam portionem assignare, servato praescripto [...]; quae, nisi aliunde haberi queat, dessumi debet ex redditibus ad ecclesiam matricem quoquo modo pertinentibus, dummodo suficientes redditus eidem matri ecclesiae remaneant» (PII X, *Codex Iuris Canonici de 1917*, Typis Polyglottis Vaticanis, MCMXXX, p. 391).

³⁷⁶ Parecer da delegação no Funchal do Instituto geográfico e cadastral do ministério das Finanças de 30 de Março de 1960, pp. 1-4, *in* Arquivo Histórico da diocese do Funchal.

³⁷⁷ Acta da conferência eclesiástica do arceprelado do funchal de 10 de Dezembro de 1959 *in* arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesiástica do funchal, livro 448, 1936/1970.

³⁷⁸ Acta da conferência eclesiástica do arceprelado do funchal de 10 de Março de 1960, *in* arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesiástica do funchal, livro 448, 1936/1970.

³⁷⁹ Parecer da delegação no Funchal do Instituto geográfico e cadastral do ministério das Finanças de 30 de Março de 1960, p.1, *in* Arquivo Histórico da diocese do Funchal.

³⁸⁰ Cf. *Ibidem*.

³⁸¹ Cf. Acta da conferência eclesiástica do arceprelado do funchal de 12 de Maio de 1960 *in* arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesiástica do funchal, livro 448, 1936/1970.

paróquia, o orago, a sede provisória e/ou a sede definitiva, o número de almas e os limites do território da nova paróquia³⁸².

Após a aprovação deste documento, D. Frei David de Sousa procurou ouvir as entidades eclesiais e civis que estavam integradas na diocese do Funchal. Para isso, o prelado enviou várias cartas solicitando o parecer das entidades sobre o plano de actualização das paróquias. Nestes ofícios, o antístite expõe que a preparação do plano de actualização das paróquias teve em vista promover a maior glória de Deus e o maior bem espiritual do distrito autónomo do Funchal e das almas; garantir à vida religiosa da diocese um futuro melhor; desmembrar os grandes rebanhos e torná-los pastoreáveis; levantar igrejas paroquiais no meio dos principais centros populacionais a fim de tornar mais fácil a participação dos fiéis na vida eclesial; encontrar quanto antes os locais apropriados para a construção de centros paroquiais; respeitar as demarcações de cada concelho a fim de reduzir ao mínimo as voltas a dar pelos fiéis no desempenho das suas obrigações religiosas e civis³⁸³.

Os pareceres foram chegando e o bispo do Funchal apresenta os mesmos nas conferências eclesiais de Novembro de 1960³⁸⁴, dias antes da publicação do decreto³⁸⁵. Os pareceres das entidades civis em geral não colocaram entraves à actualização das paróquias; no entanto, tiveram algumas dúvidas e deram sugestões para a elaboração do plano de actualização da rede paroquial. O instituto geográfico e cadastral advertiu que é

«altamente conveniente que as Paróquias não abranjam terrenos de duas Freguesias administrativas ou de dois concelhos, pelas dificuldades que daí resultam para os registos dos Reverendos Párcos e até pela confusão que se originará no espírito da população rural, que

³⁸² Cf. Acta da conferência eclesial do arceprelado do funchal de 9 de Junho de 1960 *in* arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesial do funchal, livro 448, 1936/1970.

³⁸³ Veja-se, por exemplo, o ofício de D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal, enviado ao governador civil do distrito autónomo do Funchal com data de 8 de Agosto de 1960 *in* Arquivo Histórico da Diocese do Funchal.

³⁸⁴ Cf. Acta da conferência eclesial do arceprelado do funchal de 11 de Novembro de 1960 *in* arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesial do funchal, livro 448, 1936/1970.

³⁸⁵ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, pp. 1-48.

mais tarde, poderá faltar aos seus deveres civis, por pensar não lhes dizer respeito determinada convocação ou determinação»³⁸⁶

Esta situação verificou-se no Santo da Serra, única excepção no plano de actualização das paróquias. A Câmara Municipal do Funchal³⁸⁷ concorda com a generalidade do plano mas sugeriram que as novas paróquias tivessem uma denominação mais curta. A Câmara Municipal da Ponta do Sol analisou o plano de actualização das paróquias do respectivo concelho e deliberou que as divisões se encontravam feitas de forma justa e criteriosa³⁸⁸. A Câmara Municipal da Ribeira Brava acolheu bem o plano de actualização das paróquias no respectivo concelho afirmando que este é um problema de ordem principalmente religiosa³⁸⁹. Por outro lado, a Câmara municipal de Câmara de Lobos considerou «bastante melindroso o estudo do plano da divisão das paróquias neste concelho»³⁹⁰. A referida câmara aponta alguns inconvenientes nomeadamente «as linhas pouco naturais e indefinidas das divisórias e em especial no desmembramento de alguns sítios»³⁹¹ e a nomenclatura complexa das novas paróquias. Neste sentido, a referida Câmara Municipal sugere que seja dada uma nomenclatura simples e que outros nomes deveriam manter-se. A Câmara Municipal de S. Vicente³⁹², a Câmara Municipal de Santa Cruz³⁹³ e a Câmara Municipal do Porto Santo manifestaram a sua inteira aprovação do referido plano reconhecendo a do Porto Santo as

³⁸⁶ Parecer da delegação no Funchal do Instituto geográfico e cadastral do ministério das Finanças de 8 de Junho de 1960, p.1, *in* Arquivo Histórico da diocese do Funchal.

³⁸⁷ Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviado para D. Frei David de Sousa com data de 19 de Agosto de 1960 *in* AHDF.

³⁸⁸ Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol enviado para D. Frei David de Sousa *in* AHDF.

³⁸⁹ Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava enviado para D. Frei David de Sousa com data de 24 de Outubro de 1960 *in* AHDF.

³⁹⁰ Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos enviado para D. Frei David de Sousa com data de 13 de Setembro de 1960 *in* AHDF.

³⁹¹ *Ibidem*.

³⁹² Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente enviado para D. Frei David de Sousa com data de 31 de Agosto de 1960 *in* AHDF.

³⁹³ Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz enviado para D. Frei David de Sousa com data de 18 de Agosto de 1960 *in* AHDF.

vantagens da criação da nova paróquia da Piedade naquela ilha³⁹⁴. A Câmara Municipal do Porto Moniz recebeu com agrado o plano de actualização das paróquias neste concelho. Porém, a referida Câmara Municipal não concorda que «os sítios dos Lamaceiros e da Junqueira da freguesia do Porto Moniz devem ser incorporados na paróquia de Nossa Senhora da Conceição visto os 800 habitantes da Vila serem [...] extremamente pobres» e não conseguirem sustentar um pároco»³⁹⁵. Esta sugestão visava também equilibrar o número de almas nas duas paróquias. Pelo decreto de D. Frei David verificamos que tal não se concretizou visto que a paróquia da Santa tinha 2.250 almas e a do Porto Moniz apenas 850 almas³⁹⁶. A Câmara Municipal de Santana, após ter feito um adequado e demorado estudo sobre o plano de actualização das paróquias naquele concelho, não se opôs ao referido plano. Porém, pede para que seja resumido o nome das paróquias do Faial e de São Jorge³⁹⁷. A Câmara Municipal de Machico aprova totalmente o plano diocesano de actualização das paróquias e presta total colaboração na aplicação do mesmo. Neste sentido, verifica a propósito das igrejas do concelho que «nas novas paróquias, apenas duas – a de São João Baptista da Cruz da Penha de Águia e a de Nossa Senhora do Bom Caminho da Ribeira de Machico – é que não têm sede provisória, e, por esse motivo, e para já, podia esta Câmara contribuir para a Igreja da Nova paróquia do Porto da Cruz, com o material recuperado na demolição da antiga Igreja Paroquial da Freguesia do Porto da Cruz, existindo também alguns azulejos em bom estado [...] bem como a talha do Altar da Capela do Santíssimo da velha igreja [...]»³⁹⁸.

³⁹⁴ Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo enviado para D. Frei David de Sousa com data de 26 de Agosto de 1960 *in* AHDF.

³⁹⁵ Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz enviado para D. Frei David de Sousa com data de 5 de Setembro de 1960 *in* AHDF.

³⁹⁶ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p. 47.

³⁹⁷ Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Santana enviado para D. Frei David de Sousa com data de 8 de Outubro de 1960 *in* AHDF.

³⁹⁸ Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Machico enviado para D. Frei David de Sousa com data de 27 de Agosto de 1960 *in* AHDF.

A Câmara Municipal da Calheta responde ao ofício do Bispo do Funchal na pessoa do seu presidente a 29 de Setembro de 1960³⁹⁹. A carta informa meramente que a Câmara está a proceder a um estudo aprofundado do plano e não dá o seu parecer imediato, como fizeram todas as outras. O parecer da referida Câmara será dado pelo longo ofício de 17 de Outubro de 1960. Nesta missiva o parecer da Câmara não se opõe às razões de ordem religiosa do dito plano diocesano. Porém, discorda dos critérios que presidiram à divisão territorial e populacional das paróquias da freguesia civil da Calheta. A Câmara Municipal entende que a paróquia do Espírito Santo da Vila da Calheta deve ter um maior número de almas como de fogos⁴⁰⁰. Isto atendendo que esta é a paróquia onde se situa a igreja Matriz e onde se localizam as repartições públicas. Mais ainda: a igreja matriz, precioso templo que estava para ser declarado monumento nacional, tinha assim a necessidade de mais paroquianos do que aqueles que se pretendia pela diocese; desta forma garantir-se-ia a manutenção do pároco, conservação da igreja matriz, a composição das confrarias e a organização das festas religiosas paroquiais. Tendo em conta que com este desmembramento paroquial se teve em vista a formação de pequenos núcleos de fiéis com a finalidade de torna-los mais pastoreáveis, argumenta a Câmara Municipal, que não é aceitável que as duas novas paróquias tenham o dobro e o triplo da população da paróquia do Espírito Santo. Apesar desta posição da Câmara Municipal, o decreto de actualização das paróquias não seguiu esta orientação de delimitação⁴⁰¹. As informações desta paróquia – orago, sede, fogos, limites – presentes no decreto de actualização das paróquias são as mesmas que foram enviadas pelo vigário da

³⁹⁹ Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Calheta enviado para D. Frei David de Sousa com data de 29 de Setembro de 1960, pp. 1-5, *in* AHDF.

⁴⁰⁰ A paróquia, então designada, Espírito Santo da Vila da Calheta contaria com 1913 habitantes e 321 fogos; a paróquia, então designada, S. Francisco Xavier da Calheta contaria com 3782 habitantes e 643 fogos; a paróquia, então designada, S. João Baptista da Calheta contaria com 4030 habitantes e 627 fogos. (Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Calheta enviado para D. Frei David de Sousa com data de 29 de Setembro de 1960, p. 1, *in* AHDF.

⁴⁰¹ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p. 30.

Calheta ao bispo diocesano⁴⁰². Esta paróquia compreendia os sítios da «Vila, Serra de Água, Fajã, Lombo do Atouguia, Lombo do Doutor, Lombo do Salão, Lombo da Estrela»⁴⁰³.

Para além de tudo isto, a Câmara Municipal sugere que se proceda a uma simplificação do nome das paróquias⁴⁰⁴. Portanto, a referida Câmara propõe que a paróquia do Espírito Santo da Vila da Calheta passe a denominar-se “Paróquia da Calheta” tendo por orago o Espírito Santo, já que se situa no centro do concelho e freguesia civil. Esta formulação será assumida no decreto da actualização da rede paroquial. Em relação a paróquia de S. Francisco Xavier da Calheta propõe-se que se denomine “Paróquia da Estrela” tendo S. Francisco Xavier por orago; esta denominação baseia-se no facto da capela primitiva ter sido dedicada a Nossa Senhora da Estrela e sido a primeira paroquial da Calheta. Esta sugestão de nomenclatura não será incluída no decreto das novas paróquias mas será adoptado o nome de “Paróquia de S. Francisco” tendo como orago S. Francisco Xavier. Relativamente à paróquia de S. João Baptista da Calheta, propõe-se simplificar para “Paróquia do Atouguia” tendo por orago S. João Baptista. Este contributo vai ser integrado no decreto de actualização das paróquias. As outras paróquias do concelho da Calheta pela mesma ordem de ideias ficaram também simplificadas, ou seja, ficaram com a nomenclatura da respectiva localidade:

«[...] Paróquia do Arco da Calheta tendo por orago S. Brás, paróquia do Loreto tendo por orago Nossa Senhora do Loreto, paróquia da Fajã da Ovelha tendo por orago S. João Baptista, paróquia da Ponta do Pargo tendo por orago S. Pedro, paróquia da Raposeira tendo por orago S. António e paróquia do Amparo tendo por orago Nossa Senhora do Amparo»⁴⁰⁵.

Por outro lado, a comissão⁴⁰⁶ encarregada por D. Frei David de Sousa de estudar o parecer da Câmara Municipal da Calheta prestou as suas conclusões por ofício de 25 de Outubro de 1960 ao prelado diocesano. Na opinião desta comissão os habitantes das paróquias de S. Francisco

⁴⁰² Cf. Ofício do Vigário da Calheta enviado para D. Frei David de Sousa com data de 23 de Maio de 1960, pp. 1-2, *in* AHDF.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 1.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 5.

⁴⁰⁶ A referida comissão era constituída pelos párcos do arceprelado da Calheta.

Xavier e de S. João Baptista ficam muito mais perto dos futuros centros paroquiais do que do da Vila da Calheta. Isto deve-se, pelo parecer da comissão, ao facto de não se ter só em vista a formação de pequenos núcleos de fiéis, mas sobretudo o mais próximo e fácil acesso à sede da vida paroquial, o que explica a diferença populacional⁴⁰⁷. A referida comissão não viu nenhum inconveniente na simplificação da nomenclatura das paróquias com excepção da paróquia de S. Francisco Xavier da Calheta que deverá ter o nome de “Paróquia de S. Francisco” por ser o lugar central da futura sede paroquial⁴⁰⁸.

Concluindo, podemos afirmar que as observações feitas pelas entidades civis visaram promover o plano de actualização das paróquias da diocese do Funchal. Estas observações versavam sobre quatro aspectos. O primeiro aspecto versava sobre a nomenclatura das paróquias existentes; os nomes das freguesias devem ser mantidos. O segundo aspecto incidia sobre a nomenclatura das novas paróquias; necessidade de abreviar os nomes das novas paróquias a fim de haver vantagens de ordem administrativa e burocrática. No terceiro aspecto aborda-se as linhas pouco naturais e indefinidas das divisórias; é aconselhável uma nova nomenclatura para uma das partes desmembradas ou a sua anexação ao sítio contíguo, evitando-se prováveis inconvenientes tanto para os habitantes como para as repartições civis. A opção é por uma simplificação da nova nomenclatura. O último aspecto é o facto de a descrição nem sempre ser suficientemente clara.

O cabido da catedral do Funchal foi também convidado a dar o seu parecer sobre o plano de actualização das paróquias através da circular de D. David, com data de 1 de Junho de 1960. O reverendíssimo cabido respondeu afirmativamente; e justificou o seu parecer com

⁴⁰⁷ Cf. Ofício da Comissão encarregada por estudar o ofício da Câmara Municipal da Calheta enviado para D. Frei David de Sousa com data de 25 de Outubro de 1960, pp. 1-2, *in* AHDF.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 3.

a vontade do bispo diocesano, com o apoio dado pelos párocos e com o objectivo de ajudar os fiéis a ter uma intensa e frutuosa vida sacramental⁴⁰⁹. No entanto, o cabido

«é de parecer que para o Plano produzir os maiores frutos pastorais e outros com eles relacionados seria da maior conveniência que as paróquias novas fossem criadas, desde o seu início, independentes, com o seu pároco próprio; e que por isso fossem instituídas canonicamente, não todas ao mesmo tempo, mas conforme o Senhor conceder à Diocese sacerdotes para provê-las, e possibilidades para levantar a igreja e residência paroquiais»⁴¹⁰.

Estas sugestões do cabido não se vão concretizar nem a curto prazo nem a médio prazo devido às dificuldades de algumas paróquias entrarem em funcionamento. Este aspecto analisaremos mais à frente.

Apesar das autoridades civis terem apoiado esta actualização, o mesmo não se verificou com o maior desejo do bispo do Funchal: o reconhecimento das novas paróquias como freguesias civis⁴¹¹. O prelado diocesano com a missiva de 9 de Dezembro de 1960⁴¹² pretendia que as entidades civis pudessem contribuir para este objectivo. No entanto, este desejo do prelado não se viria a concretizar. As entidades civis, nomeadamente as Câmaras Municipais da Calheta, da Ponta do Sol e da Ribeira Brava, não acharam oportuna a divisão administrativa; outras manifestaram a possibilidade de se iniciar este processo como foi o parecer da Câmara Municipal do Funchal⁴¹³ e o parecer da Câmara Municipal de Machico⁴¹⁴. Por outro lado, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal manifestou, por carta de 9 de

⁴⁰⁹ Cf. Parecer do Cabido da Catedral do Funchal de 7 de Junho de 1960, pp.1-2, *in* Arquivo Histórico da diocese do Funchal.

⁴¹⁰ Parecer do Cabido da Catedral do Funchal de 7 de Junho de 1960, p. 2, *in* Arquivo Histórico da diocese do Funchal.

⁴¹¹ Este facto nunca veio a se concretizar. O tempo deu razão às entidades civis, pois com a enorme emigração estas paróquias ficaram com pouquíssima população. Outro facto foi a da nomenclatura.

⁴¹² Cf. Ofício do Bispo do Funchal de 9 de Dezembro de 1960 ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal, p.1, *in* AHDF.

⁴¹³ Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Funchal para o Bispo do Funchal de 20 de Dezembro de 1960, p. 1, *in* AHDF.

⁴¹⁴ Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Machico para o Bispo do Funchal de 5 de Janeiro de 1961, p. 1, *in* AHDF.

Dezembro de 1960, a vontade de reconhecer as novas paróquias como freguesias⁴¹⁵. De outras entidades não houve resposta ao ofício, que seja conhecida, como foi o caso do Instituto Geográfico e Cadastral, do Governo Geral do Distrito, das Câmaras Municipais de Câmara de Lobos, do Porto Santo, do Porto Moniz, de S. Vicente, de Santana e de Santa Cruz. As dificuldades apresentadas pelas entidades civis tinham como fundamento a legislação portuguesa então em vigor pelo Código Administrativo⁴¹⁶ sobre o reconhecimento civil de Novas paróquias. A Câmara Municipal da Calheta, por exemplo, aponta a falta de população nas paróquias do Concelho como impedimento⁴¹⁷. Além disto, a Câmara coloca algumas reservas à questão de haver pequenos núcleos com população escassa – como é o caso da Paróquia do Espírito Santo da Vila da Calheta – o que dificultaria a escolha de pessoas isentas e competentes para ocupar os cargos nas freguesias bem como a sua renovação⁴¹⁸. Esta é justamente uma das condições para a criação de novas freguesias civis, conforme o Artigo 9º, 4º: «Existirem na área da pretendida circunscrição pessoas aptas ao desempenho das funções administrativas em número bastante para assegurar a renovação da Junta de freguesia»⁴¹⁹.

Nas conferências eclesiásticas de Novembro, D. Frei David de Sousa apelou a que «os párocos conforme o cânone 1500 procedessem a uma avaliação dos bens da paróquia, de maneira a fazer-se uma justa distribuição pelas paróquias já existentes e pelas desmembradas»⁴²⁰. De acordo com o cânone 1500,

«dividido o território numa pessoa moral eclesiástica de forma que uma das partes ou se une a outra pessoa moral ou constitui uma pessoa moral distinta, também os bens comuns que eram destinados a todo o território, bem como as dívidas contraídas em prol do mesmo, são

⁴¹⁵ Ofício do Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal para o Bispo do Funchal de 9 de Dezembro de 1960, p. 1, *in* AHDF.

⁴¹⁶ Cf. Documento *Novas paróquias, reconhecimento civil, Código Administrativo 1954*, p. 1, *in* AHDF.

⁴¹⁷ Cf. Ofício da Comissão encarregada por estudar o ofício da Câmara Municipal da Calheta enviado para D. Frei David de Sousa com data de 25 de Outubro de 1960, p. 2, *in* AHDF.

⁴¹⁸ Cf. *Ibidem*.

⁴¹⁹ Documento *Novas paróquias, reconhecimento civil, Código Administrativo 1954*, p. 1, *in* AHDF.

⁴²⁰ Acta da conferência eclesiástica do arceprelado do funchal de 11 de Novembro de 1960 *in* arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesiástica do funchal, livro 448, 1936/1970.

proporcionalmente “ex bono et aequo” divididos pela autoridade eclesiástica, a quem compete a divisão, salvo a vontade dos fios fundadores ou oferentes, os direitos legítimos adquiridos e as leis particulares porque a pessoa moral se rege»⁴²¹.

Segundo aponta o antístite, a divisão dos bens das paróquias não se trata de venda nem de alienação mas trata-se de divisão pelos legítimos possuidores⁴²².

O decreto de D. Frei David de Sousa foi publicado no dia 24 de Novembro de 1960 e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1961⁴²³; o decreto foi tornado público no dia 4 de Dezembro de 1960⁴²⁴. O decreto foi recebido pela sociedade e pelos cristãos com simpatia, «uma proposta que correspondia a necessidades localizadas, permitindo sobretudo uma pastoral de proximidade»⁴²⁵ no entender do Padre Jardim Gonçalves. Comprovamos o bom acolhimento deste projecto mesmo antes do decreto ter sido publicado: «É uma obra santamente apostólica e que as nossas comunidades já estão acolhendo com vivo entusiasmo»⁴²⁶. Neste mesmo sentido, Frey Gil testemunha que o projecto de actualização das paróquias «foi bem recebido pelas nossas populações, também cheias de fé de generosidade para com a Igreja»⁴²⁷.

Olhando para os periódicos da sociedade madeirense podemos analisar o modo como a mesma recebeu este decreto. Diogeneto defende que a introdução do decreto é imagem do coração e alma apostólica de D. Frei David de Sousa; segundo o autor esta actualização «implica sacrifícios e cuidados de todos»⁴²⁸. Este plano de actualização insere-se numa época de desenvolvimento sempre crescente dos meios e da técnica moderna; por isso, a pastoreação

⁴²¹ Documento *Paróquias-auxílio cânone 1500*, p. 1, in AHDF.

⁴²² Cf. *Ibidem*.

⁴²³ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, pp. 1-48.

⁴²⁴ Cf. *Jornal da Madeira*, (4 de Dezembro 1960) p. 1.

⁴²⁵ Cf. *Entrevista ao P. Agostinho Jardim Gonçalves*, 2014, em anexo, p. 145.

⁴²⁶ *Jornal da Madeira*, (19 de Setembro 1960) p. 1.

⁴²⁷ GIL, Frey, *As Novas Casas de Deus* in *Jornal da Madeira*, (17 de Abril 1961) p. 3.

⁴²⁸ DIOGENETO, *A Remodelação e Divisão das Paróquias* in *Jornal da Madeira*, (10 de Dezembro 1960)

das ovelhas exige novos e activos cuidados⁴²⁹. O autor identifica vários problemas que advêm do desmembramento de 36 e criação de 50 novas paróquias⁴³⁰, nomeadamente a construção de novas igrejas, a escassez de recursos para o sustento do pároco, e, a maior dificuldade, a escassez de clero para prover todas as 102 paróquias da diocese⁴³¹. No mesmo dia o jornal *Voz da Madeira* publicou um artigo sobre as novas paróquias. Segundo informa o periódico, a actualização da rede paroquial

«veio ao encontro do aumento populacional verificado nos últimos cinquenta anos e às necessidades de apostolado moderno que obriga a uma actuação cada vez mais próxima junto de cada família e de cada indivíduo, num meio social com tendência a descristianizar-se ou a conservar um catolicismo sentimental e formalista»⁴³².

Desta forma destaca-se a visão de D. Frei David de uma pastoral de proximidade e de acção. O artigo destaca a coragem de um plano equilibrado, o qual foi porventura a iniciativa mais interessante e arrojada levada a cabo em Portugal⁴³³. Por fim, o diário situa esta iniciativa não apenas no plano espiritual mas também no plano humano.

Nas conferências eclesíásticas de Dezembro de 1960, o Bispo do Funchal advertiu que o alcance da divisão das paróquias teve em atenção o bem comum e não particularidades de cada um⁴³⁴. Além disto, o prelado recordou a necessidade de os párocos executarem o cânone 1500; lembrou ainda que a divisão das paróquias veio atender a uma necessidade presente que se iria completando pouco a pouco⁴³⁵. De facto, esta foi uma ideia que o prelado fincou durante as conferências eclesíásticas. A vida independente das comunidades foi sendo construída passo a passo.

⁴²⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴³⁰ Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p. 4.

⁴³¹ Cf. DIOGENETO, *A Remodelação e Divisão das Paróquias* in *Jornal da Madeira*, (10 de Dezembro 1960) p. 2.

⁴³² *Voz da Madeira*, (10 de Dezembro 1960) p. 1.

⁴³³ Cf. *Ibidem*.

⁴³⁴ Cf. Acta da conferência eclesíástica do arciprestado do funchal de 15 de Dezembro de 1960 in arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesíastica do funchal, livro 448, 1936/1970.

⁴³⁵ Cf. *Ibidem*.

Com a entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 1961, do decreto de actualização da rede paroquial surgiram opiniões na imprensa através dos quais podemos analisar a recepção do decreto episcopal. O Dr. J. V. Santos escreveu um artigo sobre a nova divisão da diocese assinalando o dia como um marco miliário na história religiosa da diocese. O autor vê nesta iniciativa um pensamento novo que anima a hierarquia eclesiástica, facilita os crentes no cumprimento das suas obrigações e permite aos sacerdotes o cumprimento do seu múnus⁴³⁶. O autor defende que esta «tão arrojada inovação»⁴³⁷ do Bispo do Funchal interessa não apenas sob o ponto de vista religioso, mas ainda sob o ponto de vista civil e económico⁴³⁸. Neste artigo salienta-se a «inquietação de bem preparar, próxima e remotamente, o futuro espiritual da diocese»⁴³⁹ que sente D. Frei David; com esta afirmação entende-se que este plano não é para ser executado de imediato. O autor elogia o prelado por este ter lançado a semente à terra para que possa a médio e longo prazo vir a dar fruto⁴⁴⁰. Por fim, o autor admite que existem alguns erros de delimitação que não contribuem para um bom funcionamento, como é o caso da paróquia da Lombada de Santa Cruz; e, portanto, este plano exige que se façam rectificações⁴⁴¹.

Depois de publicado, divulgado e entrado em vigor o decreto de actualização das paróquias, e, não sendo possível fazer tudo de uma só vez, foi-se dando um passo de cada vez. E o primeiro passo foi a nomeação de párocos para todas as paróquias da diocese pelo bispo diocesano⁴⁴².

⁴³⁶ Cf. SANTOS, Dr. J. V., *A nova Divisão da Diocese* in *Diário de Notícias da Madeira*, (1 de Janeiro 1961) p. 1.

⁴³⁶ *Ibidem*.

⁴³⁷ *Ibidem*.

⁴³⁸ Cf. *Ibidem*

⁴³⁹ SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p. 3.

⁴⁴⁰ Cf. SANTOS, Dr. J. V., *A nova Divisão da Diocese* in *Diário de Notícias da Madeira*, (1 de Janeiro 1961) p. 1.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p.3.

⁴⁴² Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Março – Abril – Maio 1965) p. 15. O historiador não tem nenhuma referência da data e local foram feitas estas nomeações. Apenas sabemos que os párocos tomaram posse no dia 1 de Janeiro de 1961 (Cf. Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção da primeira

Com a criação de novas paróquias na diocese um dos problemas que advém é o da construção de igrejas paroquiais. O segundo passo foi arranjar um lugar para a comunidade paroquial se reunir⁴⁴³:

«nuns casos recorreu-se a uma antiga capela que passou a funcionar, como igreja; noutros, a um salão que existia ou que se fez; noutros, a uma garagem adaptada a sede paroquial; noutro ainda fez-se a cripta da futura igreja e lá se celebra enquanto por cima a construção prossegue, ou então são quatro paredes e o telhado da residência paroquial que agora vão servindo de capela»⁴⁴⁴.

O *Jornal da Madeira* publicou uma palestra – *Novos Aeródromos de almas* – pronunciada no Posto Emissor do Funchal no dia 1 de Janeiro de 1961⁴⁴⁵. Nesta palestra, Frei Gil atribui a actualização das paróquias na diocese ao «zelo apostólico e ao dinamismo arrojado»⁴⁴⁶ de D. Frei David de Sousa. Reconhece-se a necessidade desta remodelação paroquial para atender às exigências do tempo moderno e neste sentido o prelado funchalense «soube tomar o pulso das necessidades espirituais do rebanho»⁴⁴⁷. Sobre o problema da construção de novas igrejas, das 50 novas paróquias apenas duas tinham sede definitiva; das outras novas paróquias, 32 tinham sede provisória em capelinhas e 16 tinham sede provisória em capelas onde provisoriamente faziam a vida litúrgico-sacramental⁴⁴⁸. Para além de as paróquias estarem desprovidas de igreja paroquial, algumas igrejas paroquiais começaram a tornar-se pequenas para as necessidades e precisaram de ser ampliadas ou substituídas⁴⁴⁹. Assim, tornou-se necessário construir igrejas-edifícios e igrejas-comunidades. Este foi um longo processo que envolveu um trabalho de equipa do arquitecto, empreiteiro, pároco e comunidade paroquial. Todo este processo foi o momento privilegiado da construção da

pedra da igreja da Assomada, p.1, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁴⁴³ Cf. *Ibidem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ Cf. GIL, Frey, *Novos Aeródromos de almas in Jornal da Madeira*, (3 de Janeiro 1961) pp. 1 e 4.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁴⁹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, (Março – Abril – Maio 1965) p. 15.

comunidade diocesana, de congregar esforços, ocasião de grandes revisões de conceitos, de práticas rotineiras de piedade e de aprofundamento do sentido eclesial⁴⁵⁰. Frei Gil testemunha que

«em quase todas as paróquias da Diocese já se tem empreendido obras nos templos, salões e residências paroquiais que estão atestar a generosidade do povo madeirense, a sua fé e a sua piedade, que são a garantia segura que não descarta de modo algum a construção das igrejas das novas paróquias»⁴⁵¹.

Neste sentido, Frei Gil afirma que uma nova igreja é um aeródromo de almas pois é na igreja que os fieis se elevam através da oração até Deus. Assim, a igreja é uma estrutura que possibilita a continuidade da fé cristã; a população sem igreja é uma população que perde a fé e cai no paganismo. A criação de novas paróquias conheceu também o processo do estabelecimento dos novos centros dos movimentos e confrarias paroquiais⁴⁵².

A construção das novas igrejas paroquiais contou, para além das ofertas do povo cristão e do clero, com o contributo das câmaras municipais. A título de exemplo referia-se o caso da Câmara Municipal da Ponta do Sol que se prestou a tratar dos acessos e urbanismo junto à futura igreja paroquial do Carvalhal⁴⁵³. A 19 de Novembro de 1961, o Bispo do Funchal benze a primeira pedra da futura igreja da paróquia da Ilha sendo o primeiro sinal do empenho demonstrado pela comunidade em ter uma sede paroquial definitiva⁴⁵⁴. Este desejo é transmitido na saudação da paróquia ao prelado com as seguintes palavras:

«Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo, o povo da Ilha, vive hoje momentos de alegria. O dia 19 de Novembro marca uma data gloriosa para esta gente que há tantos anos vive duma esperança...Foi Vossa Excelência Reverendíssima quem nos amou com um coração de pai, quem compreendeu o nosso anseio e satisfez plenamente as nossas aspirações [...]»⁴⁵⁵.

⁴⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 16.

⁴⁵¹ Cf. GIL, Frey, *Novos Aeródromos de almas in Jornal da Madeira*, (3 de Janeiro 1961) p. 4.

⁴⁵² Cf. GIL, Frey, *As novas casas de Deus in Jornal da Madeira*, (17 de Abril 1961) p. 3.

⁴⁵³ Cf. *Diário de Notícias da Madeira*, (2 de Outubro 1961) p. 5.

⁴⁵⁴ Cf. *Diário de Notícias da Madeira*, (20 de Novembro 1961) pp. 1 e 3.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 1.

Por seu lado, D. Frei David de Sousa, na sua alocução proferida na Missa campal, deu graças a Deus pelas generosas ofertas que possibilitaram o início de uma nova igreja⁴⁵⁶. Através desta alocução podemos constatar que o prelado entende que «o pastor se deve sacrificar mais pelas ovelhas do que estas pelo pastor; que o pastor deve sair a encontrar-se com as ovelhas mais do que estas a encontrar-se com o pastor»⁴⁵⁷. Desta forma, o antístite evidencia que cabe ao pároco o múnus de apascentar, de guardar e defender a sua comunidade através da entrega da sua vida. Posteriormente, o bispo do Funchal elogiou a mobilização do pároco e de toda a comunidade cristã em prol desta causa: «Houve como que uma mobilização geral: uns fizeram 3.000 blocos, outros prepararam uma boa quantidade de pedra, gratuitamente oferecida, outros ainda transportaram areia da Ribeira [...]»⁴⁵⁸. A terminar a sua intervenção, o prelado lançou votos para que o exemplo dos fiéis desta paróquia se contagie a todas as outras novas paróquias.

Como já afirmamos, os párocos e as suas respectivas comunidades com a sua fé, a sua piedade, a sua vontade, generosidade e sacrifícios colocaram-se ao serviço do Reino de Deus. A título de exemplo, em Gaula, a nova paróquia de Nossa Senhora da Graça tinha já erguidas 12 colunas para a sua nova igreja paroquial em Janeiro de 1962⁴⁵⁹. A comissão de construção da nova igreja, presidida pelo pároco, vinha a trabalhar desde Agosto de 1961 neste projecto. A paróquia utilizou várias formas de conseguir arranjar verbas para a construção da nova igreja, nomeadamente a realização de romagens, a abertura de um bar paroquial; além disto, os emigrantes e paroquianos doaram imagens de santos, materiais de construção civil e dinheiro⁴⁶⁰. Porém, o mais importante foi a oferta de mão-de-obra dos homens da paróquia.

⁴⁵⁶ Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção da primeira pedra da igreja da Ilha, p.1 *in* Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p.2.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ Cf. *Diário de Notícias da Madeira*, (17 de Janeiro 1962) p. 5.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

Pouco a pouco as paróquias foram avançando no sentido de construir a sua igreja paroquial. No dia 24 de Junho de 1962 D. Frei David de Sousa presidiu à missa e lançamento da primeira pedra da futura igreja paroquial da Assomada⁴⁶¹. Através desta alocução do bispo do Funchal podemos constatar alguns dos problemas que existiam neste processo de actualização das paróquias da diocese. A dada altura, o prelado alude às saudades que se verificavam depois dos fiéis passarem a pertencer a uma outra comunidade e exorta à confiança no futuro: «As inevitáveis saudades, que a separação traz consigo, depressa passam dando rapidamente as suas raízes. Por isso, ninguém se deve impressionar demasiadamente com elas»⁴⁶². Posteriormente, o bispo apela à união de todos em torno do seu pároco formando assim uma família paroquial; o prelado denuncia o espírito de bairrismo que se estabelecia e que tendia a prevalecer. Contra isto, o antístite recorda que «na Igreja de Cristo, cada Cristão, como membro vivo que é do Seu Corpo, representa uma pedra espiritual, real e efectiva»⁴⁶³. Por esta razão, cada cristão tem o dever dar a sua contribuição para o levantamento desta igreja. Esta tarefa é para todos porque é a edificação da «casa do Pai comum dos bons filhos da Assumada»⁴⁶⁴. Por isso, o prelado exorta a que se coloque de parte qualquer tipo de bairrismo. D. Frei David atribuiu os inúmeros avanços no processo de actualização desta paróquia à providência divina que inspirou o bispo diocesano, os párocos e os fiéis.

No dia 29 de Julho de 1962 D. Frei David de Sousa presidiu à missa e lançamento da primeira pedra da futura igreja paroquial do Carmo⁴⁶⁵. Na sua alocução, o bispo do Funchal agradeceu o acolhimento filial com que os fiéis receberam a criação da Paróquia do Carmo e o respectivo pároco. De seguida elogiou a pronta disponibilidade dos fiéis em torno do seu

⁴⁶¹ Cf. Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção da primeira pedra da igreja da Assomada, pp.1-3 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 1.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁵ Cf. *Diário de Notícias da Madeira*, (30 de Julho 1962), pp. 1 e 6.

pároco, bem como da sua vontade, cooperação e serviço em prol da nova igreja paroquial⁴⁶⁶. Segundo o prelado, estas boas obras são dirigidas a Deus e é um serviço prestado ao próximo. Mais uma vez, o prelado agradeceu às autoridades civis toda a colaboração prestada.

Por outro lado, as novas comunidades começaram a ser independentes com a entrada em vigor do decreto de actualização das paróquias. Porém, no concreto em algumas delas isto não se verificou; foi o caso da Paróquia de Fátima, no arciprestado do Funchal⁴⁶⁷. De facto as comunidades foram-se formando passo a passo, nomeadamente no estabelecer o percurso de procissões dentro dos actuais limites das paróquias⁴⁶⁸, no adquirir livros de registo para as novas paróquias⁴⁶⁹ e estabelecer confrarias com os membros das novas paróquias⁴⁷⁰. O prelado afirma que a falta total de uma sede impediu que a paróquia de Fátima entrasse em funcionamento de forma independente⁴⁷¹. Neste dia o bispo diocesano benzeu o novo espaço – uma garagem transformada em capela – como sede provisória da paróquia de Fátima, que tem por orago Nossa Senhora de Fátima, e nele celebrou a primeira missa. O bispo disse esperar que os paroquianos façam tudo, em colaboração com o novo pároco, para arranjar um local central para aí construir a igreja e residência paroquial⁴⁷². Por outro lado, D. Frei David de Sousa expressou o seu contentamento com a maior aceitação da actualização das paróquias por parte da diocese:

«Felizmente, de dia para dia, se vai sentindo, por toda a Diocese e designadamente nesta Paróquia de Fátima, mais consciência, mais carinho, mais entusiasmo e mais ambiente para com

⁴⁶⁶ Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção da primeira pedra da igreja do Carmo, p. 3, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁴⁶⁷ Cf. *Diário de Notícias da Madeira*, (17 de Agosto 1962) p. 3.

⁴⁶⁸ Acta da conferência eclesiástica do arciprestado do Funchal de 9 de Março de 1961 in arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesiástica do funchal, livro 448, 1936/1970.

⁴⁶⁹ Acta da conferência eclesiástica do arciprestado do funchal de 15 de Fevereiro de 1962 in arquivo histórico da diocese do funchal, registo da câmara eclesiástica do funchal, livro 448, 1936/1970.

⁴⁷⁰ *Ibidem*.

⁴⁷¹ Recorde-se que esta paróquia tinha a sua sede provisória na Igreja Paroquial de Santa Maria Maior (Cf. SOUSA, D. Frei David de, *Decreto sobre a actualização das paróquias*, Funchal, 1960, p. 5).

⁴⁷² Cf. Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção da sede provisória da Paróquia de Fátima, p. 2, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

o plano das novas paróquias, o que constitui para nós motivo de grande consolação e até de recompensa»⁴⁷³.

Esta afirmação de D. Frei David leva-nos a questionar o acolhimento por parte da diocese a este plano de actualização das paróquias. De facto houve quem tivesse colocado alguns entraves a este projecto de cunho pessoal de D. Frei David de Sousa. Como testemunha D. Teodoro de Faria

«não foi uma coisa fácil chegar a um acordo da divisão das paróquias porque muitos párocos que tinham uma paróquia grande não queriam que ela fosse dividida, foi uma coisa assim muito difícil. O D. David empenhou-se na parte pastoral, o resto não sabia mais nada, não sabia, não tinha prática; sabia de escritura, era professor, o seminário estava a funcionar. Tinha uns cónegos que conheciam muito bem a diocese e que o ajudaram muito, entre eles o cónego Camacho [...]»⁴⁷⁴.

O Padre Rafael Andrade testemunha, de igual modo, que este processo foi arriscado e difícil mas abraçado pelo Bispo do Funchal com coragem e determinação⁴⁷⁵. Se é verdade que a maioria do clero aceitou este plano implementado de uma forma inteligente, dialogante e persuasiva por D. Frei David de Sousa⁴⁷⁶, houve alguns casos de desacordo como – «pela sua projecção social – o do P. Urbino Lobo, pároco de Santa Luzia e director espiritual do seminário»⁴⁷⁷. Podemos compreender a posição destes párocos deste ponto de vista: com a criação de novas paróquias, estes perderiam o seu coadjutor – muitos deles necessitavam de ajuda devido à idade avançada – e os seus “domínios” territoriais⁴⁷⁸. Os curas eram ao tempo os actuais administradores paroquiais/coadjutores que apoiaram totalmente este projecto pois com ele deixariam de ser curas para serem párocos e desta forma responsáveis de comunidades⁴⁷⁹.

⁴⁷³ *Ibidem.*

⁴⁷⁴ Cf. *Entrevista a D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal*, 2014, em anexo, p. 133.

⁴⁷⁵ Cf. *Entrevista ao P. Rafael Andrade*, 2014, em anexo, p. 148.

⁴⁷⁶ Cf. *Entrevista ao P. Jardim Gonçalves*, 2014, em anexo, p. 145.

⁴⁷⁷ *Ibidem.*

⁴⁷⁸ Cf. *Entrevista ao P. Rafael Andrade*, 2014, em anexo, p. 152.

⁴⁷⁹ *Ibidem*; Cf. *Entrevista a D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal*, 2014, em anexo, pp. 129-132.

Apesar disto, e como testemunha o próprio D. Frei David de Sousa com o tempo a diocese foi cada vez mais aceitando este projecto de actualização e com o grande apoio dos antigos curas. Prova disto são os acontecimentos importantes que vão acontecendo, ainda durante o pontificado de D. Frei David na diocese do Funchal, nomeadamente a dedicação da nova igreja paroquial do Campanário a 15 de Dezembro de 1963⁴⁸⁰ – primeiro templo dedicado na diocese pelo prelado –, a dedicação da nova igreja paroquial da Ilha no dia 7 de Junho de 1964⁴⁸¹, a bênção da cripta da nova igreja paroquial de N^a Sr.^a da Saúde em S. Vicente no dia 8 de Abril de 1965⁴⁸², a dedicação da nova igreja paroquial de São Paulo (Ribeira Brava) no dia 29 de Agosto de 1965⁴⁸³ e a dedicação da nova igreja paroquial das Preces (Machico) no dia 5 de Setembro de 1965⁴⁸⁴.

A iniciativa e a concretização do plano de actualização da diocese de D. Frei David na diocese do Funchal continuou após a sua partida para Évora em Janeiro de 1966. Os bispos que lhe seguiram, D. António Saraiva e D. Francisco Santana, continuaram a implementar este projecto. Mas com a grande emigração nos anos 60, principalmente dos homens, algumas paróquias da Madeira ficaram reduzidas a 300/400 pessoas⁴⁸⁵. Nos anos que se seguiram foi necessário fazer alguns ajustes como testemunha D. Teodoro de Faria pois algumas paróquias «nunca existiram [nunca foram independentes], uma delas foi a do aeroporto [Santa Catarina], e eu tive que anular seis mas podiam ser oito ou dez porque algumas nunca funcionaram [nunca foram independentes]»⁴⁸⁶. Actualmente a diocese do Funchal é composta por 96 paróquias das 102 aquando da divisão feita por D. Frei David de Sousa.

⁴⁸⁰ Cf. *Jornal da Madeira*, (16 de Dezembro 1963) p. 1.

⁴⁸¹ Cf. Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da dedicação da nova igreja paroquial da Ilha, pp. 1-3, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁴⁸² Cf. *Jornal da Madeira*, (5 de Abril 1965) pp. 1 e 7.

⁴⁸³ Cf. *Jornal da Madeira*, (30 de Agosto 1965) pp. 1 e 7.

⁴⁸⁴ Cf. *Jornal da Madeira*, (6 de Setembro 1965) pp. 1 e 6.

⁴⁸⁵ Cf. *Entrevista a D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal*, 2014, em anexo, p. 133.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

Apesar de tudo isto podemos concluir que a iniciativa do Bispo Frei David de Sousa foi um facto histórico bem acolhido na diocese funchalense; foi talvez o mais arrojado projecto pastoral na segunda metade do século XX em Portugal, mormente na ilha da Madeira. Isto fica a dever-se à sua coragem e determinação ao criar 50 novas paróquias na diocese de uma só vez.

4.1.3. Catequese, ensino católico e estabelecimentos de ensino priorizam a formação cristã

A formação cristã foi uma das principais preocupações pastorais que D. Frei David de Sousa manifestou ao longo do seu pontificado na diocese do Funchal. Esta formação cristã não poderá ser analisada isoladamente, ou seja, esta formação cristã integra-se no grande processo de revitalização da diocese do Funchal iniciado com a reforma da rede paroquial diocesana por D. Frei David de Sousa.

Este conceito de “formação cristã” que utilizamos é conceito posterior à época que estamos a estudar; o termo que se coloca na época é “cristianizar”. O objectivo é tentar com que os fiéis não caiam no paganismo. Se o processo de criação das paróquias teve, como um dos objectivos, senão o grande objectivo, levar à vida das pessoas a Igreja para que não perdessem a fé e, por conseguinte, não caíssem no paganismo, também todas as estruturas da Igreja designadamente a catequese, as escolas, a imprensa, a rádio, etc.

4.1.3.1. A catequese

A catequese⁴⁸⁷ surge na antiguidade, entre os séculos I-IV e é feita por Jesus Cristo, os apóstolos e os padres da Igreja; esta é a primeira etapa de quatro etapas de catequizaçã⁴⁸⁸. A

⁴⁸⁷ O termo catequese surge da palavra grega *κατήχησις* que significa ensino oral; a catequese é a segunda fase do processo de fé. A catequese «ilustra a fé com as verdades da revelação e educa a vontade e o coração para as viver, celebrar e testemunhar, preparando para os sacramentos» (FALCÃO, D. Manuel Franco, *Enciclopédia Católica Popular*, Paulinas editora, Prior Velho, 2004, p. 69).

Idade média marca o início da segunda etapa de catequização, de seguida o século XVI ao século XIX marca o terceiro período de catequização e o século XX assinala a quarta etapa de catequização⁴⁸⁹. No século XX o movimento catequístico começou a aparecer numa forma lenta; distinguem-se quatro fases. Primeiramente procurou-se publicar textos e fixar instâncias; seguidamente procurou-se consciencializar a Igreja da catequização através de iniciativas como o Concílio Plenário Português em 1926, o primeiro congresso Nacional de catequese em 1932, congressos diocesanos e jornadas e/ou semanas de estudos⁴⁹⁰. Numa terceira fase, de procura de consolidação, é fundado o Secretariado Nacional da Catequese em 1950 e estabelecem-se os secretariados diocesanos. Com a publicação das Bases da catequese elementar em Portugal, em 1961, os secretariados diocesanos marcaram o passo mais importante para o crescimento do apostolado catequístico em Portugal⁴⁹¹. Entre 1953 e 1956 aparece o Catecismo Nacional. A quarta etapa é influenciada pela dinâmica do segundo concílio ecuménico do Vaticano.

A acção pastoral de D. Frei David de Sousa insere-se nesta terceira etapa do movimento catequístico em Portugal. O prelado ao considerar a revelação divina como um tesouro, que Ela nos manifesta Deus e que é seu dever dar a conhecer este património aos seus diocesanos houve por bem fundar o secretariado diocesano de Catequese no dia 6 de Agosto de 1959⁴⁹². O bispo funchalense dividiu a diocese em 10 regiões nomeando um delegado regional para cada região, nomeadamente região da Sé, de S. António do Funchal, de Câmara de Lobos, da Ribeira Brava, da Ponta do Sol, da Calheta, do Porto Moniz, da Ponta Delgada, de Santana e de Santa Cruz⁴⁹³. Esta medida teve como finalidade criar maior proximidade entre cada região

⁴⁸⁸ Cf. CRISTÓVÃO, António Francisco da Silva, *Catequese e Catecismos*, in AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Círculo de leitores CEHR-UCP, Lisboa, 2000, p. 302.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 310.

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² Cf. Provisão de D. Frei David de Sousa sobre a Catequese de 20 de Novembro de 1959, p.1, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁴⁹³ Cf. *Ibidem*, pp. 1-2.

e o bispo diocesano. Além disto, D. Frei David nomeou delegados do Secretariado diocesano da catequese junto das ordens e congregações religiosas, dos colégios e escolas (Lisbonense, Nuno Álvares, Bom Jesus, Escola Industrial e Comercial, Magistério, Liceu Nacional do Funchal) e da Liga Escolar Católica do Funchal. Adianta o prelado que se estavam a efectuar reuniões para «estudar, preparar e apresentar propostas em relação às Bases do Ensino e Formação Catequística, ao regulamento do ensino e formação catequística e aos estatutos da Associação da Doutrina Cristã»⁴⁹⁴. Isto vai concretizar-se com o decreto de aprovação da legislação da catequese pelo Bispo D. Frei David a 28 de Abril de 1960⁴⁹⁵.

O antístite conclui afirmando que a obra da catequese para ser uma realidade concreta necessita do empenho e colaboração de todos os diocesanos da Madeira e Porto Santo. No decreto de aprovação da legislação da catequese – composta pelas Bases do Ensino e Formação Catequística, pelo regulamento do ensino e formação catequística e pelos estatutos da Associação da Doutrina Cristã – o prelado considera que a catequese ao transmitir a mensagem e a vida divina aos homens, torna-os autênticos Filhos de Deus e legítimos herdeiros da glória⁴⁹⁶. Neste sentido o prelado aprova esta legislação no sentido desta entrar e ser assumida pela diocese no ano catequístico 1960-1961. Por outro lado o prelado recomenda

«vivamente aos pais e aos filhos a aquisição, estudo, ensino e amor ao Catecismo Nacional, como livro de inestimável preço para a aceitação, posse e vivência da mensagem divina, ao Missal dos Fiéis, como meio eficaz para a participação activa na vida litúrgica da Igreja, e à Sagrada Escritura, designadamente o Novo Testamento, como fonte inexaurível da sua Fé Católica»⁴⁹⁷.

Segundo testemunha Tomé Velosa, na legislação da catequese tratava-se das bases do ensino e formação catequística com a definição da missão catequística⁴⁹⁸. Na primeira parte do

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 2.

⁴⁹⁵ Cf. DIOCESE DO FUNCHAL, *Legislação sobre a catequese*, edição do secretariado diocesano da catequese, 1960, pp. 3-4.

⁴⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 3.

⁴⁹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 4.

⁴⁹⁸ Cf. VELOSA, Cónego Tomé, *Traços Históricos da Catequese (1966-2000)*, Diocese do Funchal, Funchal, 2005, p. 26.

documento, esta legislação definia no capítulo III o Secretariado Diocesano da Catequese e tratava no capítulo IV da missão dos delegados da catequese (que foram elencados acima); os restantes capítulos abordavam o papel das paróquias, párocos e sobre a organização da catequese⁴⁹⁹. Na segunda parte da legislação estava o regulamento do ensino e formação catequística com a estrutura e orgânica da Catequese.

Nos anos de 1960 a 1962, o padre Pita Ferreira, primeiro secretário diocesano da catequese, realizou cursos inter-paroquiais a partir do Catecismo Nacional.

A catequese foi uma preocupação constante de D. Frei David e prova disto é facto de apontar a catequese como um dos problemas pastorais aquando da partida para o segundo concílio ecuménico do Vaticano:

«Cristo reclama as crianças e estas reclamam Cristo. Uma e outra reclamação urge o recrutamento, formação e mobilização de catequistas pelas igrejas, capelas, escolas e outros centros paroquiais, a fim de distribuírem o Evangelho em pequeninos pelos pequeninos. Aos pais, porém, cabe a missão de serem os primeiros catequistas dos seus filhos»⁵⁰⁰

Neste sentido, o prelado mostra a necessidade de novos catequistas e ao mesmo tempo defende que os pais devem ser os primeiros catequistas como primeiros transmissores da fé aos seus filhos. Todos são necessários para a obra da catequese.

4.1.3.2. Outros âmbitos de formação cristã

Na bênção da primeira casa de retiros da diocese do Funchal, D. Frei David de Sousa afirmou que a Madeira é um «privilegiado recanto de solidão e, por isso mesmo, de oração»⁵⁰¹. O prelado defendeu que «toda a casa de retiros é Escola de virtudes humanas e cristãs; é Escola de Perfeição e de Santidade; é Escola da Ciência dos Santos, de que é Mestre o Espírito Santo; é Escola de Caridade; é Escola do Amor divino e humano; é Escola de

⁴⁹⁹ *Ibidem.*

⁵⁰⁰ *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro-Outubro 1962) p. 31.

⁵⁰¹ Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção da primeira casa de retiros da Diocese do Funchal, p.1, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

Salvação»⁵⁰². Neste sentido, a casa de retiros é um espaço de formação cristã, de cristianização do Homem.

Os estabelecimentos de ensino são também outro âmbito que pode proporcionar uma formação completa, isto é, humana e cristã. Segundo o bispo do Funchal, aquando da partida para o segundo concílio ecuménico do Vaticano, esta era a quarta preocupação de D. Frei David: «problema dos colégios da Igreja que preparem, integral e harmonicamente, a juventude estudiosa para a vida humana e cristã em plenitude»⁵⁰³. Na bênção da pedra angular do novo edifício da Escola Salesiana a 14 de Fevereiro 1958, o bispo do Funchal afirmou que esta escola é uma das mais prometedoras realidades e uma das maiores necessidades da diocese⁵⁰⁴. Esta importância fica a dever-se à escassez de oferta de ensino completo que encaminhe, forme e eduque muitos jovens da Madeira. Segundo defende o prelado

«só a Igreja possui o segredo da formação integral dos jovens, de que só ela possui o segredo da formação integral, de que só ela educa, paralela e harmonicamente, o espírito e a matéria, as faculdades da alma e as faculdades do corpo, a inteligência, a vontade, o coração e os afectos, enfim o homem todo»⁵⁰⁵.

O que está aqui em causa é o futuro da diocese e dos jovens, isto é, o bem das almas e, por isso, o prelado vai reclamar para a Igreja a competência da educação; esta educação integral exige sacrifícios inclusive o dar a vida por dar aos jovens uma formação completa⁵⁰⁶.

Na missa da festa dos alunos setimanistas do Liceu Nacional do Funchal, o bispo do Funchal exortou os alunos a que se mantenham fiéis ao catolicismo e que desta forma

⁵⁰² *Ibidem*.

⁵⁰³ *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro-Outubro 1962) p. 31.

⁵⁰⁴ Cf. Alocução de D. Frei David de Sousa por ocasião da bênção pedra angular da Escola Salesiana de Artes e ofícios do Funchal, p.1, *in* Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁰⁶ Cf. *Ibidem*.

defendam os estabelecimentos de ensino do comunismo ateu, do protestantismo e de todo o género de bruxedos⁵⁰⁷.

Outra preocupação presente ao longo de todo o pontificado de D. Frei David de Sousa é a questão da “Boa Imprensa”. Aquando da partida para o concílio, D. Frei David fala sobre «o problema da Boa Imprensa que informe, oriente e cristianize a opinião pública a fim de que ela adquira e possua uma sensibilidade e um sentido verdadeiramente humanos, cristãos e evangélicos»⁵⁰⁸. O antístite defendeu que esta missão incumbe ao Jornal da Madeira⁵⁰⁹. A grande renovação do Jornal da Madeira vai acontecer meses antes da chegada de D. Frei David de Sousa à diocese do Funchal; essa renovação começa com o Padre Agostinho Jardim Gonçalves que em Agosto de 1957 é nomeado chefe de redacção do Jornal⁵¹⁰. Em Dezembro de 1957, com a chegada de D. Frei David este «tomou uma atitude em relação ao Jornal da Madeira: mudar o director e atrair leigos. Era um primeiro passo de encontro ao objetivo traçado escassos quatro anos depois, com o Papa João XXIII e o *aggiornamento*: a reforma da liturgia, a defesa da liberdade religiosa, o favorecimento do ecumenismo e do apostolado dos leigos. Objetivos que conheceriam resultados práticos com Pacote de Oliveira, quando assume a chefia de redacção do jornal, em 1960, na altura dirigido por Agostinho Gonçalves Gomes»⁵¹¹.

Segundo testemunha Pacote de Oliveira, o bispo D. Frei David de Sousa reformou o Jornal da Madeira promovendo a apetrechamento técnico e tecnológico; munuiu o jornal com

⁵⁰⁷ Cf. Alocução de D. Frei David de Sousa na missa da festa dos alunos do 7º ano do Liceu Nacional do Funchal, p.2, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

⁵⁰⁸ *Boletim de Informação Pastoral*, (Setembro-Outubro 1962) p. 31.

⁵⁰⁹ O Jornal da Madeira foi fundado em 1906 por aquele que viria a ser bispo do Funchal entre 1915-1957, D. António Pereira Ribeiro e pretendia-se um jornal de inspiração cristã, mas virado para a população em geral. Começou por chamar-se O Jornal - Diário da Tarde e só em 1923 é denominado como “Jornal da Madeira”. O nome é trocado várias vezes, mas em 1932 passa a pertencer à Diocese do Funchal e em 1952 assume definitivamente o título por que ainda hoje é conhecido, apesar de ter hoje pouco ou nada que ver com o tipo de publicação original.

⁵¹⁰ Cf. NERY, Isabel, *A Igreja e a imprensa na transição entre ditadura e democracia: Testemunhos in comunicação ao Congresso Internacional 500 anos Diocese do Funchal*, 18 de Setembro 2014, p. 1.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 2.

novas máquinas de composição gráfica linotypes e de impressão⁵¹². Para além disto, o prelado facilitou o ritmo de alteração de conteúdo iniciado pelo padre Jardim Gonçalves a que Paquete de Oliveira deu continuidade⁵¹³.

Tal como na Igreja universal e nacional, também o D. Frei David de Sousa viu na imprensa um instrumento que pode cristianizar, ou melhor, evangelizar a sociedade pouco a pouco; exemplo disto foi o enorme esforço financeiro que a diocese fez para manter o *Jornal da Madeira* como órgão oficial da diocese funchalense no pontificado de D. Frei David de Sousa. Para isso muito contribuíram os fiéis com os ofertórios, os párocos, o cabido da diocese e o próprio prelado⁵¹⁴; recorreu-se ainda a empréstimos institucionais e à venda de património imóvel da diocese. O próprio prelado reconhece a importância e as dificuldades na sua alocação de despedida da diocese do Funchal:

«“O JORNAL DA MADEIRA”, órgão de apostolado escrito da diocese, mereceu-nos particular atenção. A ele dedicamos longas horas de estudo e de meditação. A necessidade da sua existência sempre se nos apresentou fora de toda a questão. O grande quebra-cabeças tem sido e é o problema da sua manutenção económica. Recorremos a todas as magras economias da diocese. Por vezes, julgamos ter superado a crise, mas logo outra surgia. Tudo se fez para lhe inocular uma vida nova»⁵¹⁵.

⁵¹² Cf. *Jornal da Madeira*, (15 de Janeiro 1966) p. 6.

⁵¹³ Cf. NERY, Isabel, *A Igreja e a imprensa na transição entre ditadura e democracia: Testemunhos in comunicação ao Congresso Internacional 500 anos Diocese do Funchal*, 18 de Setembro 2014, p. 2.

⁵¹⁴ Cf. VELOSA, Cónego Tomé, *Bodas de diamante sacerdotais de D. David de Sousa* in *Jornal da Madeira*, (10 de Agosto 1997) p. 11.

⁵¹⁵ Alocação de D. Frei David de Sousa por ocasião da despedida da diocese do Funchal, 31 de Dezembro 1965, p.4, in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, Arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

CONCLUSÃO

D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal (1957-1965). Igreja e sociedade madeirense na segunda metade do século XX foi o tema que tratamos ao longo desta dissertação no âmbito da conclusão do Mestrado Integrado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, da Faculdade de Teologia em Lisboa.

Ao longo desta dissertação procuramos mostrar o estado em que se encontrava a diocese do Funchal ao longo do século XX, especialmente no final da década de 50 e início da década de 60, no âmbito social, político e religioso. Desta forma, tentamos perceber que Igreja e que ambiente social, político e religioso encontrou D. Frei David de Sousa ao chegar à diocese madeirense.

Seguidamente, procuramos saber quem era D. Frei David de Sousa através de um percurso histórico do homem, do cristão e do franciscano Frei David de Sousa até ser eleito Bispo do Funchal. No segundo capítulo procuramos ainda analisar as circunstâncias da nomeação para bispo do Funchal, a sua sagração, chegada e acolhimento na diocese do Funchal de uma forma pormenorizada. Dadas as dificuldades para encontrar outras fontes que nos pudessem ajudar na análise, optamos por descrever e narrar os acontecimentos e assim ter a percepção, por exemplo, de como estava organizado o rito da ordenação episcopal.

Posteriormente, passamos a examinar a acção pastoral que o Bispo Frei David de Sousa teve enquanto bispo do Funchal e padre conciliar. Começamos por analisar o papel de D. Frei David enquanto dinamizador do segundo concílio ecuménico do Vaticano na diocese do Funchal e como se envolveu a própria diocese no processo de *aggiornamento* conciliar. Por fim, passamos a analisar as principais preocupações pastorais que o próprio D. Frei David de Sousa priorizou, nomeadamente os seminários, o processo de actualização das paróquias e a

formação cristã. As várias iniciativas directas ou indirectas do prelado constituíram momento de revitalização da diocese, algumas delas, mesmo antes do segundo concílio ecuménico do Vaticano.

Graças aos arquivos consultados pudemos investigar e analisar alguns documentos importantes que nos viabilizaram esta dissertação. No entanto, enfrentamos muitas dificuldades em aceder aos documentos devido à proximidade do tema bem como da pouca informação disponibilizada por alguns dos arquivos e bibliotecas pedidos. O facto do tema desta dissertação ser original suscitou-nos dificuldades na elaboração de uma bibliografia consistente e equilibrada, e que não estivesse apenas assente em memórias subjectivas.

D. Frei David de Sousa foi o segundo frade da Ordem de S. Francisco a tomar posse da cátedra da diocese do Funchal. A figura de D. Frei David de Sousa insere-se na Igreja moderna, religiosa, política e social de Pio XII e na necessidade dum apostolado novo, progressivo e actual que lhe deram um grande relevo histórico. À semelhança de todos os bispos do século XX na Madeira, D. Frei David de Sousa promoveu uma espiritualidade de comunhão, promoveu a renovação da comunidade e a inserção social. O prelado deu em tudo prioridade à dimensão religiosa da sua missão, a começar pela sua vida pessoal, marcada por uma profundidade espiritual que por todos era reconhecida.

O prelado deixou uma diocese em processo de revitalização, processo esse que teve início por sua própria iniciativa. Na sua despedida da diocese do Funchal, podemos verificar que diocese deixava o arcebispo eleito de Évora. Os seminários estiveram sempre presentes no espírito e no coração de D. Frei David; dividiu o seminário do Funchal em seminário menor e seminário maior em duas casas respectivamente. Durante os oito anos que esteve na diocese do Funchal, o prelado ordenou 34 sacerdotes; propôs e ofereceu à Igreja um novo bispo: D. Manuel Ferreira Cabral, ilustre filho desta diocese. Apostou na formação intelectual e pastoral dos sacerdotes enviando-os para universidades de Roma. Fundou o secretariado

diocesano da catequese e o secretariado diocesano da obra das vocações. O prelado promoveu o estudo da divisão das paróquias e, após dois anos, as paróquias passaram de 51 para 102 a partir de Janeiro de 1961; com isto houve a necessidade de construir novas igrejas. O prelado dedicou as igrejas do Campanário, Ilha, S. Paulo, Precês; presidiu à bênção da primeira pedra de outras tantas futuras igrejas que estavam em processo de construção como as igrejas do Sagrado Coração de Jesus, Assomada, Achada de Gaula, Carvalhal, Garachico, Raposeira, Visitação, Álamos, Carmo, Lameiros, Feiteiras, Ribeira Seca, Piquinho, Amparo, Faial e Imaculado Coração de Maria. Foi uma iniciativa corajosa e realizada em tempo oportuno pelo bispo diocesano. Deixou um programa para ir ao encontro das mais urgentes necessidades de alimentação, vestuário, habitação e assistência na carta pastoral sobre os nossos pobres. Deixou o órgão oficial da diocese, o Jornal da Madeira, modernizado e pronto a responder às exigências dos novos tempos a custo de muito sofrimento.

Todo o pontificado de D. Frei David de Sousa enquanto Bispo do Funchal foi marcado por uma dimensão que dava unidade à sua acção pastoral – o tema do amor. O brasão de armas de D. Frei David é a chave de leitura para compreender o seu pontificado. O lema patente no seu brasão – *Christus urget nos* – exprime a urgência que o prelado sente em levar o amor de Deus aos homens. Neste sentido, toda a acção pastoral de D. Frei David tem a sua raiz aqui: no amor salvífico de Deus. A proximidade e a simplicidade foram dois aspectos centrais que nos ajudaram a compreender o episcopado de D. Frei David de Sousa na Madeira.

Por fim, com esta dissertação levantaram-se muitas questões que poderão ser desenvolvidas em investigações ulteriores. Passo a apresentar duas questões que se me colocaram ao longo da dissertação mas que, para as quais, não consegui resposta comprovada. Tendo em conta a situação do seminário diocesano do Funchal no ano de 1957, porque se deu a nomeação de D. Frei David de Sousa para bispo do Funchal? Será que D. David, ao ser

nomeado bispo do Funchal por Pio XII, quando era reitor do seminário franciscano da Luz, terá tido conhecimento da exigência da Santa Sé para proceder à divisão do seminário do Funchal, em maior e menor, assim como da exigência de reestruturar a obra das vocações na diocese? Por que razão foi D. Frei David de Sousa transferido da diocese do Funchal para a arquidiocese de Évora no contexto da última sessão do o segundo concílio ecuménico do Vaticano?

A presente dissertação teve em vista devolver memória a um grande bispo do século XX que numa igreja particular, designadamente a diocese do Funchal, procurou levar o evangelho a todos os seus diocesanos.

ANEXOS

ANEXO 1: Assento de baptismo de D. Frei David

N.º 42
 David
 filho de Emanuel de Sousa e de
 Maria de Jesus, lavadores, naturais, residentes, paroquia
 e sede da freguesia d'Alfândega, concelho do Barcelos de
 Lousada, diocese do Porto, moradores no lugar de
 Santa Christina
 neto paterno de Emanuel de Sousa e de Emilia de
 Jesus, naturais de avos irregulares de Britania
 caniceiro

Nasceu n'esta freguesia de Alfândega, concelho e diocese d'Alfândega
 a vinte e cinco de Outubro de mil novecentos
 e onze pelas seis horas da noite e foi por mim solemnemente baptisado
 n'esta Igreja parochial a horas de Novembro de mil novecentos
 e onze. Foi padrinho P. David Caniceiro
 Parocho d'Alfândega e clletto
 e madrinha D. Regina Candida de Albuquerque Cortes Real
 oureira, proprietaria, do Topal d'Alfândega, que assignou
 este assento. Ega at eu preta
 A madrinha: Delfina Candida de Almeida Cortes Real
 O padrinho: P. David Caniceiro
 Parocho = David Caniceiro

Santa Christina

ANEXO 2: D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal (1957-1965)



ANEXO 3: Bula de nomeação do Sr. D. Frei David de Sousa

«PIO BISPO, SERVO DOS SERVOS DE DEUS

Aos amados filhos do Colégio Capitular, do clero da cidade e diocese do Funchal, saúde e Bênção Apostólica.

Sem dúvida, julgamos que estas letras pelas quais damos a conhecer que a vossa Igreja tem de novo um digníssimo Pastor e vós um Pai amante e providente de que estáveis privados desde que D. António Manuel Pereira Ribeiro de saudosa memória vos deixou pela morte, vos trarão suma alegria.

Com efeito, usando do nosso supremo poder, pelo qual providenciamos à prosperidade das Igrejas de todo o orbe da terra, escolhemos e nomeamos Bispo da vossa diocese, o amado filho David de Sousa da Ordem dos Frades Menores.

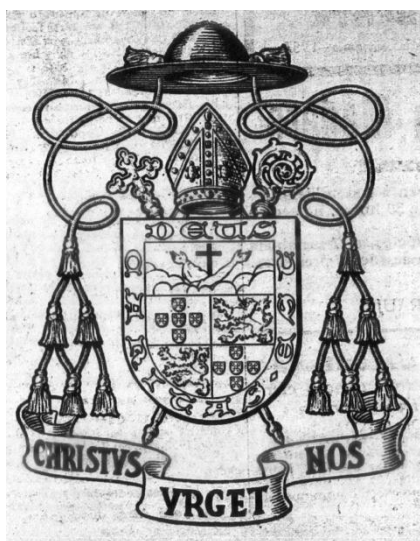
Anunciando-vos estas coisas, exortamo-vos e encarecidamente, a que aceiteis piamente o novo Bispo, com a reverência a Nós devida, à Cátedra, o qual será no meio de vós como Anjo e Apóstolo de Deus, a quem obedeçais com pronta docilidade, de modo que a vossa Igreja, já excelente pela amenidade do mar e do clima, e pelos encantos da natureza, se torne, pela mútua conformidade de vontades, mais refulgente e bela pela virtude e santidade.

Queremos finalmente, que por cuidado daquele ao presente rege a vossa Igreja, estas letras sejam lidas, logo após a sua recepção, ao Corpo Capitular e ao povo no dia em que se celebrar na igreja catedral uma festa de preceito

*Dado em Castel Gandolfo, junto de Roma,
no vigésimo terceiro mês de Setembro,
do ano de mil novecentos e cinquenta e sete,
décimo nono do Nosso Pontificado»⁵¹⁶.*

⁵¹⁶ *Jornal da Madeira*, (3 de Dezembro 1957) p.1.

ANEXO 4: Armas-de-fé do Sr. D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal



«Leitura

ARMAS: – Esquartelado: 1 e 4 de Portugal antigo; 2 e 3 de verde com um leão de oiro; chefe, de azul, com o distintivo da Ordem de São Francisco, saínte de um “cumulus”, de sua cor, movente de bordo e dos ângulos inferiores daquele; bordura, de vermelho com a legenda DEUS CARITAS EST, de oiro, a palavra DEUS em chefe, as restantes em orla.

TIMBRE: – Mitra, de oiro, enriquecida de vermelho e de pedrarias, acompanhada de uma cruz episcopal, de oiro, e de um báculo, do mesmo metal, passados em aspa por detrás do escudo; tudo encimado por um chapéu episcopal, de negro, debruado de verde e forrado de vermelho, com 6 borlas, do segundo esmalto, pendentes 1, 2, 3 a cada lado do escudo.

DIVISA: – CHRISTUS URGET NOS, de negro, em listel, de branco, abaixo do escudo.

Interpretação

Um grande pensamento domina o brasão do Senhor D. Frei David de Sousa – o Amor. Na bordura, com a frase sublime de João Evangelista “Deus caritas est”, “Deus é Amor”, é afirmado o Amor Substancial – Deus – princípio e razão de ser de todo o universo.

Em baixo, a divisa “Christus urget nos” exprime a urgência que esse Amor, manifestado no mistério de Cristo, exerce sobre a alma do novo prelado.

Ao centro, os mesmo pensamentos fixados num símbolo – as armas franciscanas: o amor de Deus pelos homens, que se faz redenção em Cristo, e a gratidão do homem para com Deus que se ergue no braço do Serafim do Alverne. Sob o signo da cruz, o abraço de Deus e do homem – a consumação do Amor. É todo o mistério cristão. E será este o ideal do novo bispo – elevar os homens ao abraço de Deus.

Os outros dois símbolos que compõem o escudo são como que a sua assinatura: os leões de oiro, distintivo dos Sousas, indicam o homem; e as quinas de Portugal dizem a sua Pátria»⁵¹⁷.

⁵¹⁷ Cf. *Brasão do Novo Bispo do Funchal*, p. 1 in Biblioteca da Província Portuguesa da OFM, arquivo pessoal de D. Frei David de Sousa.

ANEXO 6: Termo da profissão simples do irmão David de Sousa

P.^o Roque

Termo da Profissão Simples do
Irmão: Fr. David Sousa

No dia oito de Setembro de mil novecentos e trinta e dois, pelas oito horas da manhã, na Capela do Convento de Santo António de Tui, diocese de Tui, fez a sua Profissão Simples nas mãos do M.^o R. Padre Provincial, Fr. Cipriano do Vale, e João (cujo nome é Fr. David Sousa, natural da freguesia de Alpendurada, do celho de Marco de Canaveses, Diocese do Porto, depois de haver protestado em presença de toda a Comunidade, em conformidade com o artigo 82.^o das Constituições Gerais, que queria obrigat-se pela sua profissão à obediência da Regra e todos os seus preceitos. E para constar se lavrou este termo, o qual vai assinado pelo novo professo e demais sacerdotes a quem compete. Boa noite.

Fr. David Sousa

P.^o Roque do Amaral
P.^o Luz Feliciano dos Santos

P. Cipriano do Vale, O.F.M., M.P.

166

Termo de admissão ao hábito do Irmão Noviço
 Fr. David de Sousa

No dia sete de Setembro de mil novecentos e trinta e um, pelas nove horas da manhã, na Capela do Convento de Santo António de Fuz, diocese de Fuz, estando reunida a Comunidade, recebeu o hábito da Primeira Ordem das mãos do R. P. Pedro de Almeida, Guardião do dito Convento, e por delegação in discipulis do Sr. R. P. Provincial, Superior do Vale de David de Sousa, de 19 annos completos de idade, natural da freguesia de Alpendurada, Concelho de Marco de Canaveses e diocese do Porto; filho de Manuel de Sousa Gradias e de Maria de Jesus Carneiro, depois de haver protestado que se não achava incurso nos impedimentos, que de quando aos n.ºs 36 e 37 das Constituições Gerais da Ordem podiam obstar a que lhe fosse dado o Santo hábito; e sendo-lhe intimado que, se apparecer algum dos ditos impedimentos, seria nullo este acto. E para constar se houve este termo que foi assinado por elle, noviço, pelo R. P. Guardião do Convento de Santo António de Fuz, e pelos mais padres a quem compete.

boa, ut supra.

Fr. David de Sousa
 P. Roque do Amaral
 P. Alexandre de Santa Luzia
 P. João de Almeida, páo

ANEXO 8: Intervenções de D. Frei David de Sousa no concílio ecuménico

11

Excelentíssimo P. D. DAVID DE SOUSA

Bispo do Funchal

«Eminentíssimos presidentes e veneráveis Padres conciliares,

Seja-me permitido tomar a palavra, em meu nome e em nome de pelo menos alguns bispos para expor o seguinte.

Apresentamos as nossas vivas congratulações à Excelentíssima Comissão Preparatória pelo esquema sobre as Fontes da Revelação, na verdade o mais feliz.

Estamos dispostos a aceitar e a aprovar vários pontos do esquema com algumas alterações e adições ao esquema para o completar e aperfeiçoar.

De facto, cinco pontos do esquema sobre as Fontes da Revelação a saber: Sobre a dúplice Fonte da Revelação, Sobre a inspiração da Sagrada Escritura, Inerrância e Composição Literal, Sobre o Antigo Testamento e o Novo Testamento e Sobre a Sagrada Escritura na Igreja; na verdade dar-nos-ia alegria.

Na verdade, eles são olhados com admiração, como a mais alta doutrina e até agora dispersa com o solene Magistério e ordinário da Santa Madre Igreja sobre as Fontes da Revelação. Realmente neste brevíssimo resumo os professores, os alunos e os próprios fiéis, que foram introduzidos na Sagrada Escritura, têm o melhor e mais seguro brevíssimo resumo na qual aparece a verdadeira face da Igreja relativamente às Fontes da Revelação.

Este auxílio de introdução, exegetas e teólogos, sacerdotes e fiéis, com a inteligência iluminada e com que coração inflamada mais e mais e os podem degustar mais abundantemente os frutos dos livros Sagrados como disse S. Paulo⁵¹⁸: «De facto, toda a Escritura é inspirada por Deus e adequada para ensinar, refutar, corrigir e educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e esteja preparado para toda a obra boa».

Isso sem dúvida era alimento sensível, incremento e alimento da vida cristã.

Finalmente estamos confiantes de propor que o novo artigo segue mais ou menos acrescentado 1) entre os nos 24 e 25, cap. V, pág. 19, sobre os textos originais da Sagrada Escritura: «Os textos originais dos livros Sagrados alegram muito, no universo da Igreja, pela autoridade devem ter o primeiro lugar. E, portanto, o seu estudo e uso em todo o lado, o que

⁵¹⁸ 2 Tim 3, 16-17.

pode ser feito com zelo, favorecido e promovido entre o clero, seminaristas e os próprios fiéis».

A razão é que a autoridade é outra dos textos originais e outra das versões, embora as mais antigas mereçam grande mérito. Deve-se dar ênfase à Vulgata Latina no esquema, mas é especialmente apreciado pela sua natureza o texto original, que no esquema, Oh que dor!, é feito minimamente.

Este novo artigo muito ajudaria no diálogo com os irmãos separados como aquele bem preparado a partir do texto original, como aquela versão preparada dos 70 homens críticos. De facto, no artigo 25 deve falar-se do lugar que compete à Vulgata Latina e às outras antigas versões com linguagem bastante suave.

Então deve ser acrescentado um novo artigo entre os nos 25 e 26 do mesmo cap. V, pág. 19 que tenha o seguinte tom: seja preparada uma nova versão latina de acordo com os textos originais. Ela tem o melhor e mais prático testemunho e acesso ao texto antigo por parte da própria Igreja Latina, que o testemunho dos irmãos separados, é absolutamente certo, estavam em dívida.

Último, o melhor, como nós vemos: devem-se tirar do texto as palavras, as quais reprovam os erros, por exemplo no cap. II, pág. 12, da linha 24 à 28: «a Igreja está certa, etc» e no cap. IV, artigos 21 e 22, pág. 14, da linha 21 à 31, e da linha 1 à 5, pág. 18, de acordo com as palavras veneráveis do amantíssimo Pontífice nosso na alocução inaugural deste concílio no dia 11 de Outubro do corrente ano: «Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações». Disse⁵¹⁹.

⁵¹⁹ Intervenção oral de D. Frei David de Sousa sobre o esquema «De Fontibus Revelationis» na Congregação Geral XXII, 19 Novembro 1962; Tradução do latim para português de SYNODALIA SACROSSANCTI CONCILII OECUMENIC VANICANI II, volumen I, perious prima, pars III, pp. 187-189 realizada por Vitor Sousa e Ricardo Figueiredo.

Excelentíssimo P. D. DAVID DE SOUSA
Bispo Funchalense

«Não me foi possível, dentro do mês de Julho, devido a múltiplas ocupações, submeter a exame os esquemas do Concílio. Por isso, por isso peço para sugerir algumas adições relativamente ao esquema da “divina revelação”, mais ou menos, do teor seguinte:

1. Cap. I, nº 7, pág. 7, no início: “Deus revelou aos homens o seu Verbo, no decurso dos séculos, pelo ministério oral dos profetas e pelos escritos dos autores sagrados, inspirados pelo Espírito Santo, porém sobretudo, na plenitude dos tempos, pelo ministério público, elo do seu Filho Incarnado (Cf. Heb 1, 1-2). Na verdade, Cristo Senhor...”.

A razão desta adição é porque Deus se dignou conceder aos homens o dom da revelação, e assim tanto oral como escrita, também antes de Cristo. Isto, porém não se diz expressamente no texto do esquema.

2. Cap. IV, nº 20, pág. 14, linha 8: “... e dos homens apostólicos os livros do Espírito Santo...”. A razão (de acrescentar isto) é porque os Livros do Novo Testamento foram escritos não apenas pelos apóstolos, mas também pelos homens apostólicos, conforme expressamente isto se escreve no cap. IV, nº 17, pág. 13, linha 8.

3. Cap. IV, nº 20, pág. 14, no fim: “A Igreja, portanto, reverentemente reconhece e recebe como Suas Escrituras os livros canónicos do Novo Testamento”. A razão (de acrescentar isto) é porque, enquanto a canonicidade dos livros do Antigo Testamento é afirmada expressamente, no capítulo III, nº 16, pág. 12, lin. 2-3, a canonicidade dos livros do Novo Testamento não é afirmada em nenhuma parte⁵²⁰.

⁵²⁰ Intervenção por escrito do bispo do Funchal sobre o esquema «De Divina Revelatione»; tradução do latim para português realizada pelo Reverendo Padre Morna:

ACTA SYNODALIA SACROSSANCTI CONCILII OECUMENIC VANICANI II, *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales XC-XCV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, p. 827.

ANEXO 9: Propostas da diocese do Funchal para o Concílio

9

Excelentíssimo P. D. DAVID DE SOUSA
Bispo do Funchal (Funchal)

Funchal, 27 de Agosto de 1959

«*Eminentíssimos e Reverendíssimo Senhor,*

Nesta diocese do Funchal chegou devidamente a vossa carta de Vossa Eminência Reverendíssima do dia 18 de Junho de 1959, Prot. I C/59-519.

Louvo a Comissão Ante preparatória para o futuro concílio ecuménico, instituída pelo Pontífice João XXIII assim como louvo a nomeação de Vossa Excelência Reverendíssima para presidir competentemente à dita comissão.

Elevo a Deus vivas preces para que inspire os membros da Comissão, abençoe e dirija os trabalhos do Concílio Ecuménico e traga felicidades para todo o universo católico, na verdade para todo o género humano que Deus gostaria de trazer e traz.

Desconheço por assim dizer quais as opiniões, sentenças, conselhos e votos dos excelentíssimos bispos e prelados acerca das coisas que devem ser tratados no Concílio Ecuménico. Na verdade, a Diocese está a grande distância das grandes cidades quer da Europa, quer da África, quer da América. Trata-se de facto de uma ilha perdida no meio do mar.

Ousando, contudo, propor estas coisas, ao inefável concílio, pois que certamente venham a dar vida:

- 1) todos os cristãos, mais ainda todos do género humano, sejam unificados em Cristo, por Cristo, com o Seu Vigário, no Seu Vigário e pelo Seu Vigário para que, com efeito, seja cumprido o ardentíssimo desejo do Divino Salvador: unidade das ovelhas e unidade dos pastores;
- 2) profunda restauração e reforma da Igreja Católica, tanto no corpo como na alma, como se, aqui e agora, saísse para fora do lado de Cristo Jesus morto;
- 3) reforma do Código de Direito Canónico para que seja plenamente adaptado às exigências do nosso tempo;
- 4) reforma do Breviário, Missal e pontifical Romanos;
- 5) na celebração da Santa Missa, o sacerdote tenha diante de si os fiéis;
- 6) supressão das orações finais na Santa Missa;
- 7) leitura em língua vernácula pelo menos o Evangelho e a epístola da Santa Missa como também em língua vernácula a administração dos sacramentos do Baptismo,

Extrema Unção e do Matrimónio, para que se conceda aos fiéis uma participação viva;

- 8) codificação das leis da sagrada liturgia;
- 9) unificação do calendário eclesiástico;
- 10) toda a Sagrada Escritura em língua latina dos ofícios seja traduzida dos textos originais;
- 11) adaptação da disciplina vigente do ensino da Igreja sobre o jejum e a abstinência;
- 12) a urgência do preceito eclesiástico sobre a comunhão durante todo o ano, assim como o preceito de confissão, e não só por ocasião da Páscoa.
- 13) definição solene dogmática da Beata Virgem Maria como mediadora universal;
- 14) pensão dos clérigos inválidos seja acordada
- 15) reforma dos estudos nos seminários, principalmente na Filosofia e na Teologia;
- 16) codificação das leis da Santa Igreja em matéria social.

E Deus, etc.

✠ **DAVID DE SOUSA**
*Bispo do Funchal*⁵²¹

⁵²¹ ACTA ET DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO, Series I (Antepreparatoria) volumen II, Consilia et vota episcoporum ac praelatorum, Pars II, Typis Polyglottis Vaticanis, Europa, 1960-1961, pp. 592-593. Tradução realizada por Vitor Sousa e Ricardo Figueiredo.

ANEXO 10: Entrevista a D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal⁵²²

D. Teodoro (D.T.) – «Eu ao D. David de Sousa devo muito, embora com ele tivesse cá muito pouco tempo porque ele vem num período em que foi o período do concílio e quando chegou cá, veio para cá em 57, foi o ano em que fui para Roma estudar com o D. Maurílio. Ele foi nomeado bispo de cá (Funchal) em Julho, e eu fui lá e passei em Lisboa para o cumprimentar, ainda antes da ordenação e quando disse que ia para Roma para estudar Escritura ele ficou muitíssimo contente e quis saber todas as coisas e era bom que continuasse – porque o professor de Escritura tinha morrido lá num desastre em Lisboa, já há uns anos que não tínhamos – portanto, nesta ocasião eu fui para Roma com o D. Maurílio em Agosto e ele estava nomeado bispo do Funchal mas ainda não estava ordenado quando eu fui para lá. Mas tinha sido escolhido para ir para Roma pelo bispo que me ordenou, o D. António. O papa Pio XII antes, recebeu os bispos portugueses e pediu que cada diocese tivesse ao menos dois alunos a estudar em Roma. O colégio português tinha poucos alunos e o colégio ficou cheio nessa ocasião, entre 51 e 52 já não havia um quarto para cada um. É nesta ocasião que fui para lá estudar.

Esta época, que é interessante, é uma época antes do concílio. Como é que se encontrava a diocese do Funchal? Encontrou uma diocese, que o bispo anterior foi um grande organizador, D. António Manuel Pereira Ribeiro, esse teve muitos anos, um grande organizador, mas no fim da vida estava muito doente, e já não podia fazer assim todos os serviços. Por vezes acontecia até que estavam umas ordenações marcadas e ele estava doente, e uma vez aqui estavam os padres preparados para serem ordenados e ele adoeceu e não podia ordená-los. Como passou aqui um barco para a África com um bispo, lá pediram ao bispo para vir ordená-los e o “piloto” esperou umas horas mais, de noite, e foram ordenados de noite sem ninguém ver...foi feito de noite na Catedral com o barco à espera. E isto para dizer que neste último período a diocese já tinha necessidade de um bispo para tomar conta da diocese.

A diocese tinha 52 paróquias e havia os padres que eram coadjutores, os curas como se chamava. Ninguém gostava de ser cura; a verdade é esta. E nesse tempo era um pouco assim por todos os lados. De facto, havia sempre um certo desânimo. [...] Havia paróquias, como S. António que sempre tiveram Cura, devido à extensão da paróquia, às poucas estradas, não havia carros. Os padres não tinham carros próprios. Uma das coisas que quando ele (D. DAVID) chegou cá com o seu secretário, que era franciscano, - ele não tinha experiência

⁵²² Entrevista oral.

nenhuma do que era uma diocese, a verdade é essa, ele nunca pensou ser bispo diocesano. Não havia o que se chama um programa pastoral – era um professor de seminário.

O seminário cá tinha as aulas no seminário, tínhamos filosofia e teologia. A Santa Sé obrigou – primeiro estávamos todos juntos no seminário da Encarnação, ainda erámos 120 alunos, muita gente; as salas eram diferentes, a oração na capela em conjunto, a filosofia e teologia eram separados, até o recreio os mais velhos ficavam em cima e os mais pequenos ficavam em baixo. Mas para nós aquela casa era muito boa, era muito óptima mesmo. Mas veio cá um visitador e disse à Santa Sé que estávamos juntos e a Santa Sé obrigou a separar.

Vitor Sousa (V.S.) – E essa visita e decisão aconteceu antes da chegada de D. David à diocese?

D. Teodoro (D.T.) – Sim antes de ele chegar. E portanto, foi quando se comprou esta quinta (actual terreno do seminário diocesano do Funchal). Quando ela foi comprada cá eu estava já em Roma a estudar. Fui ordenado cá e estive cá nove meses. Neste tempo estive na

de S. António e estive a colaborar na zona do trapiche. Nesse tempo já havia autocarros até ao Trapiche. Nesse tempo, S. António tinha estes dois coadjutores, um estava na paróquia e outro era capelão dos irmãos de S. João de Deus. Lá em cima era praticamente um pároco, tínhamos todas as coisas como em baixo; menos os casamentos, as primeiras comunhões era em S. António. Mas a catequese era toda lá em cima, as visitas aos doentes, o serviço com os Irmãos; era um serviço muito interessante. Então nesse tempo tinha sido propagado a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, a primeira sexta-feira do mês. Na primeira sexta-feira do mês nós confessávamos; as pessoas não estavam obrigadas a confessar-se a não ser uma vez por ano. Com esta devoção ao Sagrado Coração de Jesus começou-se a comungar na primeira sexta-feira do mês, algumas ainda no sábado ou no domingo; e depois paravam. Não havia o hábito nem da confissão (era mensal, e já não estava mal) mas da comunhão não. Aquela ideia da comunhão na Páscoa da Ressurreição era o comum, muita gente só se confessava e comungava pela Páscoa. O tempo da Páscoa dava muito trabalho aos padres, confessavam muito. E depois durante o ano não; não se comungava nas missas; até na missa para não demorar muito tempo na comunhão, dava-se a comunhão depois da missa, não estava integrada na missa. O movimento litúrgico, que já tinha começado na Europa, ainda não tinha chegado muito ao sul da Europa. Havia uma coisa boa que era os missais, alguns muito bem feitos, tradução de alguns europeus onde tinha até, eu lembro-me quando era jovem seminarista e mesmo antes de ser seminarista já tinha um missal em latim e com o português ao lado; mas eu ia seguindo, o padre dizia a missa em latim, e eu ia vendo ao lado o que é que correspondia uma coisa com a outra. Era interessante.

Portanto, os Curas, havia assim nas paróquias grandes; S. Martinho tinha cura, S. Roque não tinha mas havia, Machico tinha, a Calheta também tinha. Havia muitos curas. A escolha do Cura com o padre, havia padres muitíssimos bons e que tratavam bem o seu Cura, o de Machico, por exemplo, sim. O de Machico teve muitos curas, o D. Maurílio teve lá um ano, o padre Jardim teve lá um ano e gostaram muito do padre que estava lá. Outro padre que tratava também muito bem dos curas era o do Estreito de Câmara de Lobos. O de São Martinho também mais ou menos. Mas às vezes os outros, assim na Calheta às vezes havia uns problemas com o cura; porque o que é que acontecia? Muitas vezes é que o padre já era mais velho, o cura era mais novo, mais mexido e o povo gostava mais do cura do que do pároco; era um problema, um problema porque o pároco via o coadjutor com uma outra formação e mais novos, era um problema. O seminário do Funchal nesse tempo era um seminário muito bom, tinha professores formados em Roma, tínhamos uma disciplina e uma ordem e estudávamos muito; nem na universidade faziam como faziam aqui no seminário. Quando eu cheguei a Roma lá para estudar teologia, tinha lá um rapaz, um padre que estava a estudar direito e nós falávamos. E ele dizia-me que o que tu fazes aqui, o que sabes de direito eu não conheço; lá no seminário onde eu estive ninguém nem os professores sabem como tu sabes. Porque o professor de direito que eu tive era o Agostinho Gomes que depois foi vigário geral, que estudou em Roma e que era professor; foi o grande vigário geral cá durante vários bispos, um homem de grande capacidade, ele não morreu a muitos anos. Mas isto para dizer que para compreender o D. David é preciso compreender um pouco o que vem atrás, é preciso abordar a parte do ambiente histórico. Era uma diocese que tinha bastante vida, tinha uma Acção Católica extraordinária, tinha aqui 300/400 rapazes na JOC. Lembro-me que quando era jovem padre, portanto foi naquele ano mas também quando vinha cá de férias, tínhamos dois movimentos impressionantes que era a acção Católica - já estava um pouco decaída -, mas tínhamos os cursos de cristandade. Os cursos de cristandade atraíam homens - havia poucos homens, ficavam atrás - mas com os cursos de cristandade estes homens ficaram com uma formação, com um amor a Cristo e à Igreja; encheram a igreja toda, iam cantar, serviam no altar, foi uma coisa extraordinária. A diocese do Funchal sobre este aspecto era uma diocese muito viva, em movimentos laicais - da acção católica, dos cursos de cristandade - a questão das religiosas, muita religiosa aí. A escola, a escolaridade com as professoras que eram todas da acção católica, as escolas eram óptimas para os alunos, toda esta gente que era formada na acção católica, que eram professoras - porque sabes que a Acção Católica tinha as cinco letras do alfabeto: os agrários, os escolares, os independentes, os operários, os universitários; tinha estes grupos todos. De forma que os padres que estavam na acção católica, tinha alguns padres só para isso. Não era uma diocese em decadência, cria mais vida

porque já tinha muitas forças vivas. A questão do laicado, destes movimentos era muito importante. Aos domingos, os padres que trabalhavam a acção católica rural iam sempre com grupos pelas diversas reuniões na diocese. A acção católica formava as pessoas para falar em público mesmo sem saber escrever nem falar. Havia líderes mesmo na acção operária que quando se fazia aquelas discussões, mesmo em Lisboa que falavam com a maior facilidade. Era um movimento impressionante. [...] As reuniões da Acção Católica eram semanais, semanais; já viste o que era. E tínhamos, por exemplo, para os jovens, junto ao museu de arte sacra, aquela casa, a casa da Acção Católica, nós tínhamos reuniões, aquela casa estava toda cheia, cada um com a sua sala, era uma espécie de uma “colmeia” com gente sempre a entrara e a sair até altas horas da noite que se preparavam. E também tinha o grupo dos operários. Os padres trabalhavam muitíssimo bem, os padres jovens, um foi o Pe. Mata e outro o D. Manuel Cabral – que foi bispo auxiliar de Braga, depois teve como bispo de Moçambique e depois voltou a Braga depois daquela questão da revolução. Mas estes dois padres, um do liceu, a questão do liceu, dos estudantes, dos professores de Religião e Moral era qualquer coisa de impressionante; centenas de jovens comungavam na primeira sexta-feira do mês, todos os meses, dava este grande trabalho aos padres para a confissão, para a preparação. Mas assim é que se foi preparando depois a comunhão frequente mas já depois do Concílio Vaticano II.

Ora, o D. David quando chegou cá tinha uma diocese muitíssima viva de coisas que ele não sabia. Vai encontrar este problema de uma diocese que tem paróquias muito grandes, como era a de S. António, como era a de S. Martinho – ainda hoje estão grandes. As paróquias coincidiam com as freguesias, isto aqui é muito importante: coincidiam com as freguesias. Ele ao ver esta coisa toda sentiu que era necessário fazer uma divisão, nesta ocasião, e começou a reunir o clero – não participei nestas reuniões porque já estava em Roma a estudar – são as chamadas conferências eclesíásticas; os padres vinham às conferências eclesíásticas.

Vitor Sousa (V.S.) – Sabe-me dizer, para além da conferência eclesíástica do Funchal, se houve ou não essas conferências eclesíásticas no restante território da diocese?

D. Teodoro (D.T.) – Havia aquelas reuniões de padres mas certamente que não tinham a importância daquelas daqui (Funchal). Mas quando ele pensou para resolver o problema dos curas, estiveram a discutir e mas discutiram muito – eu sabia em Roma o que estavam a fazer, porque no primeiro ano estive com o D. Maurílio e no segundo ano foi estudar um padre, o doutor Abel que foi estudar a História, o padre Abel Augusto da Silva, que era um grande cantor, corria quando seminarista toda a Madeira a cantar, tem uma voz maravilhosa, era de S. António, erámos muito amigos. Ele foi para Roma estudar História e Arte, na diocese ele conhecia a arte das igrejas todas, infelizmente era muito doente do estômago e morreu cedo. E

sabíamos o que se passava cá e tínhamos o Jornal da Madeira que nos mandavam para Roma; quando ele chegava lá nós reuníamos – erámos quatro nesse tempo, estava o Rufino a estudar música - , eramos quatro e liamos e sabíamos as notícias todas, pelas cartas que mandavam e depois vínhamos aqui de férias e conhecíamos, portanto, todo o ambiente todo. Não foi uma coisa fácil chegar a um acordo da divisão das paróquias porque muitos párocos que tinham uma paróquia grande não queriam que ela fosse dividida, foi uma coisa assim muito difícil. O D. David empenhou-se na parte pastoral, o resto não sabia mais nada, não sabia, não tinha prática; sabia de escritura, era professor, o seminário estava a funcionar. Tinha uns cónegos que conheciam muito bem a diocese e que o ajudaram muito, entre eles o cónego Camacho [...]. Ele encontrou gente que conhecia, embora ele quando veio para cá trouxe um secretário dele, foi um franciscano, que fez alguns erros na Madeira. Porque antes o D. António tinha tido os secretários daqui; na câmara eclesiástica, aquilo estava cheio de papelada por um lado e outro, que o outro (secretário) quando chegou, começou a fazer o que chamavam aos padres um “acto de fé”: queimaram muitos e muitos documentos, uma coisa louca. E os padres quando viram aquilo, os outros dois sabiam aquilo o que era, alguns foram documentos importantes...não se entende o D. David como é que deu o poder àquele padre que para arrumar começou a queimar coisas. [...]

Mas como ele estava cá como este desejo de subir em 57 e esteve cá até 65; o concílio começou em 62 mas antes do concílio já se começou a falar na preparação para concílio. Foi durante este tempo que ele foi pensando, estava em Roma e falava já nisto com aquelas divisões todas. Ele depois concebeu a ideia de que o mínimo que uma paróquia tinha que ter era 2.000 pessoas; nesse tempo a Madeira estava cheia de gente. O que ele não pensou é que uns anos logo a seguir veio a questão da revolução e houve aquelas imigrações e paróquias ficaram com 300/400 pessoas. Ao mesmo tempo, como ele tinha padres mas não tinha tantos para a divisão porque ele criou 50 novas paróquias, cinquenta; algumas nunca existiram, uma delas foi a do aeroporto, e eu tive que anular seis mas podiam ser oito ou dez porque algumas nunca funcionaram. [...] Houve essa questão da divisão. Mas como foi um plano geral, que talvez como estudo fosse bom, como por tudo em prática não, deu um descalabro. Porque imediatamente, com esta criação de paróquias, as paróquias começaram a funcionar em pequenas capelas, não havia igrejas. E depois daquela ocasião começa aquela questão da guerra de África, todos os problemas e o dinheiro já era muito pouco; foi quando as pessoas começaram a imigrar. E para fazer uma igreja não sabia como fazer, arranjam aqui um modelo de uma igreja assim mais barata para todos, o que é certo é que uma delas, a da Ribeira de Machico que depois caiu o tecto. Ele teve oito anos cá só, teve ali um período de três bispos que estiveram pouco tempo: foi ele, foi o D. João Saraiva e foi o D. Francisco.

Foram períodos muito pequeninos para um bispo conhecer, não deu para conhecer a diocese; a diocese não se conhece sem ter muito mais tempo ou então como foi o D. António, que o D. António veio para cá como cônego, conhecia a diocese, foi feito bispo e depois nesse tempo o bispo ficava para sempre – não tinha bispos eméritos. [...] De forma que essa divisão foi feita assim um pouco segundo o feitio dele (D. David), raciocinou, pegou naquilo e fez. Qual foi a grande desilusão dele? Queria que o governo chegasse a acordo e que as paróquias fossem freguesias. O governo nunca recebeu isto até hoje. [...] Da parte governamental viu que aquilo que não dava. [...]

Quando o D. David de Sousa estava cá por causa das igrejas, ele estava aflito, apressava os padres, não havia dinheiro, não sabia o que fazer, não havia um arquitecto de igreja; ninguém sabia; os arquitectos de cá sabiam fazer armazéns. O primeiro padre a ir ao continente para contactar um arquitecto foi o padre Alberto que estava em Câmara de Lobos, na paróquia do Carmo por causa da igreja do Carmo. Mas durante o tempo do D. David, durante oito anos, não sabia se havia uma ou duas. Só depois é que aparecem arquitectos mas não no tempo do D. David. Quando veio o Concílio, durante este ano o grande trabalho cá foi falar aos padres sobre o concílio. Ainda me lembro que quando chegou da primeira sessão do concílio, que chegou a dizer que o papa tinha um cancro e que o papa ia morrer. [...] Portanto, nesse tempo ainda antes do concílio, a forma de pastoral das dioceses era muito diferente do período conciliar. Ainda não havia obrigação de o padre fazer homilia em todas as missas; ele ia crismar e quando crismava falava. Ele na Sé algumas vezes falava escrito mas não era assim muito. Nesse tempo D. António não deixou muito; não havia a ideia de que a homilia escrita era uma homilia do bispo e dos padres. Um padre que lia no púlpito era considerado um ignorante e o bispo também. Um que às vezes lia mas mais do que ler explicava as palavras era o D. António Manuel Pereira Ribeiro. Portanto, é normal que não haja muitas homilias escritas.

Contudo, um género de documentação, a parte da câmara eclesiástica não te permitirão ver, mas há muita coisa que estão em pastas. Podes perguntar é à DRAC, há um senhor que é o Doutor Marcelino. Dentro dos padres de então: Cón. Pita, Cón. Damasceno. O seminário deve ter alguma coisa.

O grande trabalho dele (do D. David) foi a questão das paróquias. A questão dos números de almas nas paróquias foi uma coisa que falhou logo a seguir por causa da emigração. Houve certas paróquias, como as da calheta, em que os rapazes se crismavam e emigravam para a África do Sul e Venezuela por volta das décadas de 60, logo a seguir à guerra de África. [...]

Vitor Sousa (V.S.) – E em relação à questão do ambiente social e político, concretamente nas décadas de 50 e 60 quando chega D. David, como estava a Madeira?

D. Teodoro (D.T.) – Nesse tempo, a questão política, ainda não tinha vindo a revolução ainda era o tempo do Salazar e ninguém contestava. O que fez mais contestar o Salazar foi a guerra de África, os jovens não queriam ir para África. Os comunistas começavam a entrar por um lado e outro. Mas quando eu ainda estava cá, lá no seminário falar contra o Salazar ou o governo de cá ninguém falava. Só o cónego Fulgêncio, que era nosso professor, que lia o *OBSERVATORIO ROMANO* dizia que o “*OBSERVATORIO ROMANO* tem estas coisas assim e não está muito contente com isto”. Eu quando cheguei a Roma, lá em baixo do Colégio tinha um pequenito com uns 6/7 anos e ele diz “Salazar é um ditador”; eu nunca tinha ouvido aquilo, nunca. Mas depois lá ao falar com os padres que vinham de Portugal, ah, Meu Deus. E Salazar sabia disso; numa entrevista que deu ao jornal italiano, ao grande jornal *Corriere della Sera* dizia: “Eu bem sei que os padres vêm para cá têm umas certas ideias mas quando eles chegam a Portugal eu ponho-lhes os dedos; uma coisa horrível. Mas, portanto, a questão política no tempo de D. David, D. David não teve problemas políticos; era normal, era o governo. Não se ponha esse caso ainda, isso veio mais tarde em 74. Nesse tempo a situação era pacífica, tínhamos um governador que era um “pau-mandado” mas era um homem bom habitualmente, que ia à igreja. Não havia problemas desse género. Não havia muito dinheiro mas não havia muito exigência, vivia-se pacificamente melhor do que agora.

Vitor Sousa (V.S.) – Havia na época da parte do D. David e também do episcopado português, a partir da década de 60 uma preocupação pela “boa imprensa”, a questão de evangelizar e cristianizar a sociedade?

D. Teodoro (D.T.) – Sim, sim era o grande meio. Aqui na Madeira nós na imprensa já tínhamos, D. António tinha criado a folha do *Jornal da Madeira*. Portanto, aí tivemos sempre. No meu tempo de seminário tivemos um cónego, o Cónego Fulgêncio, o cónego Fulgêncio era um grande jornalista e escrevia quase todos os dias para o *Jornal da Madeira*, tinha sempre um artigo de fundo que vinha na primeira página, nesse tempo era o comum. Lembro que às vezes estava no seminário e eles telefonavam do jornal a pedir um artigo. E ele ia ditando o artigo por telefone para eles escreverem. O cónego Fulgêncio assinava e lia o *Observatório Romano* quotidiano e pelo qual seguimos o Concílio Vaticano para além da rádio. [...] D. David respeitava-nos (seminário) muito, até porque o D. David quando eu estava a estudar em Roma, estudei o bíblico e depois disse que queria ir a Jerusalém mas que era preciso pagar e era um pedacinho mais caro e ele favoreceu logo ... agradeço-lhe muito isto, ele nunca fez dificuldade exactamente porque era Sagrada Escritura, compreendia a importância. O D.

David sob este aspecto, e não é só para isso, e mesmo para Roma, ele mandou muito padre a estudar para Roma. O tempo dele foi o quando estivemos mais padres a estudar em Roma com a preocupação da formação do seminário e também das paróquias. E ele como tinha estudado em Roma e via que isto era fundamental, ele sob este aspecto o D. David nunca dificultou os estudos. Depois de virmos nós para cá (D. Teodoro e D. Maurílio, então padres) ainda foi para lá o Manuel Cabral, que depois foi bispo, quase que era nomeado bispo a estudar em Roma, depois mandou outro para Direito Canónico, o Agostinho Figueira que já era cónego. O D. David sobre esse aspecto da questão de formação do seminário, de preparar as pessoas foi muito bom. E o seminário estava inteiramente, aqui o tempo em que estávamos cá os quatro dizia-se que era o melhor seminário de Portugal. Nesse tempo havia seminários em todas as dioceses, a universidade vem um pouco depois. O seminário de cá e como os nossos professores liam e nas férias iam sempre ao estrangeiro para ver o que é que havia mais disto ou daquilo. Sobre o aspecto cultural e de estudo e de formar pessoas nunca mais teve nada que se comparasse a isso, de culto e de leitura; sobre esse aspecto, este período aqui foi um período muito rico. Ele vem já continuando – que é uma coisa que é preciso ver na história da diocese do Funchal – desde D. Manuel Agostinho Barreto. O século XIX foi um século horrível para todo o Portugal e para a Madeira foi desgraçado, foi dos piores. Deixou de haver seminário, a maçonaria pegou nisto tudo, os liberais foi uma desgraça autêntica. E daí os bispos coitados vinham cá e iam-se embora. Então no fim quando vem D. Manuel Agostinho Barreto, Deus mandou também os grandes carismáticos, porque mandou a Madre Virgínia, a Irmã Wilson, depois para ajudar naquele ambiente veio o Imperador (Carlos d'Áustria). Nós tivemos aqui coisas que ajudaram muito neste crescimento espiritual. Os padres formados aqui no princípio do século XX, formados pelo seminário por D. Manuel Agostinho Barreto e depois pelo nosso seminário além (seminário menor da Encarnação). [...]

O D. David teve sempre os seus secretários franciscanos vindos de Lisboa ou pelo menos a maioria os seus secretários eram franciscanos.

[...]

Mas esta questão do D. David de Sousa, ele ainda era um bispo novo e foi daqui em certa maneira promovido para ir para Arcebispo de Évora; isto é preciso ver. Apesar de tudo o que aconteceu cá com todas estas coisas todas, ele foi promovido. Portanto, não teve assim problemas da parte da política, não havia nesse tempo, era coisa normal. Enquanto não começou a guerra de África e depois da política dos comunistas.

Vitor Sousa (V.S.) – E do ponto vista social como é que estava a Madeira nestas duas décadas de 50 e 60? Sei que entretanto em 1960 D. David escreve uma carta sobre os nossos pobres em que fala muito da pobreza cá na Madeira.

D. Teodoro (D.T.) – Havia pobreza mas não havia miséria. Havia uma agricultura que fazia com que não houvesse fome e nos campos não havia fome. Era simples. Não tínhamos exagero no comer. No seminário comia-se milho todos os dias. [...] Muita gente trabalhava na agricultura e ganhava-se pouco mas sempre havia de comer. Quando começou a imigração começou a entrar muito dinheiro para a Madeira e muitas paróquias do oeste e norte da Madeira. [...]

Vitor Sousa (V.S.) – Houve algumas reacções a esta carta de D. David entre as quais uma na qual se louva a carta de D. David e também uma nota em relação aos padres da Madeira fazendo uma crítica à forma como o clero vivia. O clero, segundo esta reacção, vivia aburguesado nesta época. Concorda com esta opinião?

D. Teodoro (D.T.) – O clero que vivia aqui nesta zona do Funchal vivia bem mas modestamente, não se viajava para fora nem isto nem aquilo. Nas paróquias onde já tinha imigrantes e que mandavam para agradecer a Deus as graças que lhes dava e que tinha missas cantadas todos domingos de manhã e na véspera com cantores aqui do Funchal, estes tinham muito dinheiro, mais dinheiro. É por isso que aquilo que eu dizia que nesse tempo haviam as paróquias como as das Calhetas e a Fajã de Ovelha que se chamava a “Venezuela dos padres”. Mas era por causa das Festas que eram todas, havia aqui grupos que iam todos os domingos cantar àquelas festas. Depois então, os padres cá do Funchal iam pregar. [...] Havia muitos pobres na zona do Funchal e havia dificuldades. Depois havia o grande problema do Álcool na sociedade.

Vitor Sousa (V.S.) – Em relação ao ensino católico na época, a criação do secretariado diocesano da catequese é pensado com a chegada de D. David ou já tinha sido pensado antes?

D. Teodoro (D.T.) – Não. O clero diocesano era um clero bem formado, era um clero que tinha ideias e que queria progredir. A força, não quer dizer que o bispo depois não fosse necessário, não foi dele. O único trabalho onde ele se esforçou foi a criação das paróquias, quanto ao resto foi forças dentro da própria diocese.

Como eu já te disse, a questão da educação cá, religiosa nas escolas primárias era ótima; nos liceus era pouca gente que estudava nos liceus, era praticamente o liceu e não havia escolas assim por outro lado. Mas no liceu tinha dois professores, ao menos, de Religião Moral que eram extraordinários. Portanto, a questão da educação religiosa era depois com a

Acção Católica que era assim muito capilar e com os Cursos de Cristandade, a Igreja tinha um brilhantismo impressionante. Lembro que quando era os Cursos de Cristandade tínhamos uma missa dos Cursos à terça-feira de manhã cedo; a Sé estava completamente cheia de leigos, estavam a cantar e a rezar e com os seus filhos; e depois íamos tomar café ao lado com toda a gente, tinha médios, tinha advogados, tinha toda a gente. Alguns convertidos cem por cento, tínhamos ali leigos que eram extraordinários. Depois do Concílio Vaticano II fez-se alguma coisa mas depois decaiu muito porque houve aquelas contestações muito graves, porque todos os concílios têm uma revolução cultural. (tenho de ver se publico aquela questão sobre o concílio 50 anos de pois, eu vi a coisa o que era, foi uma destruição mesmo em Roma e aqui também com estes padres, foi tudo uns atrás dos outros como carneiros e em Lisboa também, o seminário dos olivais esteve fechado). Com João Paulo II então melhorou muito.»

ANEXO 11: Entrevista ao P. Agostinho Jardim Gonçalves⁵²³

VITOR SOUSA (V.S) – Como foi recebida por parte da “Igreja da Madeira e Porto Santo” a notícia da nomeação de D. Frei David de Sousa para bispo do Funchal?

P. AGOSTINHO JARDIM GONÇALVES (P.A.J.G) – A morte de D. António Manuel Pereira Ribeiro, embora sentida com pesar pela população em geral, representou na opinião pública do tempo, um abrir de expectativas de carácter eclesial compreensíveis, ao fim de um pontificado demasiado longo, embora com muitas virtudes, mas sem frescura, imaginação pastoral, numa palavra, anquilosado.

Já chefe de redacção no Jornal da Madeira, por nomeação do Vigário Capitular, pude pelas minhas funções, aperceber-me da onda de curiosidade positiva do clero em geral e da sociedade madeirense, cansada da rotina em que a igreja madeirense há muito se instalara. Mas também me dei conta do nervosismo perante o "desconhecido" e o "novo" que necessariamente o recém nomeado bispo representava. Desde as figuras maiores da chamada, ao tempo, "câmara eclesiástica" aos superiores do seminário, que acabava de conhecer o relatório da "Visita Apostólica" que recentemente se realizara por decisão da Santa Sé; desde a magna Confraria do SSS da Sé, onde vigoravam as figuras de especial projecção social e política do arquipélago até aos dirigentes diocesanos da Acção Católica: todas estas figuras viveram momentos de interrogações incómodas, que padres jovens, seminaristas e leigos, mais sensíveis às mudanças do tempo, comentavam com curiosidade legítima, mas também com alguma ironia que as alterações no interior da Igreja quase sempre provocam.

Além disso, D. David era um desconhecido, religioso franciscano, enviado para uma diocese marcada, nas últimas décadas, por uma espiritualidade preferentemente jesuítica, o que dificultava o "pôr-se a adivinhar" o que poderia a diocese esperar do novo bispo. Acresce que as comunicações com Lisboa eram morosas e difíceis... Até que um dia desembarcou!

Um desembarque tempestuoso, que não permitiu que o barco se aproximasse de terra. Para muitos, presságio de tormentas futuras e maus desígnios; para outros, como ouvi, só a ameaça de um dilúvio "purificaria a diocese de males incorrigíveis": Desembarque trágico-cómico que alterou tudo quanto se havia preparado para tão solene entrada de um bispo na sua diocese: na praia negra do porto da Cruz e não no esplendor do cais da capital da ilha,

⁵²³ Entrevista realizada por escrito entre os dias 21-10-2014 a 23-11-14. O Pe. Agostinho Jardim Gonçalves nasceu a 26 de Janeiro de 1932 na Ilha da Madeira e foi ordenado presbítero a 22 de Novembro de 1956 na Sé do Funchal. Apesar de estar a exercer actualmente o seu ministério no Patriarcado de Lisboa é membro do presbitério da diocese do Funchal. Foi nomeado pelo vigário capitular da Diocese do Funchal chefe de redacção do Jornal da Madeira. Cargo que exerceu entre 1957 e 1960, altura em que saiu da Diocese para ser o assistente nacional da JOC e da LOC em Lisboa.

hospedagem de circunstância, na casa episcopal secundária de S. Jorge, logo recusada pelo novo bispo, vinda "quase secreta" para o paço episcopal no Funchal, anulação do Te Deum e do banquete no Palácio de S. Lourenço de cujas iguarias se locupletaram os residentes do palácio e jornalistas "atrevidos". A entrada solene só se efectuaria no domingo seguinte, ainda chuvoso e triste, como o confirmam fotografias do momento.

V.S – P. Jardim, quando fala da "sociedade madeirense, cansada da rotina em que a igreja madeirense há muito se instalara", de que tipo de rotina se trata? Consegue descrevê-la?

Caro P. Jardim, no seu entender, e como chefe de redacção do Jornal da Madeira, como caracteriza a imprensa madeirense em relação à Igreja madeirense nas décadas de 50 e 60? Que desafios se colocavam ao Jornal da Madeira neste período?

P.A.J.G – Amigo, antes de continuar a responder à tua "ladainha" de questões, dou despacho às duas questões provocadas pelo meu 1º texto. Quando falo de rotina quero dizer isso mesmo: a vida da Igreja madeirense nessa altura e de há muitos anos, não conhecia caminhos novos. Em matéria pastoral tudo se conformava a receitas muito antigas, repetidas como se nada de novo, no mundo e até noutras dioceses, se passasse. O bispo, sem negar as suas qualidades, ali estava há mais de 40 anos, os seus mais próximos eram pessoas já sem vigor e os sacerdotes e leigos que, pela sua idade jovem ou pela sua formação em universidades estrangeiras (Gregoriana e não só) conheceram resistências que levaram alguns ao desânimo (casos do P. Maurício de Freitas, P. Joaquim da Mata e outros, são esclarecedores). Sonhava-se com um tempo novo. Iria chegar?

Quanto ao Jornal da Madeira, adio a resposta, pois disso me ocuparei quando falar da ação de D. David.

V.S – Tendo em conta a situação da Igreja madeirense, diga o porquê da nomeação de D. Frei David de Sousa para bispo do Funchal?

P.A.J.G – Nunca ouvi referido que a escolha do novo bispo tivesse obedecido a particular preocupação com a situação particular da diocese do Funchal. D. David não era, ao tempo, personalidade destacada na opinião pública do país. Na Igreja, o seu nome ganhara, entretanto, especial relevo pelo valor doutrinário e retórico das conferências que recentemente proferira na igreja de S. Domingos, ao Rossio, Lisboa. A sua preparação, sobretudo bíblica, ganhara então especial relevo.

V.S – Como descreve D. David de Sousa?

P.A.J.G – A imagem com que se apresentou aos seus diocesanos foi a de um bispo sereno, consciente da sua missão, de trato cordato sem perder o carácter de seriedade, que não tinha qualquer laivo de autoritarismo. As suas primeiras tomadas de posição, ou seja a substituição de responsáveis em cargos públicos, foram sempre precedidas de consultas e diálogo, embora tivesse o condão do convencimento e, em última análise, acabava por vingar uma decisão sua, se julgasse que era a melhor. A título de exemplo, a substituição do diretor e administrador do Jornal da Madeira que, sendo leigos, foram substituídos por sacerdotes. Estava-se ainda num tempo, anterior ao Vaticano II, em que o lugar dos leigos na Igreja não era o que seria depois. D. David era um bispo que dava em tudo a prioridade à dimensão religiosa da sua missão, a começar pela sua vida pessoal, marcada por uma profundidade espiritual, por todos reconhecida. A sua presença na "vida social" restringia-se a uma participação imposta pela cultura político-religiosa do tempo, sem exageros, mas também sem desculpas. Esta sua posição, acrescentada de algumas opiniões suas que testemunhei, declarava-o não só respeitador do regime político estabelecido, mas convencido de que esse sistema político era o que mais convinha ao país e ao arquipélago. Quando um dia, tive de questioná-lo sobre um velho compromisso do Jornal da Madeira com o Governo Central, acedeu ao meu parecer, mas foi dizendo que, ainda um dia, se teria saudades do regime político então vigente.

V.S – O que trouxe consigo D. David de novo para a diocese do Funchal? Na sua opinião, que prioridades teve D. David na diocese?

P.A.J.G – Ao contrário do que hoje acontece, D. David não chegou à sua nova munido de um "programa pastoral" bem definido e detalhado. Mas, no seu discurso de tomada de posse há sinais claros de que tivera a preocupação de se informar sobre a realidade madeirense e, em termos gerais, dizer ao que vinha: ser fiel à sua missão de pastor numa Igreja que tinha uma história moldada pela Fé dos seus antepassados. (Proponho que procures no arquivo do Jornal da Madeira essa sua alocução). Lembro-me de uma particularidade que impressionou os ouvintes que enchiam a Sé nesse dia: na altura das saudações, as referências que fez foram exaustivas, coisa que a todos espantou, pois não era hábito isso acontecer por parte dos hierarcas da Igreja em circunstâncias semelhantes; a todos saudou, personalidades e instituições, incluindo os clubes desportivos.

Um outro sinal que poderá ser interpretado como anúncio de orientação a dar à sua ação pastoral, foi o facto de se fazer acompanhar, como seu secretário, de um membro da mesma Ordem religiosa. Entre o clero, tal "novidade" causou alguma estranheza, pois havia na diocese sacerdotes aptos para esse cargo. Mas correu outra interpretação: conhecendo D. David a importância que os franciscanos tiveram na cristianização do arquipélago desde a

sua descoberta, poderia ser sua intenção reanimar a espiritualidade franciscana como força espiritual da sua ação episcopal. (Seria interessante ouvir padres mais idosos no seminário da Luz em Lisboa, se esta interpretação "peregrina" tem algum fundamento).

Dito isto, acrescente-se que cedo os seus planos se foram revelando no seu trabalho apostólico, continuado e tenaz, que abordarei ao responder à questão nº 3.

V.S – Como descreve a sociedade madeirense (a nível social, político, religioso, ...) da segunda metade do século XX, concretamente nas décadas de 50 e 60?

P.A.J.G – Esta é uma questão que, em sua investigação, é de contexto primariamente nacional, e que vem já respondida através de uma literatura vastíssima que ainda hoje é da ordem do dia. Entretanto, porque a "insularidade" tem as suas originalidades, pensei traçar umas linhas gerais do que, a respeito, vivi e senti, no tempo, o mais próximo possível da época em que D. David foi bispo do Funchal. Vamos por partes.

– no campo económico-social : nos fins dos anos 50, início dos anos 60, a pouca distância do termo da 2.^a guerra mundial, a Madeira sofria ainda da penúria de uma economia de fraca produção e rentabilidade, assente em estruturas de propriedade arcaicas e injustas (v. gr. o sistema de colônia, a dependência do empreendimento estrangeiro, britânico sobretudo, que tinha em suas mãos as principais forças produtivas, desde o açúcar à borracha, do vinho aos bordados, do tabaco à banca e à imprensa mais atualizada tecnicamente, etc...), o que tinha como consequência a chaga social de uma população pobre, nalguns casos miserável, com alto grau de analfabetos, vivendo perdidos por montanhas e vales, privados de educação, de serviços de saúde, ignorantes dos seus direitos e entregando-se a formas de alienação de que o alcoolismo era a mais traiçoeira portadora de degradação e tantas vezes causa de enfermidades, desordens sociais e crimes. Restava o caminho da emigração, esse fenómeno atávico do todo nacional, mas que, na Madeira, era uma fatalidade, destrutora de sentido de vida em liberdade, de separação de famílias e de um desenraizamento cultural que tinha o seu efeito mais contraditório nas remessas financeiras dos emigrantes que, ao fim e ao cabo, acabavam por vir sustentar uma terra que lhes havia negado o mínimo para a sua sobrevivência e dos seus.

A suavizar este quadro, registre-se o surgimento de uma reduzida classe média, integrante de profissionais liberais, de funcionários públicos, de um operariado urbano que conhecera outra forma de viver, ao trabalhar na construção civil que teve especial, embora limitada expressão, no fim dos anos 40 e princípio da década de 50.

– na esfera política : vivia-se numa ditadura, há mais ou menos 30 anos, quando o novo bispo chega à Madeira. Liberdades? Respeito pelos direitos os mais elementares?

Possibilidade de organizar-se sindical, social ou politicamente? Não. Vivia-se ao ritmo de um silêncio ensurdecedor, que era o pano de fundo de uma resignação generalizada ou talvez de um medo bem assimilado, que apontava o "inimigo"... sem rosto, mas coincidente com a indicação dos cerceadores de toda e qualquer liberdade, e que dava quase sempre pelo nome de "comunismo". Trabalhavam nesse sentido a censura, a delação policial, os organismos estatais e paraestatais para jovens, para adultos "bravos e patriotas", para mulheres submissas e bem comportadas, para trabalhadores, cavadores e bordadeiras. Tudo estava previsto e enquadrado.

– na área religiosa : era sobretudo a Igreja Católica, uma diocese com larga tradição, comungando da mesma fé e da mesma cultura que atravessava - e era aceite- as demais dioceses portuguesas. Além disso, outras confissões religiosas, com fraca expressão, que sobreviveram às perseguições de tempos antigos, ou se impuseram pelas colónias estrangeiras que serviam, como o caso da Igreja Anglicana. Mas da nossa Igreja, falaremos mais adiante.

V.S – Como descreve o clero madeirense das décadas de 50 e 60 do século XX? O presbitério madeirense era suficiente para o serviço religioso, para a assistência espiritual que se esperava por parte dos fiéis? Como viviam os párocos e os vigários paroquiais?

P.A.J.G – Como não escapo a remeter-me a generalizações, dada a vastidão e pluralidade do tema, prefiro sublinhar os aspetos mais comuns da classe eclesiástica (sacerdotes) de consensual observação nas décadas 50/60, em que incide o trabalho do Vitor.

Primeiramente, uma referência ao número de padres na relação com as necessidades da diocese. Trata-se de uma questão, que nem era assunto de preocupação, nem de "conversa de café": havia padres suficientes para acorrer aos afazeres pastorais (linguagem raramente utilizada no tempo). O seminário, e mais tarde os seminários, estavam bem lotados, o ser padre era ainda uma distinção social, facilitada por um curso de nível reconhecidamente superior e de custo acessível. Padres havia, e preparados, segundo as regras estabelecidas por essa altura, por sacerdotes e um ou outro leigo, cuja dedicação e competência não desmereciam do que sucedia noutras dioceses. Pela evolução dos tempos e com os horizontes abertos pelo Vat. II, cedo se manifestaram necessitados de atualização. Mas o embate de tudo isto apenas se anunciou, e não mais que isso, no pontificado de D. David de Sousa. O embate maior dá-se no pontificado do seu sucessor. Com D. David, a situação era pacífica: um clero que vivia a espiritualidade do tempo, incrementava a piedade, hoje chamada popular, com consciência da sua missão, embora salpicada aqui ou acolá, por casos menos exemplares que a sensibilidade eclesial e social dessa altura tratava de não converter em escândalo público. A

situação económica do clero estava ainda confiada aos proventos que cada um conseguia ou adquiria. Não havia segurança social...Estão explicados alguns exageros...

Os padres eram nomeados para os seus diferentes cargos, por razões e critérios que eram muitas vezes criticados, mas que não sofriam contestação, tanto mais que tudo se passava num secretismo a que só tinham acesso os "mais próximos" do bispo. Reinava a lógica da obediência, hoje tida como "asfixiante", mas na altura significando um alto grau de virtude.

Isto não quer dizer que algumas figuras "venerandas", enaltecidas no pontificado anterior, não constituíssem um círculo próprio, que D. David soube respeitar e, quando necessário, atuar sem ferir. Finalmente, uma referência a um estrato do clero, geralmente sacerdotes já idosos, que viveram situações sociais, políticas, culturais e eclesíásticas, marcadas por outros ventos da história, mas que tinham o seu cariz próprio, relativamente distantes da autoridade eclesíastica, de mente especialmente aberta e liberal, "quantum satis", mas de diálogo enriquecedor e de especial reconhecimento pelas camadas sociais, que não se conformavam com o status quo político e cultural da época. Eram ícones dum clero do passado que certamente não incomodavam o bispo.

Uma nota final, que antecede por uma interrogação : era D. David de Sousa um clerical?

É um risco afirmá-lo, pois é certo que, em diversas circunstâncias, manifestou especial empenho em valorizar os Movimentos de leigos da diocese em termos que o Vaticano II viria a confirmar. Mas não deixa de ser verdade que algumas das suas decisões deixavam entender que a sua confiança ia predominantemente para a clerezia substituindo leigos por padres, em funções que encontrara já confiadas a leigos. A título de exemplo os cargos de diretor e administrador do Jornal da Madeira, o ecónomo da diocese e a formação de sacerdotes para docentes de ciências civis, com grau superior, na ideia de que o seminário não precisasse de socorrer-se, mais tarde, de leigos, conhecedores dessas matérias. Ter padres, bastantes e bem preparados foi uma das preocupações maiores de D. David.

Disso talvez nos diga alguma coisa a novidade que introduziu mal chegou à diocese, a de ordenar sem especiais demoras os candidatos ao sacerdócio, terminada a sua formação teológica. Nisto, contrastava com o seu antecessor que "punha à espera" até ao desesperante, numa atitude de dúvida ou de insegurança quase doentias.

V.S – Como se realizou o processo da divisão e desmembramento das paróquias? Que papel teve D. David neste processo? Que instrumentos e pessoas utilizou D. David para conseguir realizar esta extraordinária pastoral? Que reacções suscitaram nos fiéis, no

clero e na sociedade? Quando, onde e em que situação ocorreu esta necessidade de passar à prática, isto é, de se concretizar este processo?

P.A.J.G – As questões tratam da "famosa" divisão das paróquias que a Igreja da Madeira, em geral, acolheu com simpatia: uma proposta que correspondia a necessidades localizadas, permitindo sobretudo uma pastoral de proximidade de que o atual Papa Francisco viria a fazer bandeira do seu pontificado. Aceito que nalguns casos se foi longe demais e que tenha havido um certo amadorismo técnico, compreensível pela carência de recursos de várias ordens, dado o momento em que tudo se passou.

Pude testemunhar a maneira inteligente, dialogante e persuasiva com que se preparou a diocese e se conseguiu o acordo da maioria das paróquias. Caso, publicamente conhecido de desacordo, recorde, pela sua projeção social, o do P. Urbino Lobo, pároco de Santa Luzia e diretor espiritual do seminário. Lembro ao Vitor que é indispensável ler e estudar o Decreto Canónico que coroou e tornou definitiva essa divisão das paróquias.

Porque saí da diocese praticamente nessa altura, não posso pronunciar-me sobre a maneira como tudo isso se tornou efetivo e a ação pastoral que acompanhou a implementação da nova arquitetura demográfico-pastoral das paróquias madeirenses. Além dos bispos Maurílio e Teodoro, ainda poderão juntar mais alguns dados o Cón. Damasceno e os padres Ângelo, Anacleto e ainda o cón. Ernesto.

V.S. – Que implicações teve a dimensão política para “Igreja da Madeira e do Porto Santo”? Qual era a relação entre a Igreja e o Estado nas décadas de 50 e 60 do século XX no arquipélago da Madeira?

P.A.J.G – [...] volto ao problema da divisão das paróquias. [...] Por mim, continuo a pensar que a iniciativa do bispo David foi um facto histórico bem acolhido na nossa diocese e aí, talvez o mais arrojado na segunda metade do século XX.

Passemos à questão 9. Trata-se das implicações políticas da acção da diocese nas décadas 50/60 do século XX.

Vastíssimo e originalíssimo tema que pediria uma tese própria de estudiosos conscientes, pertencentes ou não à Igreja. De forma adequada, objectiva e abrangente, ninguém até hoje ousou fazê-lo. E se aceitei dizer-lhe alguma coisa é porque se trata do pontificado do bispo David, a etapa menos complexa do período a que o questionamento do Vitor se refere.

O arquipélago da Madeira, coincidente territorialmente com a diocese do Funchal, encontrava-se na altura do consulado do bispo David, politicamente uniformizado com o País de que fazia parte: Portugal, um só país, dominado por um regime político ditatorial.

Em geral, tudo corria sobre rodas, mesmo quando no Continente se começavam a abrir sinais de oposição a Salazar, de que serão acontecimentos mais significativos a candidatura de Humberto Delgado à presidência da República e a CARTA DO BISPO DO PORTO.

Mas na Madeira, a Igreja não se revela inquieta, nem os católicos tinham qualquer veleidade em "levantar ondas" quando as águas eram de acalmia e de conformidade, piedosa e reverente. Os padres que vinham dum passado diferente, em geral tinham já falecido, o clero em funções fora educado na reverência grata por este novo regime que "era amigo da Igreja, não perseguia padres ou freiras, tomava parte nas festividades religiosas, porque assim devia ser"... e sobretudo defendia o País de ideias perigosas e costumes estranhos.

E D. David neste quadro? Era um bispo prudente e discreto, mesmo quando, mais de uma vez, reconhecendo que nem tudo estava bem, mo manifestou, como chefe de redação do Jornal da Madeira, mas refugiando-se sempre no argumento de que o que vier depois, será pior para a Igreja e para o país. (Palavras suas: "ainda haveis de chorar por esta gente..."). Tanto no caso de Humberto Delgado como no do bispo do Porto, as poucas referências que lhe ouvi foram de cautela e defesa do regime vigente, atitude coerente com as suas convicções. Mas devo acrescentar que, em momento algum, o vi tomar qualquer atitude que significasse um enfeudamento público da Igreja ao Estado.

ANEXO 12: Entrevista ao P. Rafael Andrade⁵²⁴

VITOR SOUSA (V.S) – Como foi recebida por parte da “Igreja da Madeira e Porto Santo” a notícia da nomeação de D. Frei David de Sousa para bispo do Funchal?

P. RAFAEL ANDRADE (P.R.A) – A nomeação de D. David para a diocese do Funchal foi, tanto quanto sei, bem aceite. Não admira. O seu antecessor, D. António Pereira Ribeiro, falecido em Março de 1957, tinha governado a diocese durante mais de quarenta anos. Devido à idade avançada e doença, encontrava-se limitado. Por isso, a nomeação de um novo bispo era aguardada com grande expectativa.

V.S – Tendo em conta a situação da Igreja madeirense, diga o porquê da nomeação de D. Frei David de Sousa para bispo do Funchal? Como descreve D. David de Sousa?

P.R.A – D. David de Sousa era franciscano e relativamente jovem. Era simples tanto quanto me foi dado conhecer. A sua nomeação foi bem acolhida, tanto mais que o predecessor tinha atingido uma idade muito avançada, marcada pela doença. Os franciscanos têm, desde as descobertas, desempenhado uma acção importante na Madeira. Constituíram vários conventos, igrejas e capelas no arquipélago e divulgaram o espírito franciscano especialmente através das ordens terceiras. Bem no centro do Funchal erguia-se até meados do século XIX o convento e igreja de S. Francisco, os quais foram depois demolidos.

[...]

V.S – O que trouxe consigo D. David de novo para a diocese do Funchal? Na sua opinião, que prioridades teve D. David na diocese?

P.R.A – A breve estadia de D. David na Madeira produziu, apesar disso, algumas evidentes transformações. Logo após a sua tomada de posse como bispo do Funchal, em princípios de 1958, D. David comprou um antigo hotel situado na rua do Jasmineiro, onde passou a funcionar o Seminário Maior, para estudantes de filosofia e teologia. Em Outubro desse ano de 1958, nesse mesmo edifício, frequentei o 12º ano e 4º ano de Teologia. Se não fosse esta aquisição, nunca teria um quarto de dormir privado, tanto mais que éramos dez finalistas e eu era um dos mais novos. A meu ver foi uma medida acertada e corajosa de D. David e seus colaboradores mais directos. Actualmente o seminário de Nossa Senhora de Fátima alberga alguns dos cursos preparatórios.

⁵²⁴ Entrevista realizada por escrito. Rafael Maria Andrade é presbítero da diocese do Funchal. Nascido a 20 de Janeiro de 1935 foi ordenado na Sé do Funchal a 15 de Agosto de 1959.

V.S – Como descreve a sociedade madeirense (a nível social, político, religioso, ...) da segunda metade do século XX, concretamente nas décadas de 50 e 60?

P.R.A – A nível social e mesmo político, os madeirenses eram profundamente conservadores. É verdade que nos anos trinta se tiveram verificado alguns movimentos contestatários ou revolucionários. [...]

V.S – Como descreve o clero madeirense das décadas de 50 e 60 do século XX? O presbitério madeirense era suficiente para o serviço religioso, para a assistência espiritual que se esperava por parte dos fiéis? Como viviam os párocos e os vigários paroquiais?

P.R.A – O clero madeirense dessas duas décadas era muito conservador. Recordo, a propósito, o traje eclesiástico que na altura era a batina. Eu fui um dos primeiros padres a deixá-la de vestir, substituindo-a por um fato e gola branca. Os padres, a maioria, fizeram um abaixo-assinado contra o uso do fato, o que não resultou. Um padre muito mais velho acabaria por usar um fato também.

Alguns padres mais novos eram considerados revolucionários em contraponto aos conservadores. Julgo que os padres nas décadas de 50 e 60, eram suficientes. As paróquias mais populosas tinham um coadjutor. Os párocos e vigários paroquiais ou curas viviam, segundo muitos pensavam – “Cura nem sê-lo nem tê-lo”. Também fui Cura durante pouco mais de um ano, em S. Pedro, Funchal. Mas penso que a diferença de mentalidade e prática era marcante. Por isso os Curas ansiavam e apadrinharam a divisão das paróquias.

V.S – Como se realizou o processo da divisão e desmembramento das paróquias? Que papel teve D. David neste processo? Que instrumentos e pessoas utilizou D. David para conseguir realizar esta extraordinária pastoral? Que reacções suscitaram nos fiéis e no clero? Que reacções houve na sociedade madeirense?

P.R.A – A divisão das paróquias foi um processo arriscado e difícil. Porém, D. David encabeçou-o com coragem e determinação. Recordo o entusiasmo com que ele apresentou esta sua iniciativa que contou com o optimismo e até alegria dos padres, sobretudo os mais novos, que assim se consideravam libertos, para uma “*avant la lettre*” (“Nova Evangelização”) de João Paulo II.

Portanto, posso afirmar que tanto os fiéis como o clero, na sua maioria, aceitaram esta iniciativa de D. David. É verdade que se ouvia, de vez em quando, a expressão “dom divide”, aludindo à divisão das paróquias. Todavia, estou convencido, era apenas um gracejo.

V.S – Como foi recebida a notícia da convocação do concílio ecuménico Vaticano II na diocese do Funchal? Que reacções houve por parte da Igreja e da sociedade madeirense?

P.R.A – O Concílio Ecuménico, tanto quanto me lembro, foi recebido normalmente, como um acto ou assembleia que pode ser apenas convocada pelo papa, com a característica de se tratar de um pontífice já bastante avançado em anos, sendo por isso, um gesto corajoso.

Quando D. David saiu da Madeira em direcção a Roma, fomos dizer-lhe adeus ao cais do Funchal, bem cedo. D. David despediu-se com a alegria e boa disposição que o caracterizavam. O concílio foi acompanhado com interesse e oração apesar das limitações dos “media” da altura.

Recordo-me da primeira missa em vernáculo celebrada na Sé do Funchal. D. David foi o celebrante e o vasto templo encontrava-se repleto. Eram muitos os fiéis e curiosos, concelebrantes e ajudantes presentes na cerimónia que assim manifestaram a sua adesão e interesse.

V.S – Que implicações teve a dimensão política para “Igreja da Madeira e do Porto Santo”? Qual era a relação entre a Igreja e o Estado nas décadas de 50 e 60 do século XX no arquipélago da Madeira?

P.R.A – Na minha opinião as relações entre Estado e a Igreja foram sempre cordiais na Madeira. As autoridades civis e militares participavam nos grandes actos ou celebrações religiosas como o Corpo de Deus, a Procissão do Voto o Primeiro de Maio, o aniversário do Papa ou da posse do Bispo, *Te Deum* do qual eram convidados. Não me recordo de algum acontecimento ou relacionamento menos bom nessas décadas.

V.S – Que papel teve D. David no decorrer do processo da divisão das paróquias? De quem partiu a ideia da divisão e desmembramento? Foi da parte de D. David ou de algum seu antecessor? Quando, onde e em que situação ocorreu esta necessidade de passar à prática, isto é, de se concretizar este processo?

P.R.A – Como já referi, D. David foi o único inspirador e motor das novas paróquias. D. António Pereira Ribeiro era doente e idoso para assumir este projecto. Só ouvi falar de novas paróquias com a vinda de D. David.

V.S – Como decorreu o processo de actualização do seminário diocesano do Funchal e a “pastoral vocacional da diocese” nos finais da década de 50 do século XX? Quais os motivos que estiveram na origem desta actualização? Como decorreu? Que acolhimento houve por parte dos diversos diocesanos?

P.R.A – Como acima referi D. David tomou a iniciativa de separar os dois seminários, maior e menor, com a aquisição do novo edifício em 1958. Apesar de ter sido um acto ou iniciativa de D. David, houve também a colaboração de D. Manuel Ferreira Cabral, depois bispo auxiliar de Braga e bispo da Beira em Moçambique; e, igualmente, do padre Augusto da Silva. O objectivo desta iniciativa foi, como é óbvio, uma melhor formação do clero. D. David pretendia assim assegurar uma mais completa formação do clero. Tanto quanto sei este objectivo parece ter sido conseguido.

V.S – Como caracteriza o clero paroquial (párcos e vigários paroquiais) da diocese nas décadas de 50 e 60 do século XX?

P.R.A – Julgo que o clero do Funchal nessas décadas de 50 e 60 era dedicado à sua missão. Apesar das suas fragilidades fazia um grande esforço por ser fiel à sua vocação. Não me recordo de alguma vez ter presenciado qualquer crítica ou revolta da parte dos meus colegas. Pouco a pouco foram interiorizando e pondo em prática o espírito e determinações do Vaticano II.

V.S – Quais foram as razões para o desmembramento e divisão das paróquias?

P.R.A – Como acima referi foram razões pastorais. Quando levei D. David a visitar o local adquirido, para a construção da igreja paroquial de S. José ele ficou entusiasmado e disse: “Pe. Rafael isto é uma lança em África”. Estou convencido de que D. David via acima de tudo a evangelização.

V.S – Como promoveu D. David de Sousa o Concílio Vaticano II na diocese do Funchal? Como mobilizou a diocese para este grande acontecimento nas diversas fases do mesmo (anúncio/convocação do concílio, tempo preparatório para o concílio, durante o tempo do concílio)? Que reflexos teve o concílio na diocese do Funchal (durante o pontificado de D. David)?

P.R.A – D. David foi também padre conciliar e usou pregações, retiros, encontros com o clero, conferências eclesiais mensais realizadas nos diferentes arciprestados, assim como as visitas pastorais, para falar dos ensinamentos conciliares.

V.S – Como promoveu D. David o ensino católico e a formação cristã na diocese? Que reformas implementou D. David?

P.R.A – D. David deu grande impulso à catequese, às visitas pastorais realizadas regularmente, às pregações quaresmais, aos retiros.

V.S – Na resposta à pergunta 4, fala da aquisição de um novo edifício para seminário maior como medida “acertada e corajosa”. Em que medida considera “acertada e corajosa”? Que implicações e/ou consequências teve esta medida?

P.R.A – Medida acertada e corajosa-Julgo que não passaria pela cabeça de ninguém, na diocese do Funchal, a existência dos dois seminários, maior e menor. Na altura falava-se apenas do SEMINÁRIO. Habitúamo-nos a conhecer e a conviver com o então Reitor o CÓN BARRETO o qual como que personificava o seminário e a quem dezenas ou centenas de estudantes ficaram a dever a sua formação não apenas eclesíástica mas como cidadãos. Os prefeitos colaboravam também no mesmo projecto de formação sacerdotal.

Recordo-me da vinda do chamado Visitador Apostólico João Pereira Venâncio que veio a ser bispo de Leiria. Foi um ciclo caracterizado pela expectativa não apenas para os seminaristas mas também para os superiores. Daí resultaram algumas alterações. Foi nos anos 55, 56. Nessa altura foi nomeado vice-reitor o cón. Manuel Ferreira Cabral e o cón. Barreto foi um pouco colocado na prateleira. Foi uma época a que chamaria instável que veio a ser clarificada e serenada com a vinda de D. David de Sousa em fins de 1957. Julgo que na altura se tornava imperativa e inadiável a aquisição do velho edifício da Rua do Jasmineiro para aí funcionar o seminário maior. Nós, os teólogos, assim se chamavam os estudantes de teologia, aceitámos e mesmo abraçámos este projecto concebido por D. David.

Recordo-me de ver algumas figuras do clero envolvidas às quais já me referi, nomeadamente o cón. Cabral e o padre Abel, mas não leigos. O cabido da altura era formado por elementos cansados e avançados em anos, e diga-se a verdade, limitados. Não me ocorre a sua intervenção se a houve. Se aconteceu, disso não tive conhecimento.

V.S – Nesta mesma resposta fala de “colaboradores mais directos” de D. David. Quem eram estes colaboradores, eram clérigos ou leigos? Se clérigos, pertenciam aos ditos “conservadores” ou ditos “revolucionários”?

P.R.A – Os colaboradores de D. David eram padres. Não me recordo de ter visto leigos, com frequência, à sua volta. Nesta altura não me recordo de ser usado o termo «revolucionários». Apareceria mais tarde com o advento do 25 de Abril ou, talvez, um pouco antes.

O seminário maior foi para a maior parte, senão para todos, filósofos e teólogos, uma mudança desejável. Foi mesmo considerada uma promoção. Os estudantes que na altura ingressaram seja para completar os estudos seja para dar-lhes continuidade, tanto quanto compreendi, sentiam-se bem.

V.S – Consegue precisar em que década ou mesmo ano aconteceu o abaixo-assinado contra o fato eclesiástico por parte dos ditos “padres conservadores”?

P.R.A – O uso do fato ou «clergyman» acabou por ser pacífico e generalizou-se muito depressa. Essa mudança teria ocorrido, mais acentuadamente, na segunda metade da década de sessenta, quando era bispo do Funchal D. João Saraiva.

Actualmente e há já vários anos, o fato não constitui problema de espécie alguma, mesmo para os padres de idade mais avançada e os chamados conservadores, se eles existem. Podemos vê-los de fato, sem qualquer complexo.

Lembro-me de certo dia, na residência episcopal, ter-me cruzado com o padre Florentino de Sá. Olhou para mim e disse-me: «ó senhor vista a batina». E eu respondi-lhe «ó senhor Padre Florentino, o senhor vai também um dia usar fato como eu». E assim sucedeu. Alguns anos depois cruzei-me com ele envergando o seu fato e colarinho, mais do que uma vez

O mesmo aconteceu com o padre Ornelas do abaixo-assinado. Quero acentuar, acerca deste assunto, que se tratou de situações passageiras e absolutamente pacíficas e que se normalizaram dentro de muito pouco tempo. Quanto à divisão das paróquias, não chamaria padres revolucionários mas padres jovens que ansiavam pela sua independência e promoção.

V.S – Nesta mesma resposta, afirmou que foi cura na Paróquia de S. Pedro. Pergunto se chegou a participar nas conferências eclesiásticas presididas por D. David? Que reacções surgiram, em relação à divisão das paróquias, por parte dos padres “conservadores” e dos padres “revolucionários”? Como lidou D. David com esta tensão ou possível tensão?

P.R.A – Sim participei nas conferências eclesiásticas do arceprelado do Funchal nas quais presenciei as preocupações profundas de D. David a propósito do Jornal.

Aí também foram discutidas e estudadas as novas paróquias. Não me parece que no desmembramento de algumas paróquias e criação de novas paróquias figurassem outros intervenientes para além de D. David e do clero diocesano. Ou mesmo que se tratasse dum processo muito complicado. Tudo se tem vindo a clarificar, naturalmente, com o andar dos anos, sob o ponto de vista social e religioso.

A meu ver, as novas paróquias são verdadeiros polos de evangelização. e mesmo de promoção sob vários aspectos. Penso que D. David nunca teria enfrentado qualquer verdadeira tensão a propósito das novas paróquias

Compreende-se a reacção dos párocos alguns deles idosos e por conseguinte tradicionais ou tradicionalistas. A divisão das paróquias fá-los-iam perder, digamos, não só os seus domínios, mas também o apoio dos seus coadjutores. Ao menos foi isso que depreeendi da reacção do pároco de S. Pedro onde eu era coadjutor.

V.S – Pode nomear alguns dos padres que estiveram contra a “divisão” e alguns dos nomes a favor? RELATIVAMENTE à pergunta 8, sobre o concílio, entre a fase de convocação e o fim da fase preparatória houve algum acontecimento marcante de divulgação ou/e de consciencialização do mesmo por parte de D. David e/ou da diocese para os fiéis/padres?

P.R.A – Sim Quanto às novas paróquias, lembro-me de D. David me ter chamado para saber a minha opinião acerca das novas paróquias em S. Vicente, minha terra natal. Eu respondi-lhe que o que estava naturalmente indicado eram duas paróquias. Ele não me deu resposta.

Quando foi publicado o decreto da criação das novas paróquias, São Vicente estava dividido em quatro. Isto leva a concluir que D. David nesta e outras questões foi independente.

Claro que as duas novas paróquias de S. Vicente dificilmente terão pároco próprio. Todavia o que é verdade é que as novas duas paróquias têm duas amplas e belas igrejas e prestam aos paroquianos um bom serviço.

Como já referi, D. David e os padres da altura procuraram dentro do possível e de acordo com os meios da época acompanhar os grandes votos e decisões do Concílio.

BIBLIOGRAFIA

1 – FONTES

Manuscritas

- Arquivo Histórico da diocese do Funchal:
 - Fundo arquivístico: Arquivo dos bispos-Arquivo de D. David de Sousa (1957-1965), caixa 1 e pasta 1.
- Arquivo do Cabido da Catedral do Funchal:
 - Livros das Actas do Cabido.
- Arquivo da Ordem dos Frades Menores de Portugal, Silva Carvalho.
- Arquivo do Cartório paroquial de Alpendorada, diocese do Porto.
- Arquivo Regional da Madeira.
- Biblioteca Provincial da Ordem Franciscana, Seminário da Luz, Largo da Luz 11:
 - Arquivo Pessoal de D. Frei David de Sousa, várias pastas.

Impressas

- ACTA ET DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO, Series I, Antepreparatoria, volumen II, Consilia et vota episcoporum ac praelatorum, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1960-1961.
- ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II, Periodus Prima, Pars III: Congregationes Generales XIX-XXX, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974.
- Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos, *Directório sobre a piedade popular e a liturgia*, Paulinas editora, Lisboa, 2003.

- **CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II**-Constituições-Decretos-Declarações-Documentos Pontifícios, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 1992.
- **SOUSA**, D. Frei David de, Decreto sobre a actualização das paróquias, edição do Jornal da Madeira, Funchal, 1960.

2 – INSTRUMENTOS DE TRABALHO

- **AZEVEDO**, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de leitores, CEHR-UCP, Lisboa, 2001.
- **AZEVEDO**, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Círculo de leitores, CEHR-UCP, Lisboa, 2002.
- *Codex Iuris Canonici de 1917*, Typis Polyglottis, MCMXXX.
- **CRUZ**, Mons. Lopes da (org.), *Anuário Católico de Portugal 1957*, Oficinas Gráficas da Rádio Renascença, Lisboa, 1957.
- **FALCÃO**, D. Manuel Franco, *Enciclopédia Católica Popular*, Paulinas editora, Prior Velho, 2004.
- **GAMA**, Manuel da Encarnação Nóbrega, *Dicionário das Festas, romarias e devoções da Madeira*, SRTC-DRAC, Funchal, 2014.
- **SILVA**, Pe. Fernando Augusto da e **MENESES**, Carlos Azevedo, *Elucidário Madeirense*, vol. 3, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

3 – ESTUDOS

Livros

- **AA.VV.**, *Código de Derecho Canónico y legislación complementaria*, BAC, Madrid, 1954.
- **ALMEIDA** Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Livraria Civilização, Porto-Lisboa, 1970.
- **BARBOSA**, David Sampaio Dias, *Diocese do Funchal e concílios ecuménicos*, in Actas do Congresso Internacional 500 anos Diocese do Funchal, Funchal, 2014 (no prelo).
- **BARROS**, Pedro Miguel Vieira, *D. Manuel de Almeida Trindade e o seu episcopado (1962-1988): bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- **CARITA**, Rui, *História do Funchal*, Associação Académica da Universidade da Madeira, Funchal, 2013.
- **CARRILHO**, D. António, *Corresponsabilidade e Participação*, Gráfica de Coimbra 2, Funchal, 2009. (mensagem pastoral por ocasião do 50º aniversário do Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima: Funchal, 13 de Maio de 2008).
- **CEREJEIRA**, D. Manuel Gonçalves, *Obras Pastorais*, V Volume: 1954-1959, União Gráfica, Lisboa, 1960.
- **CLEMENTE**, Manuel, *A Igreja no tempo. História breve da Igreja Católica*, Secretariado Diocesano do ensino religioso e centro de estudos pastorais, Lisboa, 1978.
- **CLEMENTE**, Manuel, *A Igreja no tempo*, Grifo editores e livreiros, Lisboa, 2010.
- **CRUZ**, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, editorial Presença, Lisboa, 1980.
- **CRUZ**, Manuel Braga da e **GUEDES**, Natália Correia (Coord.), *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal*, Universidade Católica em Portugal, Lisboa, 2000.

- **DIOCESE DO FUNCHAL**, *Legislação sobre a catequese*, edição do secretariado diocesano da catequese, Funchal, 1960.
- **FARIA**, Teodoro de, *O primado da Eucaristia nos místicos madeirenses dos séculos XIX E XX*, Edição da paróquia de Nossa Senhora do Monte, Funchal, 2013.
- **FARIA**, Teodoro de, *O Concílio Vaticano II-50 anos depois*, Lucerna/Princípia Editora, Cascais, 2014.
- **FLORISTÁN**, Casiano, *Para compreender a paróquia*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995.
- **FROES**, José, *Os Cursilhos em Portugal-Retalhos da sua história*, Secretariado Nacional dos Cursilhos de Cristandade, Fátima, 2003.
- **JEDIN**, Hubert, *Manual de Historia de la Iglesia. La Iglesia mundial del siglo XX*, vol. IX, Editorial Herder, 1984.
- **JORGE**, Ana Maria, *Episcopologio* in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Centro de estudos de História religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2000, p. 137.
- **MATTOSO**, José, *Portugal Medieval: Novas Interpretações*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2002.
- **NEPOMUCENO**, Rui, *Uma perspectiva histórica da história da Madeira*, Ed. O Liberal, 2010.
- **NICOLAU**, Miguel, Sj, *Escritura e Revelação segundo o Concílio Vaticano II*, Apostolado da Imprensa, Porto, 1968.
- **OLIVEIRA**, P^e Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1994.
- **O'MALLEY**, J.W, Sj, *Que Pasó En El Vaticano II?*, Sal Terrae, Santander, 2012.
- **PEREIRA**, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zarco*, Ed. Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1957.

- **PEREIRA**, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zarco*, Ed. Câmara Municipal do Funchal, Funchal, 1989.
- **PESCH**, Otto Hermann, *Il Concílio Vaticano Secondo: preistoria, svolgimento, risultati, storia post-conciliare*, Brescia: Queriniana, 2005.
- *Portugal e a Santa Sé*, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, Lisboa, 1943.
- **RIBEIRO**, António (dir.), *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio ecuménico Vaticano II*, Editorial Estampa, vol. I, s.d.
- **RIBEIRO**, António (dir.), *A Igreja do presente e do futuro: História do Concílio ecuménico Vaticano II*, Editorial Estampa, vol. III, s.d.
- **SCHATZ**, Klaus, *Los concílios ecuménicos. Encrucijadas en la historia de la Iglesia*, Editorial Trotta, 1999.
- **SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1910-1926)*, vol. XI, Editorial Verbo, 1989.
- **SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XVI, Editorial Verbo, 2007.
- **SERRÃO**, Joel e Marques, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- **SILVA**, Paulo Sérgio Cunha da, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012.
- **TORGAL**, Luís Reis, *Igreja e Estado no regime de Salazar entre a “separação”, a “concordata” e a polémica*, in *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1ª República ao limiar do século XXI*, Editorial Ausência, Vila Nova de Famalicão, 2004.
- **VELOSA**, Cónego Tomé, *Traços Históricos da Catequese (1966-2000)*, Diocese do Funchal, Funchal, 2005.

- **VIEIRA**, Alberto, *Diocese do Funchal* in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Centro de estudos de História religiosa da Universidade Católica portuguesa, Lisboa, 2000, pp. 281-288.

4 – PERIÓDICOS

- *Acta Apostolica Sedis* (1959).
- Agência Ecclesia (2010).
- Almanaque do Posto Emissor do Funchal (2014).
- Boletim de Informação Pastoral (1960-1965).
- Boletim da Junta Geral do distrito Autónomo do Funchal (1957-1958).
- Boletim Eclesiástico da Madeira (1918-1919).
- Das Artes e da História da Madeira (1964-1965).
- Diário de Notícias da Madeira (1957-1966).
- Jornal da Madeira (1957-1966).
- Lumen (1961-1965).
- Newsletter Ceha 43 (2012).
- Novidades (1961-1965).
- Theologica (1993).
- Voz da Madeira (1960).

ÍNDICE GERAL

Siglas e abreviaturas.....	3
INTRODUÇÃO	4
I. A IGREJA DA DIOCESE DO FUNCHAL NOS MEADOS DO SÉCULO XX.....	7
1.1. Ambiente social, político e religioso	7
II. D. FREI DAVID DE SOUSA, BISPO DO FUNCHAL	20
2.1. O percurso histórico do novo bispo.....	20
2.1.1. Infância e ambiente familiar.....	20
2.1.2. Ingresso na ordem franciscana	21
2.1.3. Docência e outros serviços que na ordem prestou	21
2.1.4. A nomeação para bispo do Funchal	23
2.1.5. Sagração e chegada à diocese.....	24
2.1.6. Acolhimento, saudação e linhas programáticas para o seu pontificado	29
III. D. FREI DAVID DE SOUSA E O CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II	35
3.1. A Preparação do concílio ecuménico	36
3.2. Participação no concílio	42
3.2.1. Presença e intervenções de D. Frei David de Sousa.....	42
3.3. Implementação da doutrina conciliar na diocese do Funchal.....	46
3.3.1. Temáticas mais abordadas por D. Frei David de Sousa	46
3.3.1.1. Comentário à constituição litúrgica <i>Sacrossanctum Concilium</i>	46
3.3.1.2. Comentário ao decreto conciliar <i>Inter Mirifica</i>	53
3.3.1.3. Comentário à constituição dogmática <i>De Ecclesia</i>	56

3.3.2.	Recepção das iniciativas do bispo funchalense no espaço diocesano	59
3.3.2.1.	Colóquio sobre o Concílio Ecuménico.....	59
3.3.2.2.	Recepção da Sacrosanctum Concilium	61
3.3.3.	Avaliação e futuro do concílio	64
IV. MAGISTÉRIO E PREOCUPAÇÕES PASTORAIS MAIS MARCANTES DE D. FREI DAVID DE SOUSA.....		68
4.1	Pastoral de proximidade e revitalização da diocese	68
4.1.1.	Seminários e vocações	68
4.1.2.	Dinamização de uma paroquialidade activa.....	78
4.1.2.1.	Processo de actualização das paróquias	79
4.1.3.	Catequese, ensino católico e estabelecimentos de ensino priorizam a formação cristã	106
4.1.3.1.	A catequese	106
4.1.3.2.	Outros âmbitos de formação cristã.....	109
CONCLUSÃO		113
ANEXOS.....		117
ANEXO 1: Assento de baptismo de D. Frei David.....		117
ANEXO 2: D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal (1957-1965).....		118
ANEXO 3: Bula de nomeação do Sr. D. Frei David de Sousa		119
ANEXO 4: Armas-de-fé do Sr. D. Frei David de Sousa, bispo do Funchal		120
ANEXO 5: Nomeação para ministro provincial		121
ANEXO 6: Termo da profissão simples do irmão David de Sousa		122
ANEXO 7: Termo de admissão ao hábito do ir. noviço David de Sousa		123
ANEXO 8: Intervenções de D. Frei David de Sousa no concílio ecuménico		124
ANEXO 9: Propostas da diocese do Funchal para o Concílio		127

ANEXO 10: Entrevista a D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal.....	129
ANEXO 11: Entrevista ao P. Agostinho Jardim Gonçalves	139
ANEXO 12: Entrevista ao P. Rafael Andrade	147
BIBLIOGRAFIA.....	154